

ARGENTINA AGONIZA

www.etm.com.br

CADERNO

DO TERCEIRO MUNDO



**A MARCA
DO FMI**

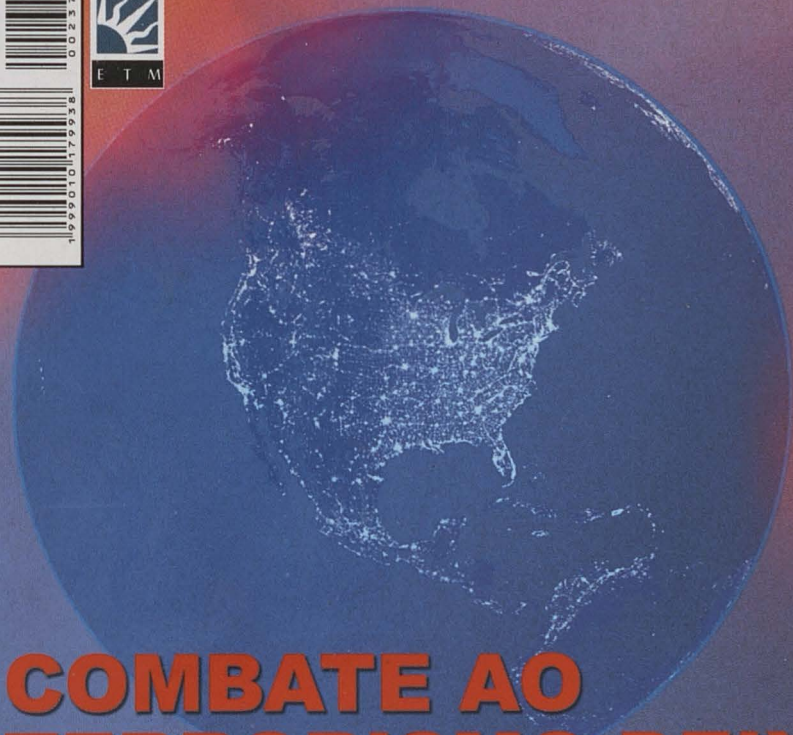


R\$ 6,00

237



ISSN 0101-7993




**COMBATE AO
TERRORISMO DEIXA**

O MUNDO REFÉM DOS EUA

CNBB
Bispos pedem
projeto nacional





AIDS não é um negócio.

No Brasil, o Ministério da Saúde distribui o coquetel antiaids gratuitamente a todos que precisam, no melhor programa de prevenção do mundo, segundo as Nações Unidas.

São 100 mil pessoas que voltaram a ter qualidade de vida e dignidade, podendo trabalhar, estudar e viver como cidadãos.

Fabricar alguns remédios antiaids não é uma declaração de guerra comercial contra a Indústria Farmacêutica. Para nós, é a luta pela vida.



**MINISTÉRIO
DA SAÚDE**



DISQUE SAÚDE 0800 61 1997

O caos argentino

E stávamos com a edição fechada, com uma capa ainda dedicada à guerra no Afeganistão, quando estourou a crise argentina. Decidimos então oferecer ao leitor algumas reflexões e imagens dos dramáticos acontecimentos do país vizinho, mais uma vítima do receituário neoliberal e que viu o dismantelamento de sua economia transformar-se numa crise social e institucional de proporções dramáticas.

A tragédia argentina e seus imprevisíveis desdobramentos lançam advertência a todos os países da região – em particular ao Brasil. Também aqui o neoliberalismo vem cobrando vítimas entre os mais desfavorecidos da sociedade. Também aqui a gerência econômica, monitorada pelos mesmos cordéis que enforcaram o futuro argentino, lança dúvidas sobre a possibilidade do próximo governo – alicerçado em eventual proposta político-social diferente – conseguir alterar os rumos do país. De lá Rúa sofreu o peso dos alicerces fracos deixados por Carlos Menem e não teve força nem sabedoria para mudar.

O cenário de saques, mortes, repressão, desespero, fome, desemprego, paralisia econômica e desmoralização internacional criou o clima para a explosão social e a crise institucional. O desafio dos argentinos, agora, é o de reorientar os rumos da vida política, tendo por norte um projeto que leve em conta um desenvolvimento nacional que priorize o povo e a integração regional, via Mercosul – caminhos que os neoliberais de Buenos Aires, de forma impatriótica, nos últimos dez anos negaram a seus cidadãos.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS
Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquirir-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE
Gerente: Kleber Saboya
Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
Correio Eletrônico: etm@etm.com.br
Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações
Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661
São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589 - 090 - Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.
Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417

Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.
Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140 - Tel.: (85) 226-7560/999-9924

Brasília/DF: J CZ Comunicações
SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034


Porto Alegre/RS: RS Mídia
Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL
Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766

VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador
Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459

FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc).

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO
Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento (assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico); Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Filiado o **ANER**

Sumário

Dez 2001 / Jan 2002 • Nº 237 • Ano XXVI
ISSN 0101-7993



4 **CARTAS**

6 **FRASES**

GLOBALIZAÇÃO/FÓRUM MUNDIAL

8 **Propostas para um novo mundo**

O encontro de 2002 promete superar o primeiro em número de participantes e em discussão política

POLÍTICA/ELEIÇÕES

11 **Um projeto nacional para o Brasil**

A CNBB aponta a importância das próximas eleições para a sociedade traçar novos rumos para o país

BRASIL/CIDADANIA

16 **Relações desiguais**

Relatório sobre direitos humanos revela inúmeras violações às garantias fundamentais no país

BRASIL/GUERRA RURAL

18 **Terror massacra sem-terra no Pará**

O país tem seu faroeste, um holocausto rural

BRASIL/MINORIAS

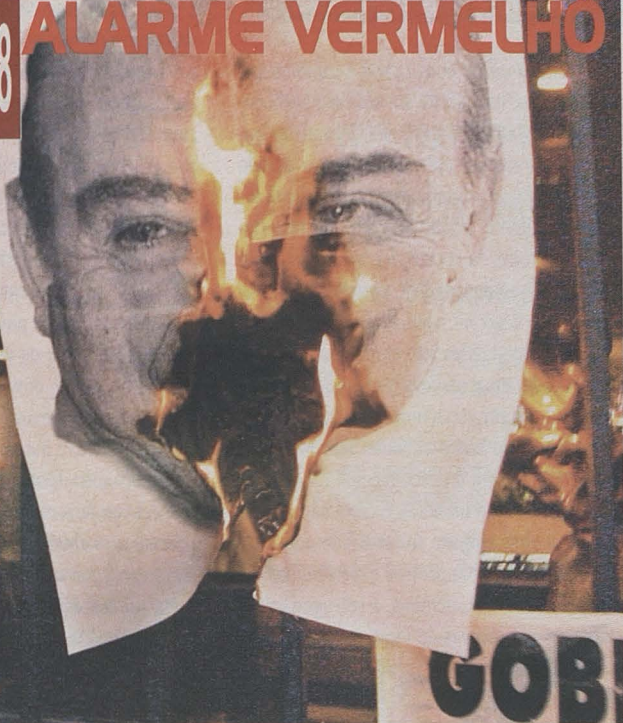
23 **Rio celebra Zumbi com feriado**

Dia de Consciência Negra promove debates

ARGENTINA

38 ALARME VERMELHO

NO PAGAR
LA DEUDA
EXTERNA
MST



A crise social dos últimos 10 anos tomou conta das ruas das principais cidades argentinas, levando Fernando de la Rúa à renúncia e à eleição de Eduardo Duhalde. Enquanto economistas culpam as imposições externas, George Bush recomenda ao novo governo que se oriente pelo FMI

CAPA

GUERRA/DOMINAÇÃO

- 42 Missão: impor a boa governança ao mundo
- 45 Deputado nega existência de terroristas na fronteira
- 46 S.O.S. Palestina
- 48 Outra vez o Iraque
- 49 O jogo de Pastrana



24 LIVROS

26 ECONOMIA

32 PANORAMA INTERNACIONAL

37 GENTE

AMÉRICA LATINA/VENEZUELA

50 A revolução legal de Chávez

Presidente venezuelano assina reformas de base e garante que nenhuma provocação o afastará dos caminhos legais

COMUNICAÇÃO/TIMOR LESTE

53 Lucélia Santos mostra "O massacre que ninguém viu"

Atriz brasileira dirige documentário sobre o conflito em Timor

PÁGINA ABERTA

56 O novo Búfalo Bill

As perdas e os interesses envolvidos na guerra

Cubanos em julgamento

Ver um crime com calma é também cometê-lo, disse há mais de um século o herói cubano José Martí. Por isso, nós, jornalistas cubanos, pedimos aos colegas de todo o mundo que não se façam cúmplices de uma injustiça.

Em Miami, cidade-albergue de terroristas, laboratório da morte, há três anos estão presos cinco cubanos. (NR: no dia 12 de dezembro, um deles foi condenado à prisão perpétua). Nenhum deles tem culpa. Os promotores não puderam apresentar provas contra eles, e a defesa comprovou a inocência dos cinco. A permanência de cinco cubanos inocentes nos cárceres de Miami é desconhecida da maioria da opinião pública mundial. Exceto na imprensa local, a prisão injusta não tem sido noticiada no resto dos meios impressos e eletrônicos.

No dia 11 de setembro, a selvageria destruiu as torres gêmeas de Nova Iorque. O fato comoveu o mundo, com razão. A imprensa falou do assunto por semanas. Cuba não tem aranha-céus que possam ser alvo de terroristas, mas estes podem cometer outras ações de horror. Os terroristas agem contra Cuba há mais de 40 anos, utilizando os Estados Unidos como base, e mataram jovens professores, pescadores indefesos, mulheres, operários, camponeses. Explodiram um avião civil em pleno vôo. Detonaram bombas em hotéis para matar turistas estrangeiros. São milhares os assassinados, milhares são os que ficaram órfãos por ação dos terroristas. Além disso, é preciso lembrar a guerra biológica, os planos para matar dirigentes cubanos, a sabotagem em escritórios cubanos no exterior, o assassinato de diplomatas cubanos dentro dos próprios Estados Unidos.

Por isso, estes cinco prisioneiros em Miami sequer foram notícia para os grandes meios de comunicação. O FBI e outras autoridades dos Estados Unidos conhecem perfeitamente os planos e ações dos grupos terroristas que atuam em Miami, mas sempre mantiveram uma atitude de indiferença ou cumplicidade. As autoridades dos Estados Unidos comportaram-se sempre com tolerância ante os terroristas que atuam em Miami. Um terrorista de origem cubana pode fazer explodir um avião em pleno vôo, matar 73 pessoas e mesmo assim gozar de plena liberdade em território dos Estados Unidos.

Estes cinco homens vigiavam terroristas rancorosos, inimigos do gênero humano, capazes de queimar, ao estilo fascista, uma obra de arte. Por se oporem ao terror contra Cuba, os cinco presos enfrentam a prisão perpétua.

Gerardo Hernández Nordelo, Ramón Labañino, Antonio Guerrero, René González y Fernando González, são homens que amam a vida, cidadãos exemplares, de espírito generoso. São bons representantes do alto nível cultural alcançado pelo povo cubano – são homens de pensamento e de convicções. Eles não merecem o cárcere, pois do ponto de vista legal a inocência deles ficou comprovada e, do ponto de vista moral e humano, defendem uma causa justa e nobre. Quem hoje diz, honestamente, opor-se ao terrorismo, deveria render homenagem a estes cinco patriotas, e não condená-los.

Nós, jornalistas cubanos, consideramos uma ofensa à dignidade o que se faz contra nossos irmãos em Miami e, por isso, exortamos nossos colegas de todas as nações a que investiguem a verdade, com independência, e a exponham ao mundo.

Participantes do III Festival Nacional da
Imprensa
Havana – Cuba

Reserva de vagas

Atendendo a reivindicações de entidades estudantis, de representantes de movimentos sociais e de pessoas ligadas à área da Educação, o deputado estadual Cândido Vaccarezza (PT) apresentou, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, projeto que prevê a reserva de 50% das vagas nas universidades e faculdades públicas estaduais aos alunos que cursaram o segundo grau na escola pública.

O projeto cria, no ato do vestibular, um grupo de vagas especiais, que correspondem a 50% do total das vagas em cada curso; as demais serão denominadas vagas comuns. Essa divisão somente existirá para efeito do vestibular, desaparecendo totalmente no início de cada curso. Os alunos provenientes da escola pública inscrever-se-ão para as vagas especiais e poderão se inscrever nas vagas comuns. Os demais alunos só poderão se inscrever nas vagas

comuns. Segundo o deputado, o Poder Público não pode assistir passivamente ao constante crescimento do fosso que separa os mais ricos dos mais pobres em um país campeão em concentração de renda. A crítica de que a reserva de vagas pode levar à queda na qualidade da universidade é infundada, primeiro por não ter base empírica e depois por ser o vestibular muito mais um filtro social do que um avaliador do potencial dos alunos, justifica o parlamentar.

Marcelo Lopes
São Paulo – SP

Energia

O racionamento que foi anunciado a princípio como medida emergencial, porém provisória, para superar a escassez de energia elétrica, pode vir a ter como consequência os reajustes de tarifas pelos próximos anos acima dos valores anuais que rezam em contrato.

Segundo o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o “aumento emergencial” requererá uma elevação das tarifas de energia elétrica nos próximos dois ou três anos pelas perdas provocadas pelo racionamento que afetou diretamente a receita das distribuidoras de energia. O Comitê de Política Econômica (Copom) sinaliza para o ano de 2002 um reajuste de 30% nas tarifas (antes se previa não passar de 20%, o que já seria um aumento considerável). Se as previsões se confirmarem, as tarifas terão aumentado 56% em apenas dois anos, período em que a inflação acumulada deve ficar em torno de 10%, segundo estimativas do mercado. O que se tem de concreto é que haverá uma elevação da tarifa.

No entanto, estudos recentes demonstram que consumidores residenciais tiveram que arcar com reajuste de 129,85% nas tarifas de energia entre janeiro de 1995 e junho de 2001. Isso é o que demonstra o levantamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), ou seja, já existia uma política de elevação de tarifas bem antes do anúncio das medidas de contenção de consumo.

Ao mesmo tempo em que são avaliadas as perdas das distribuidoras de energia com cifras na casa de bilhões de reais, o governo bloqueou os salários dos professores grevistas, por eles exigirem cerca de 100 milhões de reais a mais para firmar o acordo, o que supostamente atenderia as exigências de reposição salarial e de mais verbas para o ensino, fato este tratado com extrema severidade por parte do Ministério da Educação.

Enquanto o presidente, em sua avaliação nada sutil, chamava os professores de "coitados", há uma engendrada teia de interesses sendo elaborada para que as distribuidoras, quase todas ligadas a empresas estrangeiras, tenham seus investimentos inabalados pela política atual. Faz-se necessário que se diga quem são os verdadeiros "coitados"; são os consumidores que não possuem força de decisão na questão do aumento de tarifa de energia e pagarão pela tortuosa matemática financeira deste governo. Mas como seria se estes verdadeiros "coitados" usassem a energia, aquela que não deve ser racionada – a sua energia interior – para decidir corretamente na próxima eleição?

Eng. Valdemberg Magno N. Pessoa
Maceió – Alagoas

Segurança

Na edição 236 de **cadernos do terceiro mundo**, li sobre a 1ª Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul, realizada aqui no Rio de Janeiro. Pude observar que estiveram nesse encontro vários especialistas no assunto de segurança pública. Representando o nosso "entreguista de plantão", o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional perdeu a oportunidade de ficar calado. Ele falou em ética, criticando duramente os policiais que fizeram greves em vários estados.

Algumas perguntas tenho a fazer ao sr. general Cardoso: o que o sr. entende de Segurança Pública? Quanto que o governo federal investiu nesse setor? Como o sr. pode criticar os nossos corajosos policiais que lutam dia a dia para não morrer, seja em combate, seja de

fome? Como o governo pode exigir ética se o "Entreguista de plantão" e os parlamentares não a possuem? Quero ver o sr. falar em ética quando estiver enfrentando, com equipamentos e armas obsoletos, um bando de traficantes sedentos que não têm nada a perder, em troca de uns míseros 500 reais.

Adriana Amaral
Rio de Janeiro – RJ

Argentina

O que acontece na Argentina, hoje em dia, era previsível já há 20 ou 25 anos, mas a irresponsabilidade da classe política a levou a continuar avançando sobre um mundo em que existia a ilusão monetária, política e social. A população envilecida em seus comportamentos sociais vê como o modelo que lhe ofereceram leva à miséria econômica e social, enquanto mais de 45 bilhões de dólares de residentes na Argentina estão depositados em contas no exterior, segundo comprovam as estatísticas do Banco Internacional de Pagamentos (BIS).

A atual situação argentina demonstra o fracasso das chamadas políticas monetaristas e neoliberais – tão arduamente defendidas pela Fundação Ortega y Gasset na Espanha e que levaram à criminalização dos movimentos sociais na Argentina e em outros países. Revela também o fato de que os modelos de impunidade só podem levar à desagregação e à decomposição da sociedade.

É hora de se determinarem as responsabilidades e se desmantele definitivamente um estado que demonstrou sua corrupção. Grande parte da classe política continua a viver num mundo de ilusões, alheia às conseqüências de seus nefastos propósitos, que levaram um povo inteiro à bancarrota social, moral e política, à qual se mede pelo analfabetismo, pelas crianças sem assistência médica, pela fome e por mais de 14 milhões de pessoas abaixo dos índices oficiais de pobreza, segundo os próprios dados do governo argentino.

Gregório Díaz Dionis
Via correio eletrônico

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar **Cadernos do Terceiro Mundo** ligue para

(21) 2221-75 11

ou envie um fax:

(21) 2252-8455

Ou pela Internet:

www.etm.com.br

R\$65,00 Preço promocional da assinatura, à vista

O pagamento da assinatura pode ser feito por cheque nominal, cartão de crédito ou boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio

Rua Conde de Lages, 44
Salas 508 - 510
CEP 20241-080 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (21) 2221-7511

Para anunciar:

Ligue (21) 2221 - 7511 e contate o Departamento de Publicidade

Pesquisas

Ligue (21) 2221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>

E-mail: etm@etm.com.br

O que eles dizem...

“Visualiza-se a necessidade de nosso país definir um projeto nacional próprio e assumir um papel de líder na integração latino-americana”

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),
no documento orientador dos católicos para as eleições de 2002

“Políticos não são sabonetes, a nação não é um mercado e profissionais de comunicação, penso, não devem ser estrelas de difusão exacerbada. Não sei como se sentem os meus colegas, mas acho detestável ser chamado de marqueteiro”

Edson Barbosa, publicitário

“Ao longo de toda a série das contas regionais, de 1995 a 1999, o estado do Maranhão manteve-se como o de menor renda per capita do Brasil”

Edson Nunes, chefe do Departamento
de Contas Nacionais do IBGE

“Mesmo com os avanços políticos e democráticos que conseguimos no nosso continente, uma boa parte das elites continua agindo como se estivéssemos no século XIX. Ou seja, não querem nenhuma mudança”

Lula, no discurso de encerramento do 12º Encontro
Nacional do PT, dia 16/12/2001, em Olinda (PE)

“Se a pessoa não consegue produzir, coitada, ela vai ser professor”

Presidente e professor aposentado Fernando Henrique Cardoso

“Aos incompetentes, a docência! Aos ignorantes, a Presidência!”

Elizabeth Tunes, professora da Universidade de Brasília,
em resposta irada ao conceito expresso pelo presidente

“Agora, atuaremos com força no Senado para mostrar aos senadores que o projeto é ruim. Vamos lembrá-los de que no ano que vem tem eleição”

João Felício, presidente da CUT, sobre o projeto do governo
que altera a CLT e que foi aprovado pela Câmara

“A democracia não é um valor central para o neoliberalismo”

Friedrich Hayek, ideólogo do neoliberalismo, citado em artigo pelo
desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, do TJ do Rio

“Manifestou-se mais do que uma mal disfarçada resistência ao cumprimento de decisões judiciais”

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, do TJ do Rio,
alertando para a insistência do governo em desconhecer decisões
judiciais fazendo reedições de medidas provisórias

“É aterradora a hipótese de que um de nossos cientistas seja responsável. Mas, definitivamente, é possível”

Assessor da Casa Branca, comentando
a onda postal da bactéria antraz

“Para ninguém é segredo a íntima relação entre paramilitares, militares, polícia, narcotraficantes e personalidades da vida econômica e política do Departamento de Norte de Santander”

Farc e ELN, em comunicado conjunto, denunciando o assassinato
pelos esquadrões da morte de mais de 80 camponeses naquela região

“Vamos apurar todas as notícias que nos chegarem, mas não podemos embarcar em notícias fantasiosas”

Ministro Aloysio Nunes Ferreira, da Justiça, rebatendo mais uma vez
insinuações de que a Triplíce Fronteira seja refúgio extremista

“É crise de governo, de modelo econômico, de autoridade dos governantes, mas, não é crise institucional”

José Sarney, senador e ex-presidente, que classificou o ex-ministro
argentino Domingo Cavallo de inimigo do Mercosul e do Brasil

“Esse regime (paridade peso/dólar) requer medidas para lidar com políticas fiscal, monetária e de reservas”

Thomas Dawson, porta-voz do FMI, jogando a culpa da crise
nos próprios argentinos e isentando de culpa o Fundo

“Um grande e desordenado calote do governo argentino é iminente”

Agência de risco Fitch, considerando a Argentina incapaz
de honrar os compromissos de 132 bilhões de dólares

“Acredito que minha decisão contribuirá para a continuidade institucional da República”

Presidente Fernando de la Rúa, na carta de renúncia

Agora é possível acessar

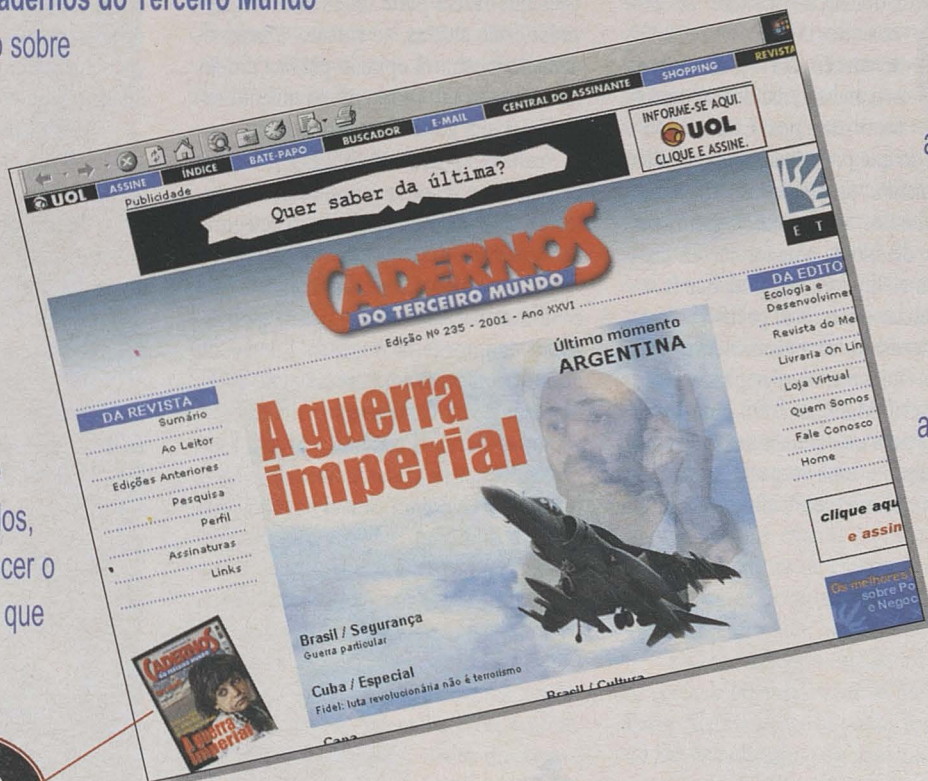
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

também na UOL

www.uol.com.br/cadernos

O site da revista **Cadernos do Terceiro Mundo**

oferece informação sobre questões atuais da problemática mundial deste século e permite assinar a revista via internet, enviar comentários e sugestões, fazer pedidos de livros e ler artigos publicados, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.



Junte-se aos milhares de assinantes que prestigiam a nossa publicação e conheça melhor a nossa história

Visite
o nosso site e
concorra a várias
promoções!



Mas a Editora Terceiro Milênio continua com o seu *site institucional*, no qual estão todas as nossas publicações
www.etm.com.br

Tel.: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455
e-mail: etm@etm.com.br

Propostas para UM NOVO MUNDO

Alvaro Neiva

O LANÇAMENTO OFICIAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2002 aconteceu dia 11 de setembro, mesmo dia dos atentados terroristas nos Estados Unidos. Mais do que prejudicar a repercussão do lançamento, os atentados colocaram questionamentos ao Comitê Organizador Brasileiro, devido às transformações provocadas na conjuntura mundial, que levaram a enfatizar o seu ideal pacifista. Apesar de discordarem com veemência da utilização da violência, os organizadores do Fórum Social Mundial 2002 compreendem os motivos que alimentam o terrorismo. “O terror é uma resposta ao fundamentalismo econômico”, afirma Cândido

Grzybowski, diretor do Ibase e membro do Comitê Organizador. Todas as instituições que fazem parte do Comitê Organizador estão atentas, no entanto, à necessidade de mostrar à opinião pública a diferença que existe entre um movimento social, que tem garantias constitucionais para realizar atividades públicas e protestos de rua, e um grupo que pratica ações violentas, e pode ser enquadrado na categoria de “terrorista”.

Por continuar a ser, basicamente, um contraponto à visão econômica da globalização dominante, a Segunda Edição do Fórum acontecerá em Porto Alegre, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial de Davos, como já havia acontecido com o primeiro. “O Fórum Social Mundial e a

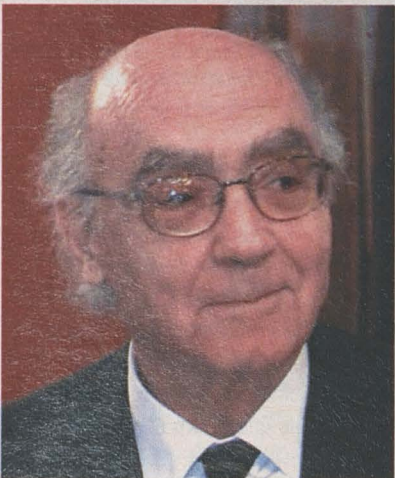
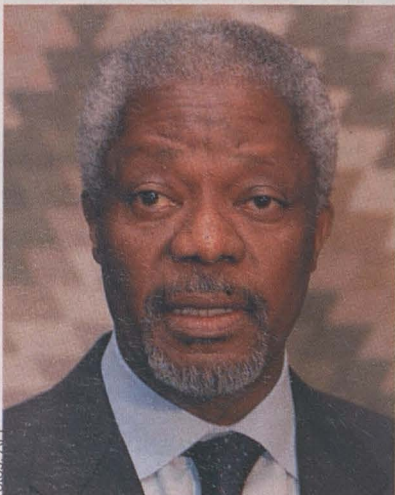
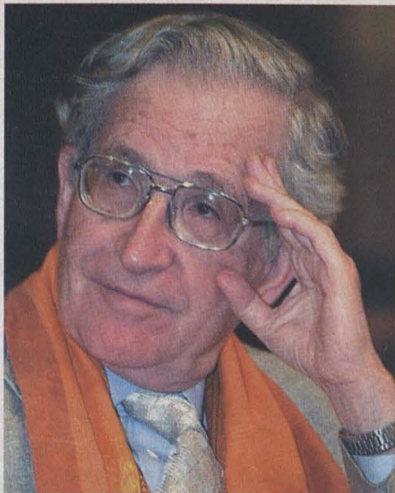
paz” será um dos temas em destaque, e para tal estão sendo convidados os agraciados com o prêmio Nobel da Paz, para debaterem até que ponto as propostas do encontro podem levar à paz e à sustentabilidade no mundo atual.

Neste sentido, é fundamental que o Fórum Social Mundial de 2002 vá além do primeiro. Na opinião dos organizadores, o desafio agora é aprofundar o debate político sobre os mais diversos temas e dar maior visibilidade às propostas. O Fórum de 2001 foi importante, pois mostrou a todo o planeta o encontro de milhares de pessoas e entidades que acreditam na possibilidade de se chegar a uma sociedade humana diferente da atual, com alicerces que não sejam os do neoliberalismo. A segunda edição precisa ir além. É necessário

**“O terror é uma resposta
ao fundamentalismo econômico”**

Cândido Grzybowski

O Fórum Social Mundial de 2002 promete superar o primeiro em número de participantes e em discussão política. O ideal pacifista ganha destaque após os atentados terroristas e a guerra no Afeganistão



Fotos: AFP

O norte-americano Noam Chomsky (alto) e o português José Saramago (acima) estão entre as personalidades confirmadas no Fórum, ao lado de Pérez Esquivel, Leonardo Boff, Rigoberta Menchu e muitos outros. Os organizadores aguardam confirmação do presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, e do secretário-geral da ONU, Kofi Annan (foto do meio)

apresentar alternativas, mostrar como se pode caminhar no rumo de uma sociedade planetária centrada no ser humano. Porém, o Fórum Social Mundial não é um lugar de formulação, mas de tornar públicas as propostas que já existem nas diversas redes internacionais. É um espaço de debate sobre as diversas propostas.

Quatro eixos temáticos

Um dos momentos mais valorizados dos debates são as conferências. A grade já está pronta, com 26 conferências, divididas em quatro eixos temáticos (como em 2001): “Produção de riquezas e reprodução social”, “O acesso às riquezas e a sustentabilidade”, “A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos” e “Poder político e ética na nova sociedade”. As conferências têm o objetivo de mostrar propostas, plataformas e alternativas que estão sendo discutidas por redes, movimentos e organizações da sociedade civil. Como exemplos, temos a questão dos medicamentos de combate à Aids, tema ligado aos Médicos Sem Fronteira e o Controle de Capitais Financeiros, maior preocupação da rede Attac. Há ainda duas conferências especiais, a partir de grandes eventos que precederam o Fórum Social Mundial, sobre segurança alimentar e educação.

Como as conferências têm participação restrita, o comitê prepara um amplo leque de opções para que as dezenas de milhares de pessoas esperadas em Porto Alegre possam assistir pelo menos aos seminários, oficinas e testemunhos. Estão previstos cerca de 60 seminários, que são espaços de aprofundamento de temáticas

específicas ou mesmo de construção e ampliação de novas temáticas. Os temas não precisam estar ligados a algum ator social. As oficinas têm como objetivo a troca de experiências e a articulação entre as organizações. São propostas pelas entidades participantes e devem acontecer pelo menos 500, ocupando espaços em toda a cidade. Os testemunhos são apresentações das experiências e opiniões de personalidades reconhecidas por sua história de lutas. É ainda uma forma de referendar a trajetória de pessoas como Pérez Esquivel, José Saramago, Noam Chomsky, Xanana Gusmão, Kofi Annan, Dita Sari, Vandana Shiva, Rigoberta Menchu, entre outros. Estão previstos ainda fóruns paralelos, como o Fórum de Autoridades Locais e o Fórum de Parlamentares. O espaço estará aberto para eventos culturais que fortaleçam a identidade do Fórum Social Mundial como evento político-cultural, como uma mostra de cinema social e intervenções de grupos como o Centro de Teatro do Oprimido.

Os organizadores calculam a presença de cerca de 60 mil pessoas. A prefeitura de Porto Alegre e o governo do Rio Grande do Sul se esforçam para viabilizar a infraestrutura necessária para receber todo este contingente. A primeira edição do fórum contou com a participação de cerca de 20 mil pessoas. Destes, 4.700 eram delegados representantes de alguma entidade, e podem participar de todas as conferências. Até o final de novembro, o número de pré-inscrições para delegados chegava a 20 mil. Porém, em função das limitações de infraestrutura, os organizadores terão que rever as cotas para cada organização, permitindo um máximo de 13 mil delegados.

Soros em Porto Alegre?

Representantes do Comitê organizador estranharam o desejo manifesto pelo megainvestidor George Soros de participar do Fórum Social Mundial e, mais ainda, a suposta idéia de realizar os dois fóruns de forma conjunta. Afirmando que George Soros não será convidado para o evento, mas que poderia se inscrever como qualquer participante comum, apesar de não se encaixar no perfil do fórum. “Apesar da diversidade de idéias apresentadas no fórum, nós temos em comum o questionamento ao sistema capitalista e a defesa da necessidade de refundar as instituições internacionais. Soros propõe apenas algumas reformas no sistema. Para nós, o mundo não pode ser dirigido por organismos como a Organização Mundial do Comércio, FMI e Banco Mundial”, afirma Cândido Grzybowski, diretor do Ibase e membro do Comitê Organizador. Segundo ele, não é suficiente a retórica do combate à pobreza e de defesa do desenvolvimento sustentável, se não se defendem medidas concretas para viabilizar estes anseios. “O G-8 não hesitou em botar a polícia na rua para bater em manifestantes em Gênova, matando um estudante”, lembrou Maria Luisa Mendonça, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, também integrante do Comitê Organizador. Portanto, o Fórum Social Mundial pretende se reafirmar como um grande evento da sociedade civil. Dificilmente os atores sociais conseguem transformar a sociedade sozinhos – dizem os organizadores. Mas uma boa forma de fazê-lo é criar um grande movimento de opinião pública para pressionar empresas e governos a agirem para esta transformação.



A onda de protestos antiglobalização prossegue: 15 mil pessoas tomaram as ruas de Bruxelas, em 14 de dezembro. Os manifestantes carregaram um enorme globo terrestre, demonstrando sua preocupação com os efeitos da política neoliberal sobre o futuro do planeta

Mobilização nacional e internacional

Existem 18 comitês de mobilização trabalhando na divulgação do fórum em diversas regiões do país. Além disso, alguns comitês vêm realizando fóruns preparatórios, introduzindo as principais discussões em suas comunidades. Há ainda importantes movimentos nacionais convocando suas bases para o fórum. Haverá acampamentos especiais para alguns destes movimentos em Porto Alegre, dentro dos quais serão desenvolvidas programações abertas à participação geral. O acampamento indígena deve contar com 2 mil “hóspedes” e o MST espera levar 4 mil

peças a Porto Alegre. O Acampamento Internacional da Juventude Carlo Giuliani – homenagem ao jovem morto pela polícia nas manifestações contra o G-8 em Gênova – terá capacidade para receber 10 mil pessoas. Mas o Comitê Organizador da Juventude promete que 20 mil participantes do encontro serão jovens.

Não é só em nível nacional que a mobilização vem ganhando grandes proporções. Existem outros 30 comitês espalhados pelo mundo, o que deve aumentar bastante a participação internacional. Nos primeiros dias de janeiro será realizado o Fórum Social Africano, e os organizadores acreditam que o número de africanos presentes em 2002 será dez vezes maior que em 2001.

O Conselho Internacional, formado em junho com mais de 50 redes internacionais, a partir das discussões do primeiro encontro, tem demonstrado que esta ampliação na participação é apenas o primeiro passo. Para mobilizar realmente a sociedade mundial, principalmente das regiões menos desenvolvidas, como Ásia e África, é importante que o fórum se mova para o mundo. Neste sentido, planeja-se viabilizar a realização do Fórum Social Mundial 2003 na Índia. E, se tudo correr bem, a idéia é que em 2004 ele aconteça no continente africano, possivelmente na África do Sul. Desta forma, a luta contra o neoliberalismo e o domínio do mundo pelo capital estaria se tornando, definitivamente, global. (Alvaro Neiva)

Um projeto nacional para o Brasil

A CNBB pede consciência ao eleitor e aponta as próximas eleições como um momento importante para que a sociedade determine novos rumos para o país. O documento está circulando em todas as dioceses e paróquias, com o intuito de esclarecer os católicos

O DOCUMENTO DOS BISPOS brasileiros foi divulgado no início de dezembro e contém uma análise da situação de hoje, no Brasil e no mundo, e traça perspectivas para o futuro. Segundo os bispos, a situação de hoje está saturada por dificuldades políticas e sociais, fruto de um contexto dominado pela injustiça. O episcopado justifica seu documento e suas análises políticas e sociais como consequência natural de sua missão religiosa de formar as consciências cristãs, pois “há uma relação intrínseca, e portanto indissociável, entre vida e fé, promoção humana e missão religiosa”.

Definindo a realidade de hoje como muito difícil, o documento frisa que “a fome continua sendo o maior flagelo, transformando-se numa verdadeira guerra que mata mais que todas as outras. Na verdade, não se trata de falta de alimentos. O mundo tem condições de produzir mais do que são capazes de consumir todos os seus habitantes. O trágico defeito está em não se assegurar o acesso de muitos à alimentação necessária”, frisam. “O Brasil sofre de uma das mais perversas distribuições de riqueza do planeta. Segundo fontes oficiais, há pelo menos 44 milhões de pobres. Num país tão rico como o nosso, o escândalo é que 11 milhões de pessoas ainda passem fome todos os dias (dados da Cepal), enquanto persiste o consumismo ostensivo

dos privilegiados. Essa situação de fome perdura também porque maus políticos a utilizam para se manter no poder.”

Efeitos do neoliberalismo

Segundo a análise dos religiosos, o país colocou-se numa posição de submissão ante o processo de globalização neoliberal e, como resultado, não colheu qualquer avanço, mas apenas viu aprofundarem-se as desigualdades e tende a ver ampliada a exclusão da massa dos cidadãos. “A solução dos problemas sociais depende mais da distribuição da riqueza do que do seu crescimento”, afirmaram, expressando um entendimento que dias depois seria contestado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que considerou uma melhor distribuição de renda como algo secundário e não desejável antes que se consiga o desenvolvimento econômico.

Em crítica direta ao presidente, os bispos apontam o enfraquecimento do Poder Legislativo, por tolerar “o regime antidemocrático das Medidas Provisórias”, exercidas sem freios pelo Executivo. “A cassação de mandato de vários políticos corruptos criou esperanças de renovação. A impunidade, porém, ainda prevalece favorecendo a cultura da corrupção. O desvio de recursos públicos, o tráfico de dro-

gas e outras formas de crime organizado aumentam a violência e a insegurança da população.”

O estudo considera, por isso, o quadro nacional preocupante, ainda mais que a ele se somam “perspectivas internacionais pouco alentadoras, agravadas pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e seus desdobramentos. O mercado financeiro domina cada vez mais a economia mundial em detrimento das necessidades da maioria da população. Em todos os países, a concentração de renda e o aumento de exclusão geram “massas sobran-tes” submetidas ao desemprego, à fome e à ausência ou ao descaso das políticas públicas. O terrorismo mundial provoca uma reação político-militar que vitima um dos países mais pobres do mundo e que empurra os demais para um círculo vicioso de repressão, ameaçador de liberdades individuais e coletivas. Numa exibição de poderio militar, reaviva-se o comércio generalizado de armas, em detrimento dos investimentos sociais. A potência hoje hegemônica no mundo vem pressionando o nosso país a aderir ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que ameaça aumentar a submissão do Brasil e de toda a América Latina aos interesses da economia dos Estados Unidos”.

Na opinião dos bispos, cabe aos brasileiros criar seus próprios remédios para combater esse conjunto de fatores desfa-

voráveis. “Neste novo contexto mundial, visualiza-se a necessidade de nosso país definir um projeto nacional próprio e assumir um papel de líder na integração latino-americana.”

Resistência e esperança

Na visão da CNBB, a sociedade brasileira não está inerte diante de um quadro tão adverso. “Com alegria, vemos emergir, em meio a sinais sombrios, um crescimento da consciência dos Direitos Humanos; a sede de participação, sobretudo das mulheres e dos jovens; a luta contra toda a forma de discriminação e um maior reconhecimento do pluralismo étnico e cultural; o respeito ao ecossistema e à vida.”

Novos atores sociais capazes de justificar essa esperança em mudanças são, de acordo com o estudo, o povo em sua solidária resistência às dificuldades; a movimentação da sociedade civil contra as dívidas externa e interna; a responsabilidade das famílias que insistem em garantir a educação dos filhos, e movimentos sociais diversos, “como o do Fórum de Lutas pela Reforma Agrária, que exerce pressão para que a Reforma se concretize e seja fixado o módulo máximo para as propriedades rurais”.

Outros aspectos positivos são listados: “Os Conselhos Municipais e os grupos de cidadãos que se organizam para acompanhar e fiscalizar a atuação de suas Câmaras de Vereadores; a Lei nº 9.840 contra a corrupção eleitoral, conquistada pela Iniciativa Popular, que obteve nas eleições do ano 2000 alguns resultados positivos; o Ministério Público, quando assume com firmeza sua missão no aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas, à luz da Constituição cidadã; os Meios de Comunicação que vêm cumprindo um papel importante no processo de democratização, embora revelem freqüentemente uma defesa do sistema vigente, comprometendo a formação da consciência crítica da população; os movimentos em defesa da ecologia que têm despertado uma nova



O presidente da CNBB, dom Jayme Chemello, e o secretário-geral da instituição, dom Raimundo Damasceno, defendem a tese de que distribuição de renda mais justa é o ponto de partida para melhorar as condições sociais, idéia contrária à defendida pelo governo. A CNBB critica ainda o excesso de medidas provisórias e a ausência de projeto de desenvolvimento abrangente, capaz de incluir na vida nacional dezenas de milhões de brasileiros que sobrevivem em situações de marginalização. As posições conflitantes da CNBB e do governo mantêm a polêmica sobre a urgência de se distribuir mais a riqueza ou buscar ampliá-la de forma concentrada, para só num futuro indefinido promover maior bem-estar para as camadas populares. Para os bispos, o voto esclarecido pode mudar o quadro político brasileiro

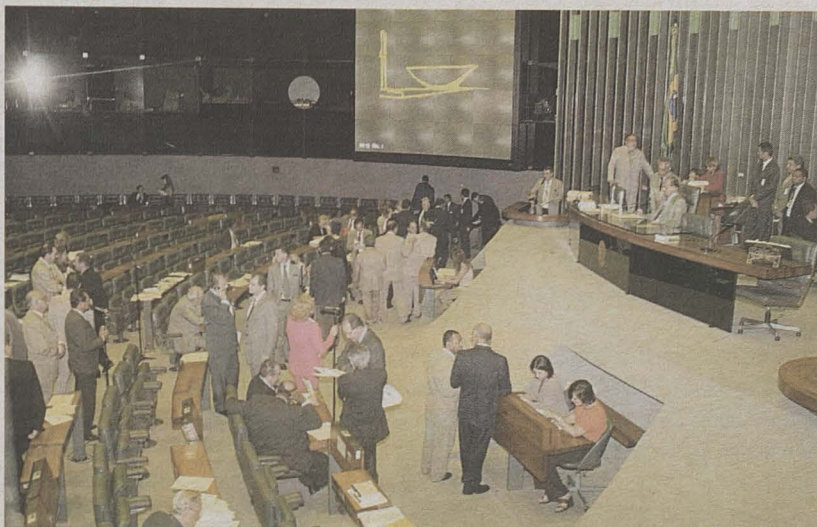
O bom candidato: compromisso social

Recomendando que se evite o voto confessional, dado a um candidato por ser ele de determinado grupo religioso, a Igreja destaca as qualidades que considera essenciais para que um candidato mereça o voto consciente dos católicos.

Assim, recomenda que "a escolha do candidato se faça a partir do seu programa, do seu respeito ao pluralismo cultural e religioso, do seu comportamento ético e de suas qualidades (como honestidade, competência, liderança, transparência, vontade de servir ao bem comum, comprovada pela atuação anterior), do seu compromisso com a justiça e com a causa dos marginalizados, com especial atenção a um programa de ação consoante com aquele proposto neste Documento."

Os religiosos estimulam os católicos a também "criar ou fortalecer comitês contra a corrupção eleitoral e para a aplicação da Lei 9.840, que proíbe a compra de votos e o uso da máquina administrativa; incentivar de modo especial a participação das mulheres na política, e contribuir para que elas preencham o número de vagas que lhes são reservadas por lei; valorizar os candidatos católicos eleitos, acompanhando-os no exercício de seu mandato e procurando manter relações de diálogo com a comunidade eclesial."

"A Igreja não indicará candidatos e partidos, mas os fiéis leigos serão incentivados a promover grupos de "Fé e Política", ou outra forma de organização que os ajude a assumir papel ativo na conscientização e formação política. Para evitar dispersão de votos, recomenda-se que os eleitores católicos procurem agir em parceria com movimentos populares, associações de bairro ou outras expressões da sociedade civil," recomendam os bispos.



O documento da CNBB responsabiliza o Congresso sob vários aspectos, a começar pela submissão ao Poder Executivo, mas reconhece que as CPLs e o afastamento de vários parlamentares, seja por cassação ou renúncia forçada, despertam esperanças de nova ética política. Na foto do meio, o presidente da Câmara, Aécio Neves, entrega ao do Senado, Ramez Tebet, o projeto que reduz os casos de imunidade parlamentar. Na foto de baixo, o relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (D), que incriminou dirigentes, conversa com o senador Gilvan Borges (E), que apresentou relatório em separado, defendendo maus dirigentes

Como a Igreja vai agir

Sugerimos que, ao longo do ano de 2002, até outubro, dioceses, pastorais, movimentos e grupos de "Fé e Política" estudem este documento e promovam:

✓ a divulgação ampla deste documento, visando conscientizar a opinião pública, mediante debates, encontros, artigos, estudos, tanto em comunidades e instituições quanto em meios de comunicação (rádios, TV, jornais...);

✓ a reflexão crítica, envolvendo candidatos a cargos eletivos, movimentos sociais e partidos, estudantes e intelectuais, trabalhadores e sindicatos;

✓ a revisão e o esclarecimento daqueles aspectos deste documento e das posições da Igreja, que no decorrer do debate pré-eleitoral se revelem necessitados de melhor explicação e/ou de aprofundamento.

Dado o número e a complexidade dos temas, sugere-se um cronograma para estudos, debates e divulgação, tendo como

critério enfatizar um aspecto do documento em cada mês, conforme o roteiro seguinte:

✓ 2001/dezembro Primeira divulgação geral do documento e elaboração do plano de estudo e divulgação em âmbito local.

✓ Entregar o documento aos dirigentes dos partidos, em âmbito federal e estadual, fazendo apelo para que evitem acolher e acobertar candidatos envolvidos em processo por corrupção.

✓ 2002/janeiro Estudo e divulgação das diretrizes para as comunidades eclesiais sobre o trabalho de conscientização política.

✓ fevereiro/março/abril Estudo e divulgação deste documento, procurando esclarecer o "porquê" e o "como" da intervenção da Igreja no debate eleitoral. Elaboração das Cartilhas Regionais, Diocesanas ou Comunitárias.

✓ maio a setembro Estudo e divulgação do documento conclusivo da 40ª Assembléia Geral da CNBB (abril de 2002) sobre a "Exigências Éticas e Evangélicas da Superação da Fome e da Miséria", em conexão com a reflexão deste documento sobre as eleições e sobre as Cartilhas.

consciência na preservação da natureza, do equilíbrio vital do planeta e da conviência humana; os movimentos sociais, que abrem novos espaços para a solidariedade e promovem um clima de maior tolerância e de respeito ao diferente."

O episcopado lembra o tradicional ensino social da Igreja, que se baseia nas máximas evangélicas de fraternidade, precedência dos pobres e excluídos, promoção da justiça e paz. "Portanto, quando a Igreja Católica se pronuncia sobre a realidade social, política e econômica, o faz consciente de que de sua missão religiosa decorrem benefícios, luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana", como diz o documento *Gaudium et Spes*, elaborado no Concílio Vaticano II.

"Há mais de cem anos, a Igreja Católica tem sistematizado seu ensino social face às ideologias dominantes, seja do liberalismo, seja do socialismo. Recentemente, a prevalência do chamado neoliberalismo e as novas condições de produção

e distribuição da riqueza têm levado o Magistério da Igreja a explicitar, com clareza, seu posicionamento tanto contra os desvios do atual sistema quanto em favor de novas formas de solidariedade."

A CNBB cita ainda o Papa João Paulo II, o qual, "na Exortação Apostólica *Ecclesia in America*, de 1998, falando sobre os pecados sociais que clamam aos céus, afirma: 'Domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema conhecido como 'neoliberalismo'; sistema este que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado como parâmetros absolutos em prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, este sistema transformou-se numa justificativa ideológica de algumas atitudes e modos de agir no campo social e político, que provocam a marginalização dos mais fracos. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas freqüentemente injustas.'"

"Tudo o que foi recordado do Magis-

tério da Igreja quer ser inspiração para opções que teremos de fazer, com a máxima responsabilidade, no ano das eleições. A Igreja não se furta de sua obrigação ética e evangélica de formar consciências, para que os cristãos e as pessoas de boa vontade assumam, com transparência e compromisso, o dever de fazer a melhor escolha, não só pensando em si, mas de maneira forte e radical no bem comum."

Grandes opções em jogo

"Ao assumir compromissos políticos, a Igreja Católica o faz a partir do imperativo ético da defesa da vida, em cada momento de seu desenvolvimento terreno. Este é o critério máximo de julgamento de qualquer sistema político, dos modelos econômicos e das soluções técnicas. Esse imperativo ético se concretiza, em cada momento e lugar, em metas políticas. Diante da atual realidade brasileira, três grandes metas ganham prioridade: a erradicação da



A pobreza expressa uma das faces da má gestão social, que privilegia poucos e exclui a maioria, situação que, segundo a CNBB, vem se agravando com as práticas governamentais que seguem o receituário político e econômico do neoliberalismo, que nega uma visão solidária da sociedade

fome; o efetivo respeito dos direitos humanos para todos; o desenvolvimento sustentável, que garanta qualidade de vida à população e respeite a ecologia. Sugerimos que os partidos políticos incluam essas metas em seus programas de políticas públicas, correspondendo a um projeto social. Assumidas pelos futuros membros eleitos para o Executivo e para o Legislativo, elas não só alimentarão a cultura da esperança, como poderão contribuir para uma convivência mais justa, condição para a superação da violência institucionalizada e para a construção da paz”, enfatiza o estudo.

Para a erradicação da fome, a CNBB considera passo fundamental melhorar a distribuição de renda no país. “Não basta produzir alimentos em quantidade, se a eles a população toda não tiver acesso. É necessário efetivar a verdadeira Reforma Agrária, há tantos anos prometida. Ao lado de enormes propriedades, muitas vezes improdutivas, milhares de famílias sem terra reclamam alguns hectares para a própria sobrevivência. A terra de negócio não pode ter primazia sobre a terra de trabalho. Urge uma política agrícola vinculada à reforma agrária, que privilegie o pequeno

produtor rural. Promova-se uma política de incentivo à agricultura familiar, por meio de programas de fixação e assentamento, facilidades de crédito, assistência técnica e de recursos hídricos, apoio e garantia à comercialização dos produtos.”

Contra o FMI

Quanto aos direitos humanos, a CNBB aponta a urgência de mudar a política econômica, da qual nascem as situações de desigualdades e injustiças e prega até mesmo a revisão dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Impõe-se uma inversão de prioridades no uso dos recursos federais, estaduais e municipais, privilegiando as carências mais urgentes da população brasileira como educação, saúde, moradia e segurança. Cabe redirecionar a atual política econômica, voltada para o serviço das dívidas interna e externa, em detrimento dos investimentos sociais. Essa inversão exige, por sua vez, desenvolver mecanismos de controle, por parte da população, da aplicação do orçamento e dos gastos públicos.”

Políticas de emprego são também rei-

vindicadas pelo episcopado brasileiro. “É fundamental para a realização humana o direito ao trabalho. A criação de postos de trabalho deve ser priorizada. Os partidos não podem ignorar a voz do povo, que pede geração de novos empregos, mediante investimentos na construção de moradias populares e no saneamento, e incentivo às cooperativas e aos mutirões. Incentive-se a expansão do mercado interno, visando à satisfação das necessidades básicas do povo e o desenvolvimento da poupança interna, que diminuiria a dependência do país com relação aos capitais externos especulativos. Promova-se auditoria das dívidas externa e interna e uma revisão dos acordos com o FMI.”

O documento prossegue: “Os investimentos nas áreas sociais devem contribuir para que a maioria da população veja respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana. Um tratamento injusto é dado aos pobres, e especialmente à população de origem indígena ou africana. Uma verdadeira democracia exige a superação de todas as formas de discriminação – de classe, de raça e de gênero – bem como o fim da violência e da impunidade”, propõe a CNBB. (Procópio Mineiro) ■

Relações desiguais

Relatório “Direitos Humanos no Brasil 2001” revela inúmeras e repetidas violações às garantias fundamentais

O RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, feito em parceria com a Global Exchange e a colaboração de mais de 20 organizações, tem como principal preocupação revelar as pouco conhecidas violações aos direitos humanos em todo o Brasil.

O cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, saudou o lançamento da publicação, considerando-o uma “promissora oportunidade para a retomada da reflexão sobre a temática da dignidade humana e dos direitos fundamentais de cada pessoa”. Segundo o cardeal, em tempos de globalização, o que conta é o êxito econômico, e muito pouco a justiça social.

Uma das organizadoras do relatório, Maria Luísa Mendonça, diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, afirmou que a tarefa foi árdua, porque a sociedade dificilmente tem acesso a dados dos órgãos governamentais. O relatório apresenta 27 textos, divididos em cinco capítulos, tratando de problemas de diversas regiões do país.

O primeiro capítulo, *O passado ainda é presente*, aborda os resquícios da ditadura militar e o quadro atual das Forças Armadas. O texto *Tortura nas Forças Armadas*, de Cecília Maria Bouças Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais, revela 23 casos de violações. Há desde registros de suicídios provocados por humilhações e coações até torturas e assassinatos. O texto lembra que “as investigações são realizadas dentro das próprias corporações e as punições, quando acontecem, são bastante leves ante os delitos cometidos”. *A espionagem do Exército*

e a questão dos mortos e desaparecidos políticos analisa documentos apreendidos pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Estes documentos revelam que os serviços de informação e arquivos secretos da repressão, tão usados na ditadura militar, perduram até hoje, vigiando movimentos populares e organizações sociais, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra. Estes movimentos são qualificados como “forças adversas, que provocam reflexos negativos para a segurança nacional”. Os mesmos documentos revelam listas de militantes mortos na Guerrilha do Araguaia, e que os corpos de muitos desaparecidos políticos foram jogados em covas selecionadas. O texto *A vala clandestina de Perus* fala sobre as mais de mil ossadas encontradas em vala clandestina no Cemitério de Perus, em São Paulo, que passaram 11 anos abandonadas no Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

Os presídios

O tema do segundo capítulo é “Violência urbana e justiça”. O texto *O massacre do Carandiru* trata do julgamento do coronel Ubiratan Guimarães. O comandante da maior chacina da história das penitenciárias brasileiras, que deixou 111 mortos, recebeu a maior condenação da Justiça brasileira: 632 anos de prisão.

Já *A chacina de São Bernardo do Campo* trata da absolvição dos policiais envolvidos na morte de dois adolescentes nessa cidade paulista. Um terceiro jovem sobreviveu e testemunhou contra os policiais. O promotor interpôs recurso contra a decisão do julgamento.



O texto *PM promove barbárie na Paulista*, do jornalista José Arbex, relata a brutalidade policial na repressão a uma manifestação contra a criação do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), na Avenida Paulista, em São Paulo. Um total de 69 pessoas foram presas, mais de 100 ficaram feridas, além de diversos casos de humilhação, coação e tortura praticados pela Polícia Militar de São Paulo.

Trabalho escravo

Em *Violência rural*, aborda-se uma questão pouco divulgada: o aumento da prática do trabalho escravo no país. Na região sul do Pará, foram contabilizados 991 trabalhadores em situação de escravidão em 2001, contra 359 no ano anterior. O Ministério do Trabalho avalia que existam três trabalhadores em regime de escravidão para cada um identificado e resgatado. Embora o presidente Fernando Henrique tenha prometido, em 1995, acabar com o trabalho escravo no país, acredita-se que o regime vem crescendo.

Rezende Figueira, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, esteve em



Manifestações interrompidas pela truculência policial, o trabalho infantil, a expansão do trabalho escravo no meio rural são realidades que exigem ativo trabalho de conscientização em prol da plena cidadania. Na foto menor, padre Ricardo Rezende, que vê na reforma agrária uma grande arma para a mudança



Barras, no Piauí, para entrevistar trabalhadores rurais que foram utilizados em trabalho escravo.

Ele fala sobre o grande número de pessoas aliciadas para as derrubadas de florestas, feitura e conservação de pasto em fazendas do sul do Pará, ou o cultivo de cana-de-açúcar em São Paulo e Minas Gerais. Em geral, são camponeses sem terra, a maioria analfabeta e sem qualificação profissional. Costumam aceitar as ofertas, mesmo sabendo do risco do trabalho escravo, por não terem qualquer perspectiva de emprego em sua terra.

“A utilização de escravidão não vai diminuir enquanto houver impunidade”, afirma Ricardo Rezende. Segundo ele, seria necessária a implementação de uma série de medidas, como mais apoio institucional ao Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, a designação desses casos para a Justiça Federal, por ser mais imparcial e menos sujeita a pressões e até algumas mudanças constitucionais, como a perda da propriedade dos imóveis que utilizam a escravidão, sem qualquer indenização.

Ricardo ressalta a importância da geração de empregos. “A reforma agrária é

uma das soluções possíveis. É barata e pode ser feita com certa rapidez”, acredita.

Além do trabalho escravo, o capítulo sobre *Violência rural* trata da violência contra trabalhadores rurais na luta pela terra, e ainda das populações atingidas por desastres naturais, como a seca, e pelo próprio poder público, com a construção de grandes barragens. Há ainda as ameaças aos povos indígenas, que seguem tendo seus direitos desrespeitados, os territórios violados e as vidas dizimadas.

Direitos econômicos

O quarto capítulo é dedicado às questões relativas aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. *Trabalho infantil no Brasil: dilemas e desafios* cita pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1998, revelando que 7,7 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalhavam: 18% da população brasileira nessa faixa etária, colocando o Brasil entre os campeões de trabalho infantil na América Latina, atrás apenas do Haiti e da Guatemala.

A partir da Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada este ano em

Durban (África do Sul), e os atentados terroristas de 11 de setembro, o texto *Perspectivas para uma justiça global* analisa o processo que levou à universalização dos direitos e aponta dilemas e tensões com relação ao novo contexto histórico. *Os terrorismos de Estado e as doutrinas de segurança nacional globalizadas* analisa a política externa belicista dos Estados Unidos.

A partir do ataque ao Afeganistão, o texto lembra bombardeios como o do Japão e Vietnã, e os embargos econômicos impostos a Cuba e ao Iraque, provocam a miséria e a morte de milhares de pessoas.

Globalização e direitos humanos, de Frei Betto, encerra o livro com um panorama dos direitos humanos a partir da conjuntura internacional. Frei Betto afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos precisa ser enriquecida, com o direito à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação, ao ambiente natural ecologicamente equilibrado, à paridade nas relações comerciais entre países, e à utilização do patrimônio comum da humanidade.

“Finda a Guerra Fria, resta agora reduzir drasticamente a desigualdade entre o Norte e o Sul do mundo”, conclui Frei Betto. (Alvaro Neiva) ■



A Comissão de Direitos Humanos da Câmara e outras entidades denunciam os massacres, as perseguições e a impunidade que vitimam trabalhadores e lideranças sindicais na região, mantendo uma situação de injustiça secular e de clamorosa má distribuição do acesso às terras aproveitáveis

Terror **massacra** sem-terra no Pará

Prisões, execuções, despejos, detenção de lideranças do MST, descoberta de espionagem militar em Marabá, certeza da impunidade, listas públicas de mercados para morrer. Nos últimos seis anos, foram exterminadas mais lideranças camponesas do que nos primeiros 15 anos da ditadura militar. O Brasil tem seu faroeste, um holocausto rural

Rogério Almeida

REFORMA AGRÁRIA, ONDE? Ao contrário do que prega o governo, que aponta o país como exemplo de reforma agrária na América Latina, o quadro que se verifica no sul e sudeste do Pará é o mesmo do início da colonização da região, no fim do século XIX. Violência, desrespeito às leis, milícias particulares, corrupção, favorecimentos estatais aos grandes proprietários continuam servindo como moldura. Distante demais dos palácios e das capitais, o estado de direito por essas paragens sempre foi algo ausente do cotidiano dos que lutam pela reforma agrária. A brutalidade

que a colonização sedimentou fez com que a cultura da violência impregne o imaginário da região. A certeza da impunidade funciona como animador das execuções de lideranças do movimento pela reforma agrária.

Nos últimos 25 anos, entre 1976 e 2001, 714 trabalhadores rurais foram executados no Pará, 534 casos só no sul e sudeste do estado. Relatório da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) do Pará – Regional Sudeste, mostra que no governo FHC (1995/2001) morreram mais trabalhadores rurais do que nos primeiros quinze anos de ditadura militar.

Os dados do primeiro semestre de 2001 indicam que 121 pessoas foram presas durante desocupações de latifúndios na região. Isto corresponde a 20% dos detidos em 1999 em todo o Brasil (611), conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional. Em Aurora do Pará, latifúndio do senador Jader Barbalho, 37 foram para a cadeia de uma só vez, em 26 de junho. Outros 29 foram encarcerados no dia 5 de abril, em Eldorado do Carajás.

Entre 4 de julho e 1º de setembro, sete pessoas foram executadas, sendo três de uma só vez e da mesma família. Enquanto faltavam viatura, combustível e pessoal para recolher corpos de trabalhadores rurais assassinados, sobravam recursos nas operações de desocupação dos latifúndios e de perseguição às lideranças de trabalhadores rurais sem terra. É clara a ligação entre o poder estadual e o latifúndio da região. Não bastasse tudo isso, ainda foi estourado um quartel general do Serviço de Inteligência do Exército. Forças adversas, passíveis de terem seus direitos arranhados e até sujeitos à eliminação, foram os enquadramentos dados pelos arapongas aos movimentos que organizam a luta pela reforma agrária no Pará. Movimentos legítimos de luta pela reforma agrária são comparados às organizações do narcotráfico, ameaçadores do poder institucionalizado.

Morte anunciada

Com quatro meses de antecedência, a Secretaria de Defesa Social do Pará sabia que José Pinheiro Lima (Dedé), diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Marabá, estava marcado para morrer. A execução de Dedé, esposa e um filho de 15 anos, ocorreu no dia 9 de julho, poderia ter sido evitada.

O delegado Antônio Borges, do Departamento de Conflitos Agrários da Polícia Federal, havia notificado a Secretaria de Defesa do Estado do Pará sobre a ameaça de morte que Dedé vinha sofrendo. A Secretaria de Defesa, porém, nunca se dignou a informar a Dedé ou a qualquer das entidades ligadas ao movimento popular.

Manoel Messias Colono de Souza foi executado no dia 4 de julho. O corpo de

Relatório da Fetagri mostra que no atual governo (1995/2001) morreram mais trabalhadores rurais que nos primeiros quinze anos de ditadura militar. Há listas de marcados para morrer



Fotos: AFP

Impunidade que agride

“Tenho mais medo da polícia do que outra coisa. As vezes recebo três telefonemas por dia de fazendeiros me ameaçando de morte. Março do ano passado, entreguei documento para Sette Camara, secretário estadual de Segurança. Nada foi feito. O delegado de Parauapebas sabe quem quer me matar; ele está envolvido em muita coisa errada em Parauapebas. Acho que estou assinando minha sentença de morte quando falo isso.”

Antonio R. de Souza, diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Parauapebas, um dos 27 ameaçados de morte

“No dia 18 de maio de 2001, o delegado Aquino, mais alguns fazendeiros e pistoleiros, sem mandato de segurança, chegaram à fazenda Talimã/Remanso, em Marabá, para desocupar a área. Destruíram toda a plantação de milho, arroz e mandioca, às vésperas da colheita. Foram expulsas da fazenda 50 famílias, e quatro prisões foram efetuadas. Fomos presos eu, meu pai e mais dois companheiros. A acusação era a de sempre: formação de quadrilha, que não admite fiança, e esbulho possessório. Apesar da acusação de formação de quadrilha não admitir fiança,

fomos soltos depois do pagamento de 400 reais. Hoje, a área vem sendo destruída com a exploração das castanheiras.”

Sebastião Rodrigues
trabalhador rural

“Eu não gosto mais de falar nesse assunto. Depois que Euclides tombou, ainda fiquei um ano e meio na luta. Não agüentei ficar sendo ameaçada de morte. Crio oito filhos sozinha. A caçula nasceu no dia da morte de Euclides. Às vezes, passamos necessidade. Quase todos os dias cruzo com o sujeito dono da arma que matou Euclides. É comum os fazendeiros rirem na nossa cara. Tenho saudade da luta, mas tenho que criar os meus oito filhos.”

Rosana, mulher de Euclides Francisco de Paula, (morto em 1998). Depoimento feito ante a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em Marabá, em outubro

“Pelo menos 10 fazendeiros estão me ameaçando. Eles afirmam que em Rondon eu sou o da vez. Apesar de ter registrado queixa na delegacia, nenhum deles foi chamado para prestar depoimento.”

José Brito, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Rondon do Pará, outro ameaçado



Os corpos de Dedé, da mulher e do filho caçula, no dia da execução por jagunços a mando de um fazendeiro. Dedé recusara subornos do latifundiário para retirar-se do movimento pela reforma agrária

de morte. O sindicalista está se afastando da região para preservar a própria vida

“Joaozinho chegou a oferecer 50 mil reais, seis meses de supermercado e casa em Marabá para o meu pai deixar o movimento pela reforma agrária. O pai não aceitou e pagou com a vida. O pior é que a sua morte poderia ter sido evitada. A Polícia Federal havia avisado a Secretaria de Segurança do Pará, quatro meses antes da execução de minha família. O secretário de Segurança não fez nada. Não avisou a ninguém – nem a meu pai, nem ao movimento. Caso o Incra e a polícia tivessem agido, o meu pai não te-

ria morrido. A omissão do estado matou meu pai, minha mãe e meu irmão.”

Ednaldo, filho de José Pinheiro Lima (Dedé) (executado com esposa e o filho caçula de 15 anos, no dia 9 de julho em Marabá. O fazendeiro Joaozinho, principal suspeito, costuma zombar do rapaz, quando se cruzam nas ruas de Marabá. Ednaldo já começou a receber ameaças de morte. O fazendeiro Joaozinho chegou a ser preso para averiguação, só que foi liberado e o delegado não solicitou sua prisão preventiva



Testemunhas e familiares narraram detalhes dos crimes praticados por jagunços a mando de fazendeiros e grileiros e confirmaram que as famílias das vítimas continuam a ser ameaçadas

Manoel Messias só foi removido para o IML em carro fretado pelo STR de Marabá. A única viatura da Delegacia de Polícia Civil Regional de Marabá só executou diligência ao local do crime depois que o Sindicato conseguiu litros de gasolina para a polícia. No município de Itupiranga, na fazenda Hidroservice, no dia 11 de julho, foi morto o lavrador Divino Francisco Dantas.

Durante 90 dias uma equipe da Delegacia de Investigações e Operações Especiais (DIOE), Polícia Civil, comandada pelo delegado José Alcântara Neves, percorreu os municípios de Aurora do Pará, Tailândia, São João do Araguaia e Água Azul do Norte. (Estima-se em 100 reais a 120 mil reais o custo com tropas de choque da Polícia Militar para despejo.)

A execução, despejo e prisão de lideranças coincidiu com a Exposição Agropecuária de Marabá (Expoama), festa organizada pelos latifundiários da região, ocorrida em julho. A Expoama contou com a presença do governador Almir Gabriel (PSDB) e de vários secretários. Estes cobriram de elogios os fazendeiros e demonizaram o movimento sindical e o MST.

Terra do mais forte

O sul e o sudeste do Pará são regiões consideradas como uma “terra de ninguém”, talvez fruto do processo de colonização, uma expansão capitalista brutal. A repressão, violência e execuções de que o movimento sindical do Pará vem sendo alvo só têm comparativo com a repressão implantada no tempo da ditadura. A indiferença tem sido a resposta oficial dos governos estadual e federal. Três lideranças do MST passaram uns 30 dias detidas. Enquanto era solto o fazendeiro Joãozinho, o principal suspeito de ordenar a execução de José Pinheiro Lima (Dedé), uma tropa de choque da PM aportava em Marabá para efetuar despejo em 15 latifúndios e era assassinado Ademir Alfeu Federicci, o “Dema”, sindicalista no município de Altamira, oeste do Pará.

Ademir Alfeu Federicci, 36 anos, conhecido como Dema, coordenava o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e foi assassinado em sua residência no dia 25 de agosto de 2001. Após lutar com o assassino, foi morto com um tiro na boca. Dema iniciou militância política nos idos

de 70. Atualmente dirige a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia. Entre 1996 e 2000, foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Quatro filhos estão na orfandade.

Vários motivos poderiam explicar a execução de Dema. Mas um deles é comum em qualquer canto da região amazônica: a certeza da impunidade. Um outro é o destaque que o sindicalista vinha tendo dentro do movimento de resistência à construção da hidrelétrica de Belo Monte. Fala-se ainda das denúncias que fazia sobre desvios de verbas da extinta Sudam e sobre a exploração irregular de madeira.

Como no sul e sudeste do Pará, o clima em Altamira é de terror. Nos últimos anos a execução de lideranças sindicais no Pará vem ganhando o caráter seletivo. Foi assim com lideranças do MST, Fusquinha e Doutor. Foi assim com as lideranças da Fetagri no sudeste do Pará, Dezinho, Elclides, Dedé, Miguel Freitas da Silva, 44 anos, presidente da Associação de Trabalhadores Rurais de Ipaú, no Km 60 da rodovia Transcamaeté, região do Baixo Tocantins paraense, é o caso mais recente. Miguel foi morto no dia 1º de setembro por dois pistoleiros em Tucuruí. Pai de oito filhos, foi assassinado na porta de casa. Os pistoleiros chegaram de motocicleta.

O cenário do conflito

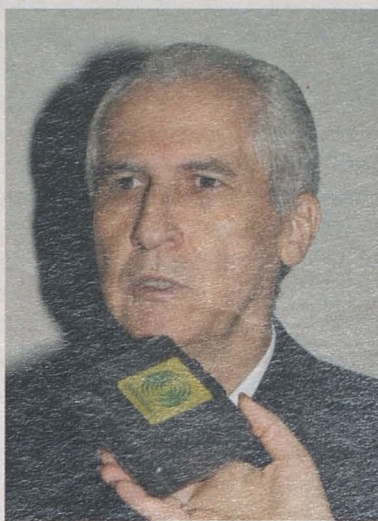
Os 300 assentamentos, com mais de 60 mil famílias, compõem o barril de pólvora na luta pela reforma agrária nas regiões sul e sudeste do Pará. Os recursos estão congelados em 65 milhões de reais, quantia, que, segundo cálculos da CPT, não cobre nem 10% das demandas. Faz mais de cinco anos que o crédito para construção das casas nos assentamentos está congelado em 2.500 reais.

O estado de barbárie convive na região com a tecnologia de ponta de ex-

Holocausto rural

O fenômeno das listas dos "mercados para morrer" é uma das características mais cruéis da violência na região sul e sudeste do Pará. Essa lista circula na área, não raro acompanhada de tabela de preços de execuções, diferenciando os valores de acordo com a posição social do ameaçado. Na lista a que a delegação da Comissão de Direitos Humanos teve acesso, em outubro, havia 24 nomes:

Francisco Assis Solidade da Costa (ex-coordenação da Fetagri-Sudeste do Pará, vice-prefeito de São Domingos do Araguaia); 2. Raimundo Nonato Santos da Silva (coordenador da Fetagri, sudeste do Pará); 3. José Soares de Brito (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará); 4. Herenaldo Ferraz de Souza (líder sindical da fazenda Tulipa Negra); 5. Francisco Salvador (secretário agrário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará); 6. Abidiel Pereira (coordenador da Fetagri, no sul do Pará); 7. Maria Medrado (liderança em Rondon do Pará); 8. Antônio Souza Carvalho (secretário de Política Agrária da Fetagri-PA); 9. Mariel Joel Costa (viúva de Dezinho, líder assassinado); 10. Maria das Graças Dias da Silva (liderança da fazenda Tulipa Negra); 11. Sebastião Pereira (líder sindical da ocupação da fazenda Três Poderes); 12. João Batista Nascimento (líder sindical da fazenda Prata, São João do Araguaia); 13. José Cláudio Ribeiro da Silva (líder sindical de Nova Ipixuna); 14. Carlos Cabral Pereira (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria); 15. Izalda Altino Brandão (diretora da Fetagri, sudeste do Pará); 16. Raimundo Nonato de Souza (direção estadual do MST do Pará); 17. Luis Gonzaga (direção estadual do MST do Pará); 18. Eurival Martins Carvalho (direção estadual do MST); 19. Ulisses Manaças Campos (direção estadual do MST); 20. Antonia Melo da Silva; 21. Adão Araújo de Jesus; 22. Lúcio da Fonseca; 23. Tarcísio Feitosa da Silva; 24. Bruno Kenpner.



O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, José Abrão (alto); o presidente do Incra, Sebastião Azavedo (meio), e o ouvidor agrário, desembargador Gercino Silva: sem soluções efetivas contra o morticínio

tração de minério da Companhia Vale do Rio Doce. A riqueza se esvai, ficam a miséria e seus herdeiros. Eles chegaram atraídos pela promessa de um novo eldorado. A maioria dos deserdados é oriunda do Maranhão, considerado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida como o estado que mais exporta tensão social no país. Os braços empregados ou escravizados para derrubar a mata para o pasto da pecuária, a edificação da ferrovia, a labuta em carvoarias, a construção de infra-estrutura vêm também de outros estados do Nordeste, como Bahia e Ceará. Até hoje, há fazendas que mantêm trabalhadores em regime de semi-escravidão.

Vale muito pouco a vida por estes rincões do país. Os depoimentos evidenciam isso. A omissão do estado fica clara. Há corrupção e desrespeito às leis. O que os lavradores ocupam são terras da União e do estado. Ocupam para produzir, criar uma perspectiva de vida: o que os trabalhadores e trabalhadoras estão fazendo não tem caráter especulativo.

Eles estão desconstruindo a grilagem e a especulação. Há quem não aceita isso e defende a grilagem e a especulação com a violência das milícias e jagunços. Milícias particulares são travestidas de empresas de segurança, um verniz para oficializar a pistolagem. Marca e Master são duas das muitas empresas inventadas.

Em algumas localidades os funcionários/jagunços estão exercitando o papel de polícia: fazem desocupação, dão batidas, prendem e torturam trabalhadores. Ser militante por estas paragens do país é ser cabra marcado para morrer. ■

Rogério Almeida é assessor do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp) - Marabá/PA. Edita semanalmente o boletim eletrônico *ContraPonto*, do conjunto das entidades populares de Marabá

Rio celebra Zumbi com feriado

Dia da Consciência Negra promove debates e estimula políticas de resgate da cidadania dos brasileiros mais pobres

Nestor Cozzeti

COM CERIMÔNIAS JUNTO AO BUSTO DO HERÓI NEGRO, o dia 20 de novembro tornou o Rio de Janeiro uma das raras cidades brasileiras a marcar a data com um feriado municipal. Um cartaz aos pés do monumento lembrava os negros cariocas que estão nas piores condições sociais: “Jacarezinho, favela de maior concentração de negros do Rio de Janeiro, portanto o maior quilombo urbano do estado, saúda Zumbi dos Palmares”.

A lei que instituiu o feriado foi de autoria do vereador Edson Santos (PT), militante do Movimento Negro Unificado (MNU) e única autoridade que se fez presente ao ato. Para ele, o justo seria que o feriado se tornasse nacional. Além de Alagoas, lugar histórico do Quilombo dos Palmares – que celebra a data com feriado estadual –, os únicos municípios brasileiros a oficializarem como feriado o Dia Nacional da Consciência Negra foram Rio, Petrópolis (RJ), Pelotas (RS) e Hortolândia (SP).

O dia lembra a morte do líder quilombola em 1695. Zumbi liderou, em sua fase final, o Quilombo dos Palmares, na verdade uma federação de aldeias que se estendia pelas serras conhecidas como Palmares, no sul da capitania de Pernambuco, à qual ainda estava integrado o território do hoje estado de Alagoas.

Hoje, segundo dados oficiais, os negros (total de pretos e pardos) representam 45% da população brasileira, mas correspondem à cerca de 65% da população pobre e 70% da população indigente. Os dados indicam, segundo estudiosos, que a abolição da escravidão, há mais de 113 anos, deu a liberdade legal aos cativos, mas

não garantiu sua inserção cidadã no conjunto nacional através da educação e do trabalho.

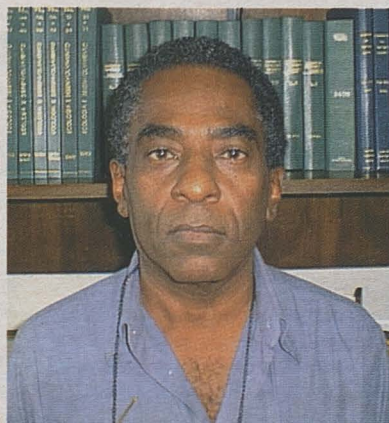
Universidade debate

Por iniciativa das estudantes de Letras Núbia Farias e Verônica Aragão, realizou-se a I Semana da Consciência Negra, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Outras universidades também homenagearam, com debates e seminários, Zumbi dos Palmares. Mas os alunos reivindicam uma discussão mais aprofundada sobre questões raciais no ambiente intra e extra-acadêmico.

Um dos palestrantes convidados ao evento da UFRJ, o professor e escritor Joel Rufino dos Santos, subsecretário fluminense dos Direitos Humanos, frisou que “alguns anos atrás esse tema não seria discutido, pois ainda imperava a noção de que não havia racismo no país. Mas, na atualidade, o debate é possível.”

Para o professor, o racismo é “uma forma de dominação baseada na idéia equivocada de que há raças.” E explica: “A discriminação é uma atitude que fica entre o preconceito e o racismo. Já o racismo é uma forma de poder e de dominação, de exploração social. As três formas existem no Brasil. A nossa história é a história da exploração racial e hoje há a reprodução do modelo.”

Joel Rufino lembra que hoje a ciência já demonstrou que não existem raças. Há um patrimônio genético humano, que pode se miscigenar. Na sua opinião, o mito da democracia racial foi enterrado pelo movimento social negro. Agora, com o programa de cotas para a educação, por exemplo, o Estado busca contribuir com a superação



Joel Rufino: uma questão de consciência

do racismo através de políticas públicas. E, finalmente, Rufino faz uma afirmação de caráter psicológico: negro é quem se considera negro. “Eu conheço muitos negros que não se consideram negros. Então, não o são. E conheço brancos de pele que se consideram negros, e negros são.” E completa seu raciocínio com uma coordenada política: “Negro é quem se coloca ao lado do povo. Quem se identifica com os exploradores, não é negro.”

Núbia Farias, idealizadora da 1ª Semana da Consciência Negra, fez uma reflexão oportuna sobre outro conceito muito utilizado, erradamente, o de cultura negra. Disse ela: “Numa mesa-redonda na Faculdade de Letras, Maurício Gonçalves, filho do ator Milton Gonçalves, disse que era contra a cultura negra. Aquilo mexeu com minhas convicções sobre preconceito. Por que ele é contra a cultura negra, se é negro?, me perguntei. É que, como ele explicou, a cultura não tem cor. A cultura é produzida pelo povo. Por isso existe a cultura africana, a cultura alemã, a cultura árabe. Ao falarmos em cultura negra, estamos marcando a pessoa pela cor. Maurício estava dizendo que um negro, só por ser negro, não precisa gostar de bater tambor. Essa denominação de cultura negra já leva em si mesma o preconceito.” ■

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85-86448-08-7

Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris

BIOGRAFIAS



PRESTES
Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana
Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS

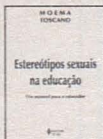


DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL
(1500 - 1808)

Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85 7302 320-1

Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$53,90 Editora Objetiva

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO
Um manual para o educador

Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2
Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 15,70 - Editora Vozes

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUIA
Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0

O livro continua o anterior *A Águia e a Galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$16,50 Editora Vozes



A ÁGUIA E A GALINHA
Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$19,80 Editora Vozes

HISTÓRIA



CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO
Liszt Vieira Cód. 4775-9

O livro aborda com profundidade e competência os desafios trazidos pela globalização, em particular o papel das organizações da sociedade civil na promoção da democracia na esfera global. 142 páginas. R\$18,00 - Editora Record



ESCRavidÃO OU MORTE
Jorge Preto de Souza Cód. 0100-20

O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$24,20 - Ed. Mauad



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Editora Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025

O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeiev Cód. 0084

Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$14,00 - Editora Revan



MINAS DO OURO E DO BARROCO
As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino Cód. BA 7014

O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód.85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo. 532páginas. R\$35,00 - Editora Rocco



CHICA DA SILVA
A mulher que inventou o mar
Lia Vieira Cód. 15503-8

Texto e literatura configuram um processo de interlocução pleno de subjetividade, idéias significativas e com riqueza de imagens, onde a presença da arte, cultura e estética tem um olhar crítico, dinâmico e atual. 64págs. R\$15,00 - Editora OR

MEMÓRIAS



EUROPA 1935
Uma aventura de juventude
Moacir Werneck de Castro
Cód. 85.01.05771-1

A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$22,00 Ed. Record

POLÍTICA



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo I - Do menino ao guerrilheiro
Claudia Furiati Cód.85.7106-327-4

A chegada do pai espanhol de Fidel a Cuba, no início do século XX, até a vitória da Revolução naquele país, em janeiro de 1959. Ilustrado com fotos e mapas. 576 págs. R\$54,00 - Ed. Revan



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo II - Do subversivo ao estadista
Claudia Furiati Cód.85.7106-328-2

A formação do novo poder em Cuba, a "crise dos mísseis" de 1962, o apoio de Cuba à luta de libertação em Angola, e outros países que se batiam contra o imperialismo. A confirmação de Fidel como um dos grandes estadistas do mundo. Com fotos e mapas. 496 páginas. R\$46,00 - Editora Revan



O LIBERALISMO NO BRASIL COLONIAL
Origens, conceitos e prática
Lúcia M. P. Guimarães & Maria Prado
Cód.85.7106-228-5

A obra reúne estudos sobre a difusão no Brasil das idéias liberais vindas da Europa às vésperas da Independência, focalizando sua repercussão na imprensa, na literatura e nos debates políticos do país na época. 192 págs. R\$24,00 - Editora Revan



DIÁSPORA
Os longos caminhos do exílio
José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo
Cód. 85-7509-019-4

Mostra o dia-a-dia dos exilados, com as dificuldades de adaptação a realidades tão diferentes, a luta pela subsistência, a educação dos filhos, a necessidade de dominar uma nova língua imediatamente, as relações de cada um dentro e fora do grupo, seus sonhos, êxitos ou frustrações. 280págs. R\$28,00 Geração Editorial



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL
Bernardo Mançano Fernandes
Cód. 85.326.2345-X

O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318páginas. R\$28,60 - Editora Vozes



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA
Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205

O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$16,00 - Editora Revan



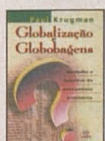
CORRUPÇÃO E REFORMAS POLÍTICAS NO BRASIL
O impacto do impeachment de Collor
Keith S. Rosenn & Richard Downes
Cód. 85.225.0314-1

Como os outros fatores ligados ao impeachment permanecem ativos na vida social e política brasileira: uns com o testemunho de amadurecimento institucional, outros como dilemas não-resolvidos e portanto como focos potenciais de novas crises. 240págs. R\$34,00 - Ed. FGV



CAPANEMA
O ministro e seu ministério
Angela de Castro Gomes
Cód. 85.225.0323-0

O livro retoma eventos e debates ocorridos no primeiro governo Vargas e tudo o que ele marcou nas complexas áreas da saúde, da educação e da cultura em nosso país. 276págs. R\$25,00 Editora FGV



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS
Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman
Cód. 20412-1

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. R\$39,00 - Editora Campus



O APAGÃO
Por que veio? Como sair dele?
Luiz Pinguelli Rosa
Cód. 6227-7

O livro reúne vários artigos publicados pelo autor sobre a gestação da crise de energia que atinge hoje a população brasileira, afligindo as famílias e abalando a perspectiva de desenvolvimento econômico e social do país. 125págs. R\$15,00 - Ed. Revan



O FIM DA URSS E A NOVA RÚSSIA
De Gorbachev ao pós-Yeltsin
Angelo Segrillo
Cód. 85.326.2393-X

As fases da Perestroika, o processo de privatização e ida ao capitalismo da Rússia na década de 1990, além de diversas outras informações da época atual. 152págs. R\$13,80 - Ed. Vozes



QUE BRASIL QUEREMOS?
Depois de 500 anos
Leonardo Boff
Cód. 85.326.2328-X

A forma como o novo Brasil trabalha criativamente esse drama poderá colaborar para unificar a Humanidade na casa comum, o planeta Terra. 128 páginas. R\$14,30 - Editora Vozes



A CARAVANA DA MORTE
O livro que levou Pinochet ao banco dos réus
Patricia Verdugo
Cód. 85.7106.224-2

O livro, obviamente, foi silenciado na época pela imprensa no Chile. Mesmo assim, rendeu vários prêmios. págs. R\$28,00 - Ed. Revan



DESMONTE DA NAÇÃO
Ivo Lesbaupin (Org.)
Cód. 85.326.2174-0

O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$19,40 - Editora Vozes



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS: Determinantes da descentralização
Marta Arretche
Cód. 85.7106.194-7

A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$32,00 - Ed. Revan



NO TEMPO DE VARGAS
Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria
Cód. 0075

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$18,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA
Che Guevara e Raúl Castro
Cód. 517

Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Uerj/USP) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00 Oficina do Autor



BRIZOLISMO
João Trajano Sento-Sé
Cód. 225.02862

Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 - Editora FGV



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna
Cód. 0156

As ações políticas da ditadura de 1964 a 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter anti-democrático. A autora identifica os fatores que produzem barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$35,00 - Ed. Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999
Emílio Azevedo
Cód. M 0268

Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00 Editora Multitexto

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM
Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray
Cód. 20310-0

O autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA
Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray
Cód. 20311-0

Tire proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais. Uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. - R\$29,90 - Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS
Várias Autoras
Cód. 2210

Um instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356págs. R\$26,00 - Ed. Pallas

SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO
Teoria social e cultura global
Roland Robertson
Cód. 85326.2247-X

Mostra como a cultura tornou-se questão contestada globalmente. Por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312págs. R\$35,20 - Ed. Vozes



OS ARGONAUTAS DA CIDADANIA
A sociedade civil na globalização
Liszt Vieira
Cód. 5949-8

O autor propõe a reinvenção dos conceitos de democracia, de cidadania e de sociedade civil de modo a servirem de base à construção de uma política eficaz contra a globalização hegemônica, neoliberal. 405 páginas. R\$38,00 - Editora Record

POLÍTICAS PÚBLICAS

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda. ou faça o seu pedido online: www.etm.com.br

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
() Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Validade até ____/____/____
Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

CADERNOS 237

Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - <http://www.etm.com.br>

Instituições fragilizadas

Desafios do próximo governo incluem a revisão de políticas para colocar o país outra vez na rota do crescimento econômico e social

Não são poucos os analistas que chegaram à conclusão de que uma das providências importantes, que terá de adotar o governo que assumir em 2003, é a recuperação da institucionalidade que impulsionou o desenvolvimento do Brasil. Esta institucionalidade está hoje subvertida para ajustar-se às metas de inspiração neoliberal. Isso, no entanto, só poderá se concretizar se as oposições tiverem pulso e vontade política para recolocar o país na rota do desenvolvimento, uma vez investidas no poder.

O tema ainda não se inscreve na agenda dos debates para a próxima campanha eleitoral, tampouco até aqui despertou o interesse da mídia, apesar da sua alta relevância, embora o governo continue deixando cada vez mais claro o propósito de levar a cabo as reformas chamadas de segunda geração (Previdência Social, Legislação Trabalhista, privatizações mais problemáticas etc.) exigidas pelos organismos multilaterais.

Recentemente, com o apoio da maioria cativa de deputados do bloco oficial, o Planalto deu significativo passo no sentido da destruição da institucionalidade no mundo das relações capital-trabalho, com as alterações que introduziu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para privilegiar o capital. Mais ainda: subverteu princípios de Direito, ao introduzir na CLT o primado dos arranjos entre patrões e empregados sobre a Lei e a própria Constituição.

Cabe ao Senado agora a tarefa de impedir a consumação desses objetivos ou, em última instância, restará ao Supremo Tribunal Federal fazer respeitar o Estado de Direito Democrático, que analistas e toda a oposição consideraram arranhado nesse episódio legislativo.

Para serem bem-sucedidas na política de desenvolvimento que defendem, as oposições, uma vez no poder, terão de se empenhar na urgência da recuperação do Banco Nacional do Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) como instituição de fomento, hoje desfigurada e transformada em banco de negócios voltado para privilegiar o grande capital, notadamente o estrangeiro. O mentor do desmonte é o Sr. Francisco Gross, que deixa a presidência do BNDES para cumprir missão igualmente demolidora na Petrobrás.

A questão exige também das lideranças empresariais mais lúcidas uma ação firme sobre o governo nesse seu jogo bruto de destruição das instituições que respaldaram o desenvolvimento do Brasil.

É preciso, por outra parte, que se oponham resistências às tentativas de dar independência ao Banco Central, a menina dos olhos dos banqueiros nacionais e internacionais, locus de formulação e execução da política econômica dos governos neoliberais. Os beneficiários dessa política defendem não a autonomia, mas a própria independência do Banco Central como o banco dos banqueiros e gestor do monetarismo que inviabiliza o setor produtivo e promove a financeirização da economia brasileira. Sob o atual governo, é o Banco Central que define as

diretrizes e se incumbem da execução da política econômica.

A corrente que defende a tese da independência deixa muito claro que a política monetária terá de continuar sendo elaborada e executada pelo Banco Central, à margem da política econômica do governo. Advoga, mesmo, uma subordinação da política econômica à política monetária, como se ambas não fossem políticas do mesmo governo, como se o Banco Central não fosse instrumento auxiliar no conjunto das instituições executoras da política governamental.

O governo quer transformá-lo numa espécie de santuário intocável, obediente apenas ao Congresso Nacional. O BC deve ter, sim, a necessária autonomia para gerir e disciplinar as relações entre as instituições financeiras e destas com as instituições econômicas e com a sociedade, de acordo com os procedimentos estabelecidos na legislação que normatiza a estrutura e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional também nas suas relações com o setor produtivo. E exercer o seu poder fiscalizador com a necessária eficácia.

É, portanto, extravagante a idéia de atribuir ao Banco Central poderes para atropelar a política econômica. Sob a influência dos banqueiros, a vocação do Banco Central é a execução de políticas fundadas na imprudência do monetarismo. ■



O presidente boliviano Jorge Quiroga (esquerda) com o brasileiro Fernando Henrique Cardoso, antes de uma reunião no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 10 de dezembro. Quiroga e Cardoso negociam a possibilidade de aumentar o comércio de gás natural entre os dois países, devido ao crescimento da demanda de combustível por parte das indústrias brasileiras

Otimismo irresponsável

Ao mesmo tempo em que procura adiar os últimos suspiros do Plano Real, o governo enfatiza a visão otimista com projeções favoráveis para os resultados futuros do balanço comercial, para o ingresso de capitais de risco, captação de recursos através de lançamentos de papéis no mercado internacional de capitais, empréstimos patrocinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. É o recurso ao crônico endividamento externo, única saída que os organismos multilaterais oferecem no curto prazo como ajuda para adiar a morte definitiva do modelo e tentar dar um pouco mais de fôlego à política econômica e revalorizar artificialmente o real num ano eleitoral que se antecipa de monumentais dificuldades para o governo e seu candidato.

Na linha do otimismo, o governo conta com a grande mídia para estimular o mercado de ilusões e exibir um Brasil imune à grave recessão que grassa abertamente nas economias líderes da economia mundial. Isso nos faz recordar a “ilha de tranquilidade” no mar de turbulências econômicas e financeiras dos anos 70, com a inconversibilidade do dólar em ouro, o fim da vigência dos acordos de Bretton Woods, as altas estratosféricas dos preços do petróleo, a inflação de dois dígitos nos Estados Unidos, a iliquidez internacional mais tarde convertida em excesso de liquidez com a ajuda da reciclagem dos petrodólares. A tal “ilha de tranquilidade”, então, era um país chamado Brasil, ainda hoje à espera de uma bonança que não chegou depois da tempestade. A crise da dívida se agravou, a inflação anual chegou a milhares por cento, e o país acabou aprisionado na armadilha neoliberal.

Para dar maior peso ao otimismo governamental, a mídia recruta economistas tupiniquins e estrangeiros comprometidos com a mistificação e franqueia-lhes generosos espaços, nos quais pontificam com o seu saber convencional já superado e um certo ar de pedantismo.

Um dos mais recentes exemplos de visão rósea é o economista Paulo Hadad, presença semanal, às sextas-feiras, em espaço do jornal *Valor*. Em artigo sob o título “Vulnerabilidades e déficits” (*Val-*

lor, edição do fim de semana – 9, 10 e 11 de novembro de 2001), o professor Hadad afirma que não há grandes riscos nos sistemáticos déficits em conta-corrente – algo em torno de 26 bilhões de dólares este ano –, para garantir, em seguida, que “a coisa não é feia como parece”.

Ora, ao problema do endividamento externo e do estoque alto da dívida, que economistas não engajados reconhecem de inegável gravidade, se associam outros itens de um passivo externo superior a 400 bilhões de dólares a comprometer algo em torno de 12% do nosso Produto Interno Bruto (PIB). Aí não estão incluídas as fugas de capitais sob as mais variadas formas ilegais, às quais o Banco Central continua alheio.

“A coisa”, para repetir uma componente da tirada do professor Hadad, é, certamente, bem mais feia do que possa aparentar. Por aí se podem avaliar melhor as “perdas internacionais”, termo criado por Leonel Brizola, cujo significado, ironicamente os papas do saber econômico pedantesco fingem desconhecer.

Os otimistas costumam dar plantão também lá fora. É o caso do professor Albert Fishlow, ex-secretário-adjunto para Assuntos Internacionais do Departamento de Estado norte-americano e professor-visitante da School of International and Public e da Universidade de Colúmbia. No jornal *Gazeta Mercantil*, edição de 5 de novembro de 2001, em artigo sob o título “As más notícias não são tão más assim” (o economista Paulo Hadad usou a expressão “a coisa não é tão feia como parece”), o professor Fishlow registra a redução do ritmo de crescimento da economia mundial e acena com a possibilidade de uma reversão do atual quadro da economia dos Estados Unidos no longínquo fim do ano de 2002 e a constatação de uma situação difícil na Europa, na América Latina e na Ásia. Panorama nada animador para a economia brasileira, cujo maior problema, hoje, é a dependência externa, tanto de mercados com vista ao equilíbrio da conta-corrente do balanço de pagamentos, quanto de recursos para investimentos, uma vez que o padrão de financiamento do baixíssimo crescimento se baseia na poupança externa,

que, no entanto, só tem entrado no país para a compra de ativos estatais e privados. Daí os inexpressivos 17% de investimentos em relação ao PIB que sobram da poupança doméstica aprisionada na dívida pública interna.

A visão cor-de-rosa do economista Albert Fishlow é função das mudanças estruturais ocorridas na América Latina. Para ele, é suficiente a consolidação da democracia, com as manifestações do voto em branco, em protesto contra o desempenho dos políticos. Dessa forma, o Brasil terá garantida a sua prosperidade sem maiores obstáculos. Não sabemos que democracia é essa do Sr. Fishlow que se consolida na base do voto em branco. No que diz respeito às mudanças estruturais na América Latina, louvadas pelo Sr. Fishlow, temos na Argentina e no Peru os seus nada edificantes resultados.

Mas, em meio a tanto otimismo irresponsável, o empresariado nacional começa a acordar para a realidade do Brasil. E a expressão mais recente desse despertar foram palavras ponderadas, mas carregadas de indignação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, no jornal *Folha de S. Paulo*, na seção Opinião:

“Alegar que o empresário gosta de inflação, sobrevive só com subsídios e tem os olhos no passado é miopia ou falta de caráter. Aos críticos legítimos, pedimos, desde já, seriedade e compromisso com a verdade.

“Já está claro para a sociedade brasileira que não resolveremos os nossos problemas senão pelos virtuosos caminhos da produção. E não a retomaremos com o vigor necessário sem uma parceria inteligente entre o Estado e a iniciativa privada.”

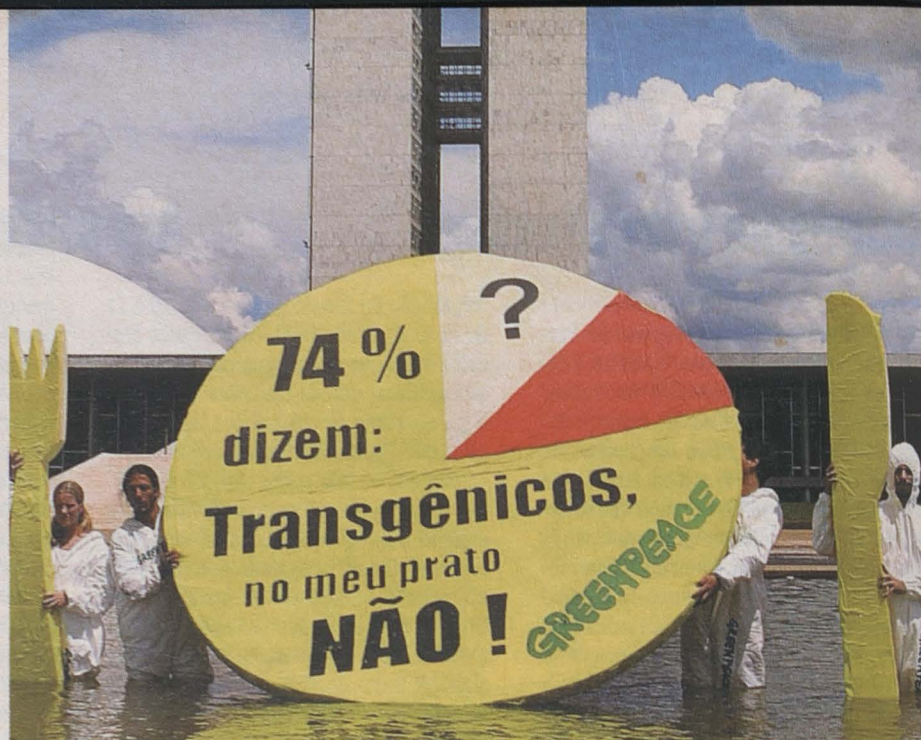
Em seguida, o presidente da Fiesp fez estas indagações:

“Onde está a poupança interna? E as reformas? Que beco é esse em que nos metemos, com um passivo externo de 400 bilhões de dólares, uma dívida interna de 600 bilhões de reais, com encargos de 50% de nossas exportações para a primeira e 50% da arrecadação de impostos federais para a segunda?”

Finalmente, advertiu:

“Candidatos, fiquem atentos ao compromisso e à responsabilidade. Estamos prontos para cobrar.” ■

Ativistas do grupo ambientalista Greenpeace fazem um protesto colorido diante do Congresso Nacional, em 10 de dezembro. O Greenpeace afirma que 74% da população brasileira estão contra o consumo de alimentos transgênicos, apesar do lobby pela sua liberação. Um projeto que autoriza a produção desses alimentos deve ser votada em breve no Congresso. A expansão dos transgênicos é de interesse de um oligopólio multinacional, mas enfrenta restrições científicas e econômicas. A Europa mantém fechado seu mercado para produtos transgênicos



Endurecimento na 'via rápida' inviabiliza Alca

O projeto que cria a Autoridade para Promoção Comercial (TPA), aprovado pela Câmara de Representantes dos Estados Unidos, sofreu pequenas mas significativas alterações na Comissão de Finanças do Senado e deverá ir ao plenário da Casa no começo do próximo ano.

Ao contrário do que imaginavam empresários brasileiros mais otimistas, o TPA inviabiliza a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e, como previam os mais realistas, a partir das atitudes dos representantes norte-americanos na Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas reuniões em que foram discutidas as bases dos acordos da Alca, os Estados Unidos haveriam de optar pelas negociações bilaterais, nas quais as pressões diretas sobre os mais fracos costumam ser mais eficazes.

Pelas reações do governo e de empresários brasileiros mais lúcidos e diante das repercussões negativas que alcançou nos principais países da América Latina, o TPA é uma ducha fria nos governos e no empresariado que depositavam grandes esperanças na abertura do mercado norte-americano para os seus produtos através da Alca.

Embora conceda ao presidente da República poderes para firmar acordos comerciais com outros países que só poderão ser aprovados ou rejeitados na íntegra pelo Congresso Nacional, vedadas, portanto, alterações ou emendas, o TPA ficou muito distante da concepção da "via rápida" (o *fast-track*), na medida em que o Congresso tem poder de veto na inclusão de cerca de 300 produtos (entre os quais suco de laranja, soja, açúcar e carne, destaques das pautas de exportações do Brasil) em acordos comerciais futuros, previamente examinados pelas Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado. O setor têxtil também será mantido sob proteção.

Para ver aprovado o TPA, o governo norte-americano assumiu o compromisso de expungir da legislação comercial em vigor e de acordos futuros dispositivos e cláusulas que possibilitem a abertura do mercado dos Estados Unidos à importação de produtos têxteis.

O projeto aprovado na Câmara de Representantes não permite alterações nas leis antidumping e de subsídios, tampouco que os Estados Unidos abram mão de seus dispositivos em negociações na OMC e na Alca. É a ratificação da opção pelo bilateralismo. Não haverá, portanto, chance de flexibilização do protecionismo, o que não constitui surpresa.

Na Comissão de Finanças do Senado, a versão da Câmara para o TPA sofreu apenas três alterações, que o tornaram mais rigoroso para os países subdesenvolvidos que vierem a firmar acordos de comércio com os Estados Unidos:

1 - Em nome da preservação do meio ambiente, os senadores Max Baucus (democrata) e Chuck Grassley (republicano) apresentaram proposta que dificulta as empresas estrangeiras na busca de êxito junto à Justiça em tentativas de supressão de regras ambientais mais rigorosas capazes de desestimular os seus investimentos.

2 - O Congresso será informado com antecedência pelo Poder Executivo quando um acordo comercial envolver mudanças nas leis dos Estados Unidos e terá prazo de 60 dias para emitir seu parecer.

3 - O governo será obrigado a encaminhar relatório ao Congresso sobre as condições de trabalho nos países que vierem a firmar com os Estados Unidos acordos de livre comércio. Os mesmos senadores Baucus e Grassley partem do pressuposto de que nos países subdesenvolvidos as empresas violam sistematicamente os direitos dos trabalhadores, com o objetivo de reduzir os seus custos de produção.

Não é outro o objetivo do presidente Fernando Henrique Cardoso com as recentes alterações que introduziu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao instituir o primado das negociações empregado-empregador sobre a lei. Resta saber se o governo norte-americano incluiria em seu relatório tais violações do Direito do Trabalho no Brasil. ■



O secretário-geral da Opep, o venezuelano Ali Rodríguez pediu 'cooperação e solidariedade entre todos os produtores para prevenir um colapso mundial nos preços do petróleo'. A preocupação se deve à indicação de que a Rússia (não integrante da Opep) reduzirá exportações em 2002



Secretários de Energia de diversos estados do Nordeste se reuniram no Ministério de Minas e Energia para discutir possível prolongamento do horário de verão. As chuvas começam a ajudar no Sudeste, mas não ainda no Nordeste



Garota telefona em Xiamen, no leste chinês. O mercado das telecomunicações no país vai crescer muito após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas a estatal China Telecom vai manter seu predomínio, não dando espaço para as já ansiosas firmas estrangeiras

Rússia a caminho da estabilidade

Em reunião do Gabinete, o primeiro-ministro da Rússia, Mikhail Kassianov, fez uma avaliação do comportamento macroeconômico do país neste ano de 2001, apresentando dados que apontam para uma situação de estabilidade a partir de 2002. O superávit fiscal este ano corresponde a 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB) de janeiro a outubro, e os investimentos de 33 bilhões de dólares permitiram o crescimento de 5,5% no período.

Ainda entre janeiro e outubro último, a Rússia pagou US\$2,70 bilhões da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e deverá ser retirada da lista dos maiores devedores do mundo ainda em 2001.

Segundo o vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Alexei Kudrin, no próximo ano a Rússia não vai precisar de novos créditos patrocinados pelo FMI. Seu comércio externo totalizou US\$129,400 bilhões – US\$8,700 bilhões a mais do que no período janeiro-outubro de 2000. As exportações atingiram US\$86,700 bilhões, um incremento de US\$1,700 bilhão, contra importações de US\$42,700 bilhões. Portanto, um superávit comercial de 44 bilhões de dólares.

A partir de janeiro de 2002, a Federação Russa vai reduzir as exportações de petróleo em 150 mil barris/dia. A decisão, explicou Kassianov, foi tomada em reunião de representantes do governo com os dirigentes das nove maiores companhias petrolíferas russas, responsáveis por 95% das exportações do produto.

“Essa redução visa a contribuir para a estabilização dos preços no mercado internacional e leva em conta a posição dos demais países exportadores, tanto os filiados à Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), quanto os exportadores independentes”, esclareceu o primeiro-ministro. E acrescentou:

“Para a Rússia, também é conveniente que o preço do petróleo oscile na faixa de 20 a 25 dólares o barril. Posso garantir que esses números não foram inventados, mas resultaram da combinação dos interesses dos consumidores com a arrecadação de impostos e as necessidades de investimentos do país. Antes, o governo havia decidido reduzir as expor-



Kassianov está intensificando aproximação com os países de desenvolvimento médio como o Brasil, que visitou em dezembro

tações de óleo em 30 mil barris/dia e depois em 50 mil barris no quarto trimestre deste ano.”

O presidente do Congresso Petrolífero Mundial, Eivald Roeren, saudou a decisão do governo russo e, em entrevista à imprensa, em Moscou, qualificou de “adequada” a medida, porque, na sua opinião, ela vai contribuir para equilibrar o mercado mundial do produto. Roeren lembrou que vários países produtores independentes, particularmente a Noruega, também resolveram baixar a produção e as exportações em 150 mil barris/dia.

Ele concorda com Kassianov na variação ideal do preço internacional – entre 20 e 25 dólares/barril.

Na véspera da visita à Grécia, o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, confirmou a disposição do governo de seu país de construir um oleoduto entre a cidade búlgara de Burgas e a vila grega de Alexandrópolis. Putin declarou que “o projeto será executado se a parte búlgara revelar interesse em cooperar para a iniciativa e se se confirmarem as estimativas dos estudos técnicos e econômicos”.

Quanto ao Consórcio Cáspio, responsável pela maior parte do fornecimento de petróleo a vários países, Putin revelou que a Rússia tem cooperado com o Cazaquistão nesse grande empreendimento. ■

AMÉRICA LATINA

Modelo de mercado fracassou na geração de emprego

As expectativas de criação de empregos geradas pela adoção de modelos de economia de mercado na América Latina durante os anos 90 se frustraram, e os resultados nesse sentido foram desanimadores, segundo um estudo recente da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

Bárbara Stallings e Jürgen Weller, pesquisadores da Cepal, constataram que durante a década anterior "a geração de emprego foi pouco dinâmica, a qualidade dos postos de trabalho piorou e é provável que tenha aumentado a desigualdade na região. Stallings e Weller são os autores do estudo sobre os efeitos da economia de mercado no mercado de trabalho, publicado na edição número 75 da *Revista da Cepal*, edição de dezembro.

Os autores indicaram que "os problemas relacionados com o emprego e a equidade tornaram-se mais agudos", em contraste com as expectativas de criação de postos de trabalho que se abriram com a adoção de modelos de economia de mercado.

Embora o panorama ocupacional apresente resultados desalentadores, suas características diferem segundo a localização geográfica, explica o estudo.

No México, na América Central e, talvez, no Caribe, o vínculo com a economia dos Estados Unidos criou uma estrutura produtiva baseada na fabricação de produtos industriais tradicionais, especialmente têxteis, artigos eletrônicos e automóveis, de maior conteúdo tecnológico.

Já as atividades econômicas e a mão-de-obra na América do Sul tem seu eixo em produtos baseados em recursos naturais, como aço, petroquímicos, celulose, papel e alimentos elaborados, que são exportados para a Europa e outros mercados.

Por último, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) se constituiu na década de 90 em consumidor de produtos manufaturados no próprio bloco, assinalaram Stallings e Weller.

Como consequência de tais mudanças, a categoria ocupacional que mais

cresceu no Norte da região foi a de trabalhadores assalariados, a uma taxa média anual de 4,2%, que representa dois terços dos novos postos de trabalho.

Nos países do Sul, o emprego assalariado aumentou só 1,8% ao ano, para ocupar menos da metade dos novos postos de trabalho, enquanto a força de trabalho independente se expandiu a um ritmo anual de 4%.

"Como proporção do total de postos de trabalho gerados, nos países do Norte da América Latina, o trabalho por conta própria representou 27%, comparados com 37% nos do Sul", destacou Stallings.

O fator que determinou a expansão do trabalho assalariado no México, na América Central e no Caribe foi a maquiagem, explicaram os pesquisadores.

As plantas maquiladoras se dedicam à montagem de produtos têxteis, eletrônicos e outras manufaturas, com insumos importados e se instalam em zonas francas (livres de tarifas e impostos) para reexportar a produção a outros mercados.

Não obstante as mudanças na produção e nas economias, registradas durante a década de 90, o desemprego mostrou tendência a aumentar em praticamente todos os países latino-americanos. O desemprego e o agravamento da desigualdade representam grandes desafios para as políticas sociais dos governos, indicaram os pesquisadores da Cepal.

"A menos que haja um número suficiente de postos de trabalho que proporcionem o mínimo necessário para o trabalhador garantir o seu sustento e o de sua família, as políticas sociais ver-se-ão pressionadas pela exigência de satisfazerem às necessidades básicas da população", disse Weller.

"Assim, essas políticas sociais não poderão desempenhar o papel que lhes corresponde, como complemento do mercado de trabalho, de melhorar o grau de preparação dos trabalhadores atuais e potenciais e de manter uma rede de seguridade para quantos não estejam em condições de trabalhar", explicou o pesquisador.

O estudo conclama os governos da região a resolverem os problemas do emprego, caracterizado pelo vínculo principal entre o desenvolvimento econômico e social.

Os desajustes no mercado de trabalho e suas implicações "são também um perigo para as democracias da região, conforme já ficou comprovado em vários casos".

Os governos é que devem "oferecer incentivos para que o crescimento se baseie no uso mais intensivo da mão-de-obra", embora o setor privado detenha a liderança nos investimentos, de acordo com o modelo de economia de mercado", sublinha o estudo.

As políticas, nesse sentido, devem adequar-se às características de cada país, no entanto, como norma geral dos países do Norte, é preciso potencializar a *maquila* e corrigir-lhe as deficiências das condições de trabalho, que incorporam, às vezes, lesões no direito à sindicalização.

No sul da América Latina, segundo Stallings e Weller, o mais relevante deve ser o apoio às pequenas empresas, para que complementem uma estrutura produtiva de uso intensivo de capital.

Magdalena Echeverría, socióloga do Departamento de Estudos do Destino do Trabalho no Chile, disse que surge uma nova tendência no mercado de trabalho, através da terceirização, que contribui para a deterioração das condições dos trabalhadores.

Através da terceirização, "o que se consegue é retirar de um grupo de empregados benefícios como bônus, convênios de saúde e, o que é mais importante, a possibilidade de filiação a um sindicato, devido à precariedade do emprego", adverte Echeverría.

Especialistas chilenos prevêm o aumento do uso da terceirização como recurso dos empresários para se eximir das obrigações excluídas do Código do Trabalho, nos termos das últimas reformas, em vigor no Chile desde o dia primeiro de dezembro. (Gustavo González) ■

Desemprego e pobreza, os maiores perigos

Cerca de 24 milhões de pessoas poderão perder seus postos de trabalho até o fim do próximo ano, como resultado da estagnação da economia mundial, prejudicada a partir dos atentados de 11 de setembro, segundo calculam os peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os mais afetados são os setores diretamente envolvidos com a perda de confiança dos consumidores: turismo, aviação, petróleo e seguros. Somente nos dois primeiros, a brusca redução da procura de viagens que se seguiu aos atentados de 11 de setembro teve repercussões diretas. Em poucas semanas, as companhias aéreas despediram 100 mil trabalhadores, o que induziu demissões também nas empresas hoteleiras e nas agências de turismo e de viagens. A OIT afirma que neste setor mais de nove milhões de pessoas poderão perder seus empregos.

Alguns dados divulgados pela OIT a respeito da reunião do Fórum Global sobre oferta de emprego, que se realizou em novembro, em Genebra, presentes 700 líderes governamentais, empresários e sindicalistas, mostram que a crise do emprego é um dos mais graves problemas da economia globalizada, influenciada pelos princípios neoliberais.

“Atualmente há por volta de um bilhão de pessoas desempregadas, subempregadas ou trabalhando em condições precárias, enquanto 80% das pessoas em idade de trabalhar não têm acesso ao seguro social básico”. Se as taxas de crescimento da economia e da produtividade se mantiverem até o ano 2010 nos níveis da década de 90, o quadro de emprego aparecerá então como claramente deprimido, prevê um relatório da OIT.

“Os trabalhadores pobres e mal pagos serão ainda mais numerosos. Pelo menos 160 milhões de pessoas estão totalmente desempregadas, mais de 300 milhões têm um trabalho, mas buscam um emprego complementar, e mais de um bilhão vivem com menos de um dólar por dia”, acrescenta.

O diretor geral da OIT, o chileno Juan Somavía, diz que é preciso encarar com energia a crise de desemprego, esclarecendo que, se bem que haja pessoas no mundo se sentindo ameaçadas em sua segurança física, os maiores perigos para todos são, agora, o desemprego e a pobreza. ■



As camponesas Maria Luísa Espinoza (D), de 32 anos, e Maria Caño, 26, amamentam os filhos, na fila de um albergue em Matagalpa, na Nicarágua. Os latifúndios, o desemprego e a fome deixam ao desamparo muitos camponeses no país. Na Guatemala, a pequena índia insiste em limpar os vidros do automóvel, para ganhar uns trocados. O governo reconhece que cerca de 55% da população vivem em estado de miséria e que “o círculo infernal da pobreza” é cada vez mais difícil de ser superado. Uma das regiões mais pobres do Terceiro Mundo, a América Central tem sua base econômica na agricultura e sofre com a contínua queda de preços de seus produtos no mercado internacional

Fotos: AFP

Bolívia

Guerra social

Millhares de mineiros provenientes de diversas regiões do país se dirigiram a La Paz, o centro político mais importante da Bolívia, em novembro. Durante quatro dias, marcharam pela cidade explodindo potentes cargas de dinamite e exigindo melhores condições de trabalho. Temeroso, diante da sólida organização e determinação dos mineiros, o Executivo apressou-se em conceder a maioria das reivindicações.

Após a queda do general Banzer, em agosto, assumiu o poder na Bolívia o vice-presidente Jorge Quiroga Ramírez, para quem a mídia local construiu uma campanha desenhada para seduzir os incautos com uma promessa de melhores dias.

Mas os trabalhadores reagiram com uma extensa mobilização às promessas inconsistentes do governo. O Chapare, no coração da Bolívia, por exemplo, é hoje uma zona de guerra. Ali vivem mais de 35 mil famílias indígenas, dedicadas ao cultivo da coca para consumo tradicional, e cujo excedente é usado pelas máfias do narcotráfico na elaboração da cocaína. Contrariamente ao que se possa crer, para os índios o cultivo de coca não é um bom negócio: o rendimento anual de cada família é de mil dólares ao ano. Mas, em um país semi-industrializado, é a única alternativa para a sua sobrevivência.

A erradicação da coca é um objetivo político do governo dos Estados Unidos. Respalda este objetivo, na Bolívia, tem sido para a maior parte dos governos um meio através do qual buscaram alcançar outros fins: cobertura para atividades ilícitas, relevância política, impunidade, etc.

O propósito (da erradicação) tem pouco a ver com as drogas, a saúde pública e a proteção da população mais desfavorecida. Tem sim a ver com estratégias de poder e com resultados financeiros extraordinários, destinados a alguns segmentos da economia e da burocracia. Daí serem muito discretos os avanços na eliminação das drogas. ■

Cuba



O cineasta venezuelano Alberto Arvelo mostra feliz o Troféu Glauber Rocha, conquistado em dezembro, em Havana, durante o XVIII Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano. O júri, composto de jornalistas das agências de notícias estrangeiras, considerou 'Uma casa com vistas para o mar', de Arvelo, como o melhor trabalho

Paraguai

Igreja denuncia corrupção

As homilias dos bispos da Conferência Episcopal Paraguuaia (CEP), durante as jornadas prévias à festividade da Virgem de Caacupé, foram lapidárias para o governo do presidente González Macchi. Dada a precária estabilidade institucional no país, os reclamos sociais generalizados e pedidos de renúncia do presidente da República, as homilias acabaram por colocar mais lenha na fogueira política.

Dia 8 de dezembro comemora-se a festa religiosa tradicional com a peregrinação ao santuário da Virgem da cidade de Caacupé, a uns 45km da capital. As mensagens de vários bispos foram contundentes contra a corrupção no governo e sua inatividade frente aos problemas sociais.

Os bispos Juan Bautista Gavilán e Oscar Paez Garcete sustentaram que o

presidente da República deve renunciar; e o conhecido bispo Mario Melanio Medina assinalou que, frente à grave crise do país, não vê uma alternativa política visível ainda: "Oxalá surgisse um novo partido político com uma filosofia cristã que se identificasse com o sofrimento de nosso povo", afirmou Medina.

O bispo de San Pedro, Mons. Fernando Lugo, por sua vez, qualificou o governo de "hipócrita", já que no mesmo santuário religioso, o ano anterior, o presidente González Macchi tinha se comprometido a combater a corrupção. "Prometeram um país mais honesto e hoje, como ontem, aqueles que nunca poderão dar uma explicação de suas fortunas seguem roubando", denunciou o prelado. Ele fez um chamado aos jovens para que comecem a organizar-se agora para dirigir os destinos da pátria e da Igreja. ■

Guatemala

O flagelo da fome

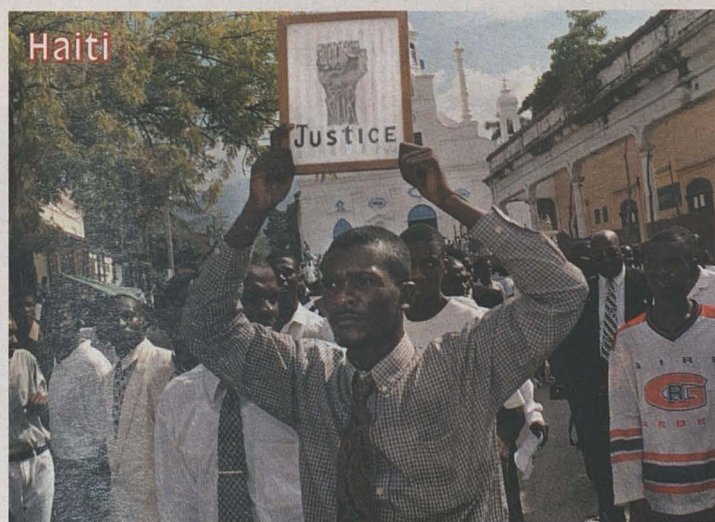
O saldo do ano 2001 para os guatemaltecos traz resultados negativos. Aumento do custo de vida, insegurança, desemprego, falta de moradia, secas, diminuição da renda familiar são alguns dos temas que preocupam a cidadania.

Mas, talvez, as denúncias de corrupção e a revelação da existência de fome no país sejam os aspectos de maior impacto, demonstrando que as boas notícias não estão acessíveis para os moradores deste país centro-americano, que ainda não superou o trauma da repressão, da guerra e do genocídio.

A Frente Republicana Guatemalteca (FRG), no poder, não só ganhou a antipatia da cidadania pela falta de cumprimento de suas promessas de campanha e pela tomada de políticas que vão contra os interesses da maioria, como também ultrapassou em muito seus antecessores em fracassos e má utilização da coisa pública, em tempo recorde.

O Índice Nacional de Desenvolvimento Humano, recentemente apresentado pelas Nações Unidas, destaca que a corrupção é um dos mais graves efeitos na Guatemala da falta de transparência na gestão pública, que conduz a uma ineficiente canalização dos recursos. O relatório da ONU assegura que este flagelo desmoraliza o contribuinte e que, em uma cultura antitributária como a guatemalteca, resulta nocivo para o cumprimento das leis fiscais. Nenhum cidadão da Guatemala está disposto a seguir aceitando o fato de que o dinheiro dos impostos "some" sem que a população chegue a usufruir dos benefícios que lhe deveria aportar.

Até a comunidade internacional, que tem sido bastante complacente com o governo, começou a se preocupar com as evidências de corrupção, cuja conseqüência é a fome generalizada que levou o país a ocupar os primeiros lugares em atraso e pobreza. Mas a sociedade guatemalteca mantém a esperança de sobreviver a esta catástrofe da FRG e criar as condições para construir a ansiada nova nação projetada pelos Acordos de Paz. ■



Haitianos foram às ruas, em Petit-Goave, a 68km de Porto Príncipe, em protesto pelo assassinato do jornalista Brignol Lindo, de 26 anos, responsável por um conhecido programa de rádio na cidade. Ele foi abatido a golpes de machadinha. Um grupo clandestino, chamado 'Dormi Nam Bois' assumiu a autoria do crime, acusando Lindor de dar muito espaço à oposição

México

Impasse em Chiapas

O clima político em Chiapas continua em deterioração, pelo crescimento das atividades de grupos paramilitares contra a população indígena identificada com a luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Segundo Agustín Vázquez Ruiz, tanto o governo central quanto o estadual pouco estão fazendo para melhorar a situação. Afirma que "Chiapas permanece ocupado por forças militares federais e pelos grupos paramilitares. Isto impede até o andamento regular das investigações e do processo judicial a respeito do massacre de Acteal, quatro anos atrás, promovido pelos paramilitares."

Esta situação aprofunda o clima de temor e perseguição. As agressões contra as bases de apoio do Exército Zapatista de Libertação Nacional nos municípios autônomos em resistência têm sido constantes. A situação é ainda mais grave naquelas áreas em que existem interesses econômicos. Já se comprovou que grupos paramilitares atuam como funcionários de grandes projetos turísticos e também de entidades ou pesquisadores envolvidos com a bioprospecção. Financiam parte de suas atividades com a atuação como mercenários a serviço de interesses empresariais e o mais grave, mantêm-se também com o recurso ao narcotráfico.

A Unidade Especializada de Investigação de Delitos Cometidos por Grupos Armados, órgão da Procuradoria Geral da República, começou a apurar o surgimento de um novo esquadrão da morte, que estaria em atividade no município de Fronteira Comalapa.

Assim como a forte presença militar e paramilitar agrava o clima político e representa uma ameaça constante, também a disputa pela terra, a questão indígena, as crenças religiosas e os conflitos pós-eleitorais produzem uma realidade altamente complexa e de difícil solução, segundo os analistas.

Estes chamam a atenção ainda para o silêncio dos zapatistas, após as marchas avassaladoras em direção à Cidade do México, meses atrás, e interpretam que não ocorrerá avanços, enquanto o governo de Vicente Fox não introduzir mudanças substanciais na Lei Indígena. Incidentes, como o assalto a um carro militar, tornam a situação ainda mais delicada.

A avaliação mais correta, segundo a opinião dos analistas, é que o estado de Chiapas continua uma região sob a intensa tensão da violência. Isto alimenta o temor de que não será impossível que aconteça outro massacre como em Acteal. ■

Alca

O temor europeu

Biarritz, no litoral atlântico da França, acolheu em novembro os Segundos Encontros Europa-América Latina, cujos debates giraram em torno da integração regional e da globalização. Organizado pela prefeitura da cidade, o evento teve a participação de 270 personalidades dos meios políticos, econômicos e financeiros europeus, principalmente franceses e espanhóis, além de 75 latino-americanos procedentes de dez países. Entre eles, o vice-presidente de El Salvador, um governador estadual do México e quatro ministros.

O Brasil mandou uma delegação de quatro pessoas apenas, na qual se destacou Wagner Vítter, secretário para a Energia do Estado do Rio de Janeiro. A delegação do México foi a mais numerosa (31 pessoas), seguida da chilena (10) e da Argentina (6).

Ficou evidenciado que a União Européia está preocupada com a futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca), nos termos pretendidos pelos Estados Unidos. Vários oradores se referiram às ameaças que pairam sobre as exportações europeias para a América Latina, quando vigorar o acordo, em 2005. Presidente da comissão das Relações Exteriores do Parlamento mexicano, o deputado Gustavo Carjaval Moreno disse: "A Europa é muito importante para manter o nosso equilíbrio com os Estados Unidos."

Todos os oradores sublinharam a necessidade de reforçar os laços comerciais entre a União Européia e a América Latina, abrindo negociações com o Mercosul em maio próximo, em Madri. Depois do acordo com o México, em julho de 2000, e o próximo acordo com o Chile sobre o desaparecimento progressivo das barreiras alfandegárias, os delegados latino-americanos foram unânimes em exigir dos Quinze uma abertura rápida, no que se refere aos produtos agrícolas.

Ministro socialista francês da Agricultura e da Pesca, Jean Glavany lembrou que a União Européia é o primeiro importador do Mercosul, muito à frente dos Estados Unidos. "A abertura terá um

custo para a nossa economia, mesmo que não queiramos dismantelar a política agrícola comunitária. Mas as nossas relações afetivas, culturais e históricas com a América Latina exigem um esforço maior da nossa parte", afirmou. O ministro Jean Glavany fez uma referência indireta às declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da sua visita oficial à França, de que a União Européia é um bloco econômico "mais conservador e mais apegado às suas barreiras alfandegárias que os Estados Unidos". Palavras infelizes. "Os nossos mercados são muito mais abertos do que se pensa ou do que se diz", retrucou o ministro.

A intervenção mais pertinente no evento foi de um norte-americano. Convidado a participar da mesa-redonda sobre "Integração regional, monetária e econômica", John MacArthur, editor da prestigiosa revista *Harper's Magazine*, neto do general MacArthur, herói do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial. Ele explicou como o Nafta é um acordo de investimentos, a favor dos Estados Unidos, que nada tem a ver com o livre comércio. "É um acordo criminal para explorar a mão-de-obra mexicana", disse. Quando o Nafta foi assinado, em 1990, lembrou, havia na fronteira do México com os Estados Unidos 1.800 "maquiadoras", empregando 445 mil pessoas. Pertenciam em sua maioria a empresas norte-americanas que montavam produtos a custos baixos com peças avulsas procedentes dos Estados Unidos e de outros países. A produção era inteiramente destinada à exportação para o mercado norte-americano.

Hoje, com o Nafta, há 3.700 "maquiadoras" que empregam cerca de 1,3 milhão de pessoas. Trabalhando 48 horas por semana, elas ganham menos de um dólar por hora, quando o salário mínimo nos Estados Unidos é de 5,15 dólares. Resultado: a produção das "maquiadoras" representa mais de 47% das exportações do México, utilizando apenas 0,75% de material nacional. Onde está o livre comércio? "Na realidade", concluiu, "o México é cada vez mais uma colônia de trabalho para os Estados Unidos". ■ (Edouard Bailby)

Itália

Trabalho em risco

Os sindicatos italianos entraram em ação com um cronograma de greves em todo o país contra o projeto do governo do centro-direitista Silvio Berlusconi que facilita as demissões de trabalhadores. Os protestos começaram no setor de transportes coletivos e continuaram com a greve de funcionários públicos, bancários e trabalhadores dos sistemas de abastecimento de água e gás. O calendário incorpora a paralisação do transporte aéreo e se completará com a greve de controladores de voo.

Os sindicalistas do transporte aéreo protestam também contra o silêncio do governo diante da crise do setor, agravada depois dos atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos. As empresas aéreas italianas programaram demissões massivas. Só a Alitalia prevê a dispensa de 3.500 trabalhadores.

As paralisações, iniciadas com os protestos dos 400 mil empregados do transporte público, têm o objetivo de forçar o governo a desistir da modificação do artigo 18 do Estatuto dos Trabalhadores, que não permite demissões sem justa causa. As alterações propostas pelo governo de Berlusconi substituem essa conquista por uma simples indenização em dinheiro. ■



Europa Oriental

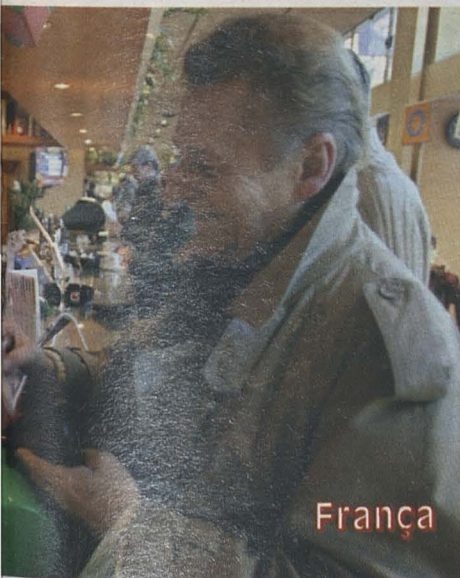
Saúde em crise

Uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) alertou para a grave crise que atinge os serviços de saúde dos países da Europa Central e Oriental e da Comunidade de Estados Independentes (CEI), encabeçada pela Rússia. O fenômeno, que expõe as populações mais empobrecidas desses países ex-socialistas a enfermidades crônicas e epidemias, teve como uma das suas mais graves consequências a redução pronunciada da taxa de expectativa de vida.

O estudo, preparado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), revela que 88% da população da Ucrânia se defrontam com dificuldades e até mesmo com a impossibilidade de conseguirem assistência médica. A pesquisa foi feita a partir de uma amostra representativa de 8.600 famílias e das estatísticas oficiais. A Ucrânia tem uma população de 51 milhões de habitantes, mas não é o pior dos casos, esclareceu Guy Standing, diretor do Programa de Seguridade Socioeconômica da OIT. A Moldóvia e a Armênia, nesse particular, estão, sem dúvida, em uma situação que poderá ser considerada calamitosa – acrescentou. Na Moldóvia, o mais pobre dos países europeus, com 4,4 milhões de habitantes, os serviços de saúde estão à beira do colapso.

A pesquisa destaca, ainda, que 82% dos 11 milhões de habitantes da Hungria encontram dificuldades para conseguir assistência médica, ou para arcar com os seus elevados custos. O relatório foi preparado com a colaboração do Serviço Público Internacional, uma federação dos sindicatos do ramo que agrupa cerca de 20 milhões de trabalhadores. A crise colocou também em estado de tensão extrema os trabalhadores do setor de saúde, que percebem remunerações inferiores aos salários-mínimos. Na Moldóvia, por exemplo, os médicos ganham por mês não mais do que 12 dólares.

A privatização da medicina na região ainda não se generalizou. Mas, devido à privatização das redes de farmácias, os pacientes devem pagar as despesas com remédios, cujos preços são elevadíssimos. No regime socialista, os medicamentos eram entregues gratuitamente ao paciente que apresentasse uma receita. Foram privatizados, também, os serviços odontológicos, as clínicas e as unidades de reabilitação. ■



O freguês do café na Normandia, França, aproveita para adquirir dois saquinhos de moedas do euro, que se tornará o dinheiro único da Comunidade Européia. A integração monetária do bloco segue o cronograma previsto e os cidadãos do bloco vão tomando contato cada vez mais estreito com o novo dinheiro. As moedas de euro podem ser adquiridas em lanchonetes e nas lojas dos serviços de correios



O ministro da Defesa da Índia, George Fernandes, deposita flores sobre o caixão de um soldado morto durante o incidente de invasão do Parlamento indiano por cinco militantes islâmicos suicidas. Na ação, morreram os cinco guerrilheiros e outras sete pessoas. A Índia culpa grupos islâmicos sediados no Paquistão pelo atentado

Indonésia

Cresce pressão sobre Jacarta

O governo da Indonésia está sob pressões internas e externas para assumir a responsabilidade pela crescente lista de denúncias ainda não apuradas sobre violações dos direitos humanos.

No final de novembro, a Comissão das Nações Unidas contra a Tortura, reunida em Genebra, pediu a Jacarta respostas sobre as investigações em torno da violência massiva no Timor Leste, de janeiro a outubro de 1999, últimos meses da ocupação militar indonésia no território. Exigiu, também, que fossem esclarecidas denúncias de violações dos direitos humanos na própria Indonésia, em particular na região norte-ocidental de Aceh e nas regiões orientais do Irian Jaya (Papua) e Maluku (Molucas).

Após a reunião desse organismo da ONU, jornais da capital indonésia afirmaram que a presidenta Megawati Sukarnoputri, que se esforça atualmente para resolver graves problemas econômicos e sociais, se propôs investigar abusos cometidos por militares, entre os quais estavam os casos de mortes de estudantes universitários de Trisakti e Semmangi, durante repressão policial contra manifestações por reformas, em 1998, e os assassinatos de indonésios de origem étnica chinesa, cometidos por turbas naquele ano.

Uma comissão especial de investigação citaria altos funcionários das Forças Armadas e da polícia. A reunião de Genebra transcorreu por ocasião do assassinato ainda não esclarecido de Theys Hiyo Iluay, dirigente do movimento independentista de Papua, uma morte que comoveu a opinião pública local e a comunidade internacional. ■



Burkina Faso

Curandeiros e médicos práticos reuniram-se em Uagadugu, capital de Burkina Faso, na África Central, para debaterem temas de saúde e defender sua participação no atendimento médico às populações com a utilização de suas práticas tradicionais. O encontro foi organizado pela ONU. A presença dos curandeiros é considerada de grande importância em países onde é comum haver médicos apenas nos grandes centros e a um preço proibitivo para a massa da população, que conta, na verdade, apenas com os rezadores, curandeiros e outros autodidatas. A faixa exibida pelos manifestantes diz: 'Nossa esperança: os curandeiros tradicionais'

ZIMBÁBUE

Eleições presidenciais em março

O presidente Robert Mugabe, no poder desde o fim da guerra contra a Grã-Bretanha, que conduziu à independência do Zimbábue em 1980, anunciou em dezembro a realização de eleições no próximo mês de março, porém não determinou em que data. O partido Zanu-PF de Mugabe, sofreu a terceira derrota seguida nas eleições municipais de novembro, perdendo para a Aliança Democrática, que avança nas zonas urbanas.

O Foro Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o bloco econômico da África Austral, será o responsável pela supervisão dos próximos comícios presidenciais. Para tal deverá nomear uma Comissão Eleitoral independente, fiscalizar que seja igualitário o acesso aos meios de comunicação e assegurar a imparcialidade das forças de segurança. Até agora o governo não se mostrou sensibilizado

para ajudar na implementação dessas medidas.

Chanceleres da SADC, reunidos em Harare, capital do Zimbábue, rejeitaram a decisão dos Estados Unidos de imporem sanções econômicas contra aquele país. Mas o principal motivo foi o temor do efeito negativo que as mesmas teriam na região, uma vez que os ministros reconheceram a sua preocupação com a situação política do Zimbábue. Lillian Patel, chanceler do Malawi, foi clara: "O bloco econômico regional teme pelos desdobramentos da atual crise no Zimbábue", afirmou.

O Congresso dos Estados Unidos aprovou em novembro uma lei que autoriza o Poder Executivo a impor sanções econômicas ao Zimbábue, país que há dois anos já sofre sanções diretas e indiretas por causa das violações aos direitos humanos. ■

(Lewis Machipisa)

África

Mutilação feminina em debate

A circuncisão de meninos e meninas em muitos países africanos enfrenta discussões cada vez mais fortes, à medida que a conscientização feminina avança. O ato, milenarmente praticado, realiza-se em importantes cerimônias que constituem uma oferenda para a divindade dos cultos de fertilidade. Ainda que não exista uma data fixa para estes rituais, geralmente são praticados um mês ou um mês e meio antes da estação das chuvas, para o grupo de idade compreendido entre os 15 e 17 anos.

A circuncisão feminina tem sua origem primitiva em etapas anteriores ao Corão e à islamização. Portanto, não existem motivos religiosos na base dessa prática, ainda que alguns estudiosos a relacionem com o Islã. Segundo fontes mais sérias, a circuncisão remonta a mais de 2.500 anos e diz-se que data dos tempos do profeta Abraão, quando se fizeram as primeiras mutilações femininas (apesar de que, em toda a Bíblia, só seja mencionada a circuncisão masculina, como sinal da aliança com Deus).

Cerca de 26 países árabes e africanos praticam a circuncisão feminina. Mais de 30 milhões de meninas, adolescentes, mulheres casadas e anciãs encontram-se hoje em dia mutiladas. As conseqüências que estes rituais podem deixar, primeiro na adolescente, e mais tarde na mulher, são variadas, indo desde infecções – algumas mortais – até seqüelas de natureza psicológica, segundo Edna Adan Ismail, da Organização Mundial de Saúde (OMS). A OMS lidera uma campanha em diversos países contra a circuncisão feminina. ■



O presidente queniano Daniel Arap Moi anunciou em dezembro a lei que torna crime a mutilação genital feminina em jovens até os 16 anos.



Policial conduz os assassinos do iatista anglo-neozelandês, Sir Peter Blake. Os presos eram todos brasileiros e confessaram o crime. Eles foram detidos em Macapá, perto do local onde o velejador, de 53 anos, foi assassinado. Os criminosos invadiram seu iate, o Seamaster, para roubá-lo. Blake reagiu e foi morto



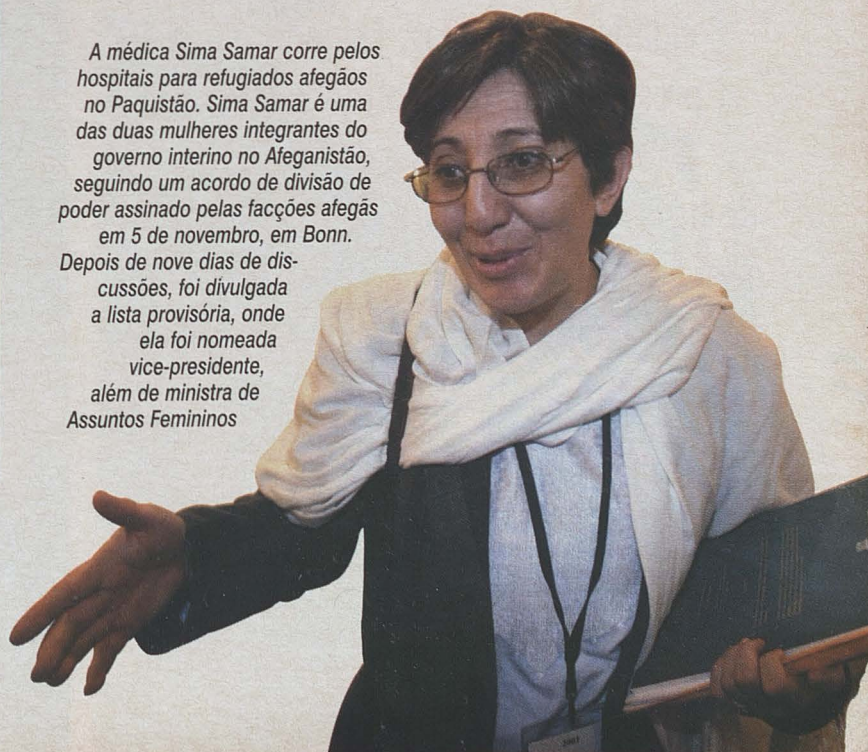
A deputada guianense Christine Taubira demonstra felicidade após ser escolhida como candidata do Partido da Esquerda Radical da França (PRG), nas eleições presidenciais de abril.

Taubira, de 49 anos, é a primeira candidata de cor a presidente, além do mais procedente de um território colonial francês. O PRG é integrante da coalizão de governo liderada pelos socialistas na França

O presidente sul-africano Nelson Mandela segura um bebê infectado pelo vírus da Aids durante visita a um centro especializado em portadores do HIV, em 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids. Mandela levou presentes e cantou para as 42 crianças internadas no hospital. Na África, a doença se tornou um flagelo incontrolável



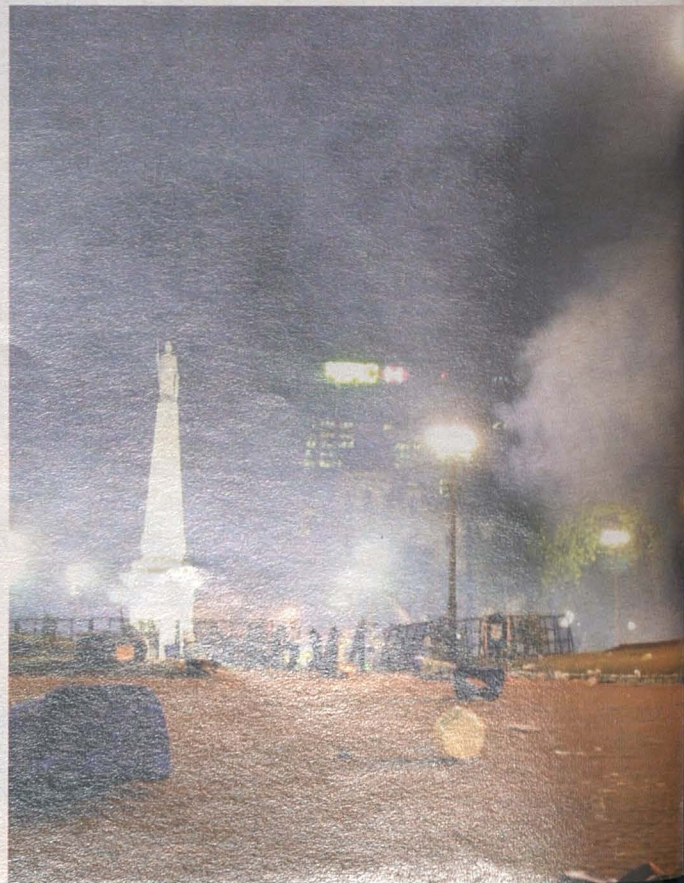
A médica Sima Samar corre pelos hospitais para refugiados afegãos no Paquistão. Sima Samar é uma das duas mulheres integrantes do governo interino no Afeganistão, seguindo um acordo de divisão de poder assinado pelas facções afegãs em 5 de novembro, em Bonn. Depois de nove dias de discussões, foi divulgada a lista provisória, onde ela foi nomeada vice-presidente, além de ministra de Assuntos Femininos



Rosa Parks, figura histórica dos direitos civis nos Estados Unidos, assiste à comemoração do 46º aniversário da sua prisão. Parks foi presa num ônibus no Michigan, por ter se recusado a ceder seu lugar a uma pessoa branca



A crise social dos últimos 10 anos tomou conta das ruas das principais cidades argentinas, levando o presidente Fernando de la Rúa à renúncia e a sair do palácio de helicóptero por falta de segurança para passar pela multidão que cercava a Casa Rosada. Ele e Domingo Cavallo estão proibidos de deixar o país. Economistas culpam as imposições externas, mas George Bush recomenda ao novo governo que ouça o FMI

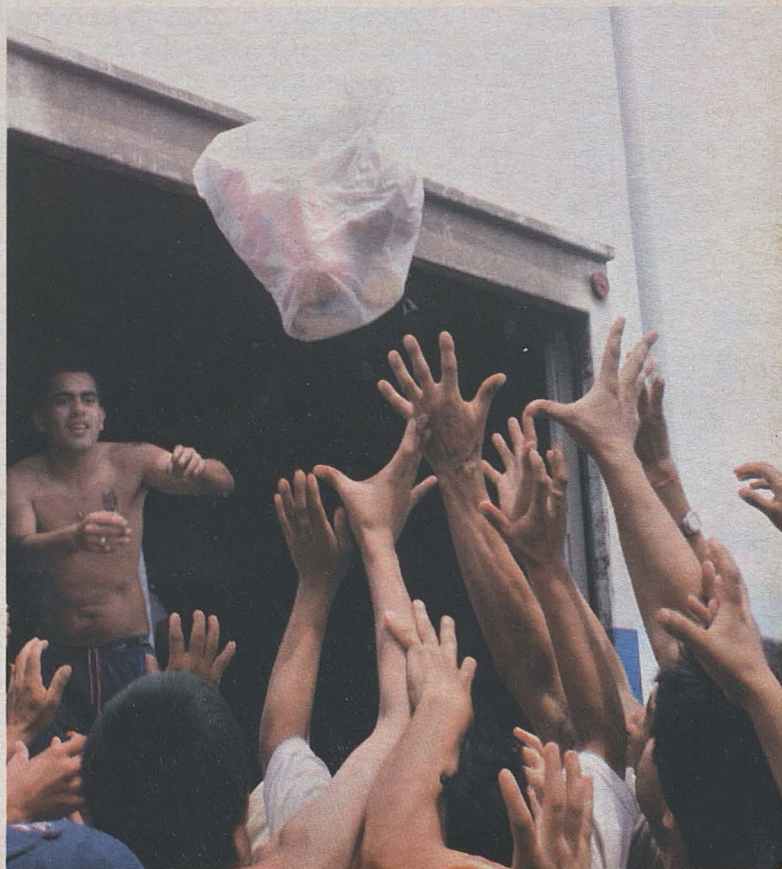
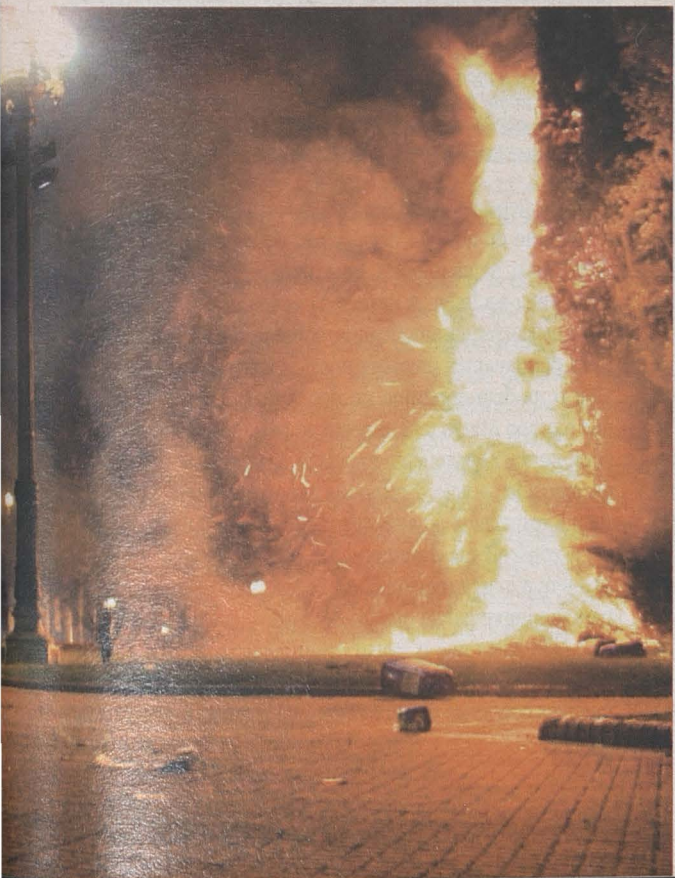


ARGENTINA

ALERTA VERMELHO



HAMBRE





Neiva Moreira

A ARGENTINA ESTÁ LONGE DE UM FIM menos dramático para a terrível situação que vive. Cinco presidentes em dez dias - um claro indicio do temor por medidas que precisam ser tomadas e podem abalar ainda mais o país, e, por fim, a eleição indireta de Eduardo Duhalde para completar o mandato de Fernando de La Rúa - são fatos dramáticos que refletem a gravíssima crise que está longe de acabar.

Pessoalmente vivi, nos tempos de coberturas jornalísticas no Prata e anos depois, no exílio em Buenos Aires, situações parecidas como as de agora e o que mais me impressionava era a decisão de resistência e luta do povo. O que ocorre hoje não me surpreende. O enfrentamento com a ditadura lá, como no Uruguai e no Chile, cobrou imensos sacrifícios, milhares de vítimas, mas também forjou um poder popular que criou as condições para a derrocada da tirania.

O que se seguiu na Argentina não correspondeu às aspirações do povo. Depois de viver a angústia de ver o primeiro governo constitucional posterior à ditadura ficar sem respostas à crise, levando o presidente Raul Alfonsín à renúncia, a vitória do peronismo, com a eleição de Carlos Menem, foi uma enorme decepção. O que hoje ocorre de mais negativo, como o entreguismo e a corrupção, foi uma herança maldita de Menem, que Fernando de la Rúa não teve coragem nem decisão de combater. Ao contrário, sob a gestão de Domingo Cavallo nunca um governo argentino foi mais submisso à tirania do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos banqueiros. E deu no que deu.

A dolarização, a repressão, as reivindicações populares, a total prevalência dos interesses dos banqueiros, os sacrifícios impostos ao povo, com o achatamento dos salários e o desemprego desembocaram na fome de cerca de dez



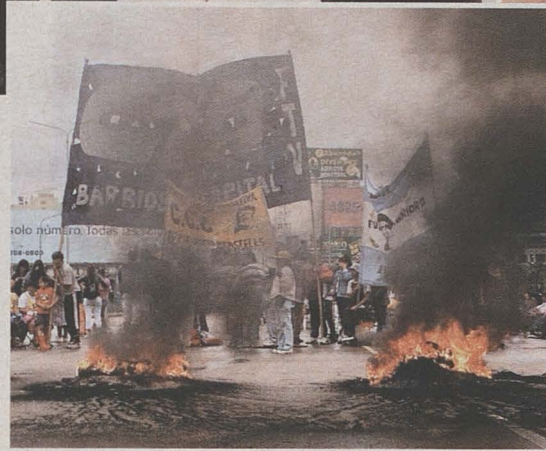
De la Rúa confiscou a poupança, investiu contra o povo e decretou estado de sítio ante os saques generalizados por multidões famintas. Depois, tentou um governo de união com os peronistas, oferta logo recusada. Restou a renúncia. De la Rúa seguiu a receita neoliberal de Carlos Menem, agravou a crise e o poder passou, afinal, ao senador Eduardo Duhalde, a quem cabe traçar novos rumos ou tentar seguir a receita imposta por seu partido e que levou o país à ruína

milhões de pessoas, em um país que até então próspero.

Como de um fato negativo se deve procurar o que há de positivo, o que importa, hoje, para a Argentina e a América Latina é a lição. A dramática lição que fica para os demais países latino-americanos, sobretudo o Brasil, que sofrem permanentes pressões norte-americanas para que sigam o modelo argentino de dependência total. Muito do que o grupo Malan tem imposto ao país, como as privatizações, com a conseqüente expulsão das empresas nacionais do mercado, o veto a reformas econômicas que fortaleceriam a resistência ao avassalamento do domínio estrangeiro, o conseqüente desemprego e o congelamento de salários tem a marca registrada do FMI e pode criar condições para um imprevisível quadro de crise.

Não basta que o Brasil e seu governo se solidarizem com as angústias do povo argentino. É fundamental que medidas concretas de apoio continuem sendo tomadas nes-

**NO PAGAR
LA DEUDA
EXTERNA
MST**



Reflexões ao calor da crise

É curioso constatar que a imprensa conservadora agora responsabiliza o Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo caos na Argentina. Há pouco, quem ousasse criticar as políticas de ajuste propostas pelo FMI – e que só faziam aguçar as crises –, era logo desclassificado. Era chamado de saudosista ou sonhador, alguém que olhava para trás, que queria um mundo que não existe mais. Agora, até os analistas do mercado, que refletem o olhar e os interesses dos grandes bancos, mostram-se dominados pelo temor do efeito dominó, pelo impacto que a fúria e o desespero dos argentinos possam ter nos demais marginalizados e empobrecidos povos do Terceiro Mundo.

Ainda bem que o desespero dos argentinos e as mortes que marcaram a queda de De la Rúa não foram em vão. Acabaram contribuindo para que, nas catedrais da ortodoxia neoliberal, os especialistas começassem a rever seus critérios. Mas a moratória decretada pelo novo presidente, Adolfo Rodríguez Saá, a manutenção da conversibilidade dólar/peso e a criação de nova moeda, o argentino, indicam que as orientações econômicas ainda não se descolaram da linha neoliberal.

Outra lição da crise argentina relaciona-se com a questão política. As democracias que se instalaram na América Latina conseguiram, na maioria dos casos, piorar os índices sociais da época das ditaduras. Algo parece estar errado, quando governos que emergem das urnas não se sentem comprometidos com programas de cunho popular. O voto nulo ou em branco hoje lideram os pleitos e isso indica a necessidade de revisão profunda no sistema de representação popular e nos canais de participação dos cidadãos.

Temos, portanto, uma agenda cheia de complexidades e desafios, mas dela não poderemos fugir, se desejarmos evitar que o drama argentino se torne a moeda corrente política dos próximos anos nas latitudes do Sul, onde a maior parte da população está à margem de tudo quanto já foi conquistado pela Humanidade.

(Beatriz Bissio)

se sentido. Mas o importante é a firme oposição às imposições de Washington e de suas agências, como o FMI e o Banco Mundial.

Uma posição imediata que nos cabe tomar é um não categórico às pressões do presidente Bush para nossa adesão à Alca. Como é possível crer que se esteja buscando com a sua criação um “livre mercado” na América Latina, no momento em que o Parlamento dos Estados Unidos retira por lei, das negociações para o ingresso na Alca, cerca de 300 produtos norte-americanos já protegidos por privilégios legislativos. Isso significa que muitos produtos brasileiros, como o suco de laranja e o aço, não terão – como hoje já não têm – livre acesso ao mercado norte-americano.

A crise argentina é o dramático resultado de uma política de dependência, que as classes dominantes impuseram ao povo. Mas, para os demais países do Terceiro Mundo, é um sinal vermelhíssimo do que pode suceder quando os governos perdem a autonomia e a independência frente às imposições internacionais.

O fardo de Eduardo Duhalde vai exigir uma grandeza e patriotismo que há uma década estão ausentes dos altos escalões argentinos. ■

Missão: impor a boa governança ao mundo

Após o Afeganistão, a liderança norte-americana prepara-se para intervir nos países e contra movimentos considerados adversários. O argumento será o da luta contra o terrorismo e nesse contexto também a América do Sul consta da lista de prioridades

Procópio Mineiro

HENRY KISSINGER, homem da Guerra do Vietnã e de golpes sangrentos, como o do Chile, aconselha o presidente George W. Bush, cuja equipe é de homens da Guerra do Golfo, a não desperdiçar o momento, que aponta como o mais propício das últimas décadas para que os Estados Unidos redesenhem o mundo, à sua maneira.

O general Colin Powell, que exerce hoje o cargo que foi de Kissinger, o de encarregado das Relações Exteriores, considera um dever humanitário cumprir essa missão: eliminar por armas, pressões e outros tipos de intervenções a quem não se enquadrar no figurino pretendido, o que põe como alvos governos e movimentos políticos de uma série de países, a começar da Ásia, sem esquecer a África e a América Latina. Afinal, como destaca Colin Powell, é missão dos Estados Unidos “promover a boa governança pelo mundo”, “fortalecer os governos responsáveis” e continuar “na busca de livres mercados, na não-proliferação e na resolução de conflitos.” “Esta será uma longa campanha, que levará anos e será realizada em muitas frentes”, avisa o secretário. “Acreditamos que um mundo de democracia, oportunidade e estabilidade é um mundo em que o terrorismo não tem como prosperar.”

A indefinição conceitual se destaca nas frases do general, pois a história das últimas décadas autoriza o resto do mundo, como destacam vários analistas, a perguntar-lhe de qual democracia ele fala, de quais oportunidades e o que ele considera que seja estabilidade, num mundo em que os interesses do clube rico, capitaneado pelos Estados Unidos, desestabilizaram inúmeras democracias, desorganizaram projetos de desenvolvimento e de promoção social e lançaram povos na total insegurança quanto ao futuro, inclusive em situações de guerra civil sem término à vista. Então, como tornar claro, ainda por cima, o que seja mesmo terrorismo?

Diz a lenda que o filósofo Cínico, confrontado com essa questão nos tempos do Império Romano, deu a um imperador a resposta: terrorista é quem ataca os nossos interesses ou tem a ousadia de recusar nossas imposições, enquanto o guerreiro da liberdade é o terrorista que atua de nosso lado. Historiadores modernos e a maioria da humanidade descobriram que a definição de Cínico varou os séculos e tornou-se pedra angular de políticas externas de certas potências.

Os Estados Unidos já criaram uma nova lei contra o terrorismo, a Europa também já o fez, e tanto num caso como no outro, juristas e setores políticos identificaram um atropelo legal quanto às liberdades civis e evidências de discrimina-

ções ideológicas, religiosas e raciais. A imagem de filme, em que o suspeito ouve uma rápida ladainha quanto aos direitos que pode invocar, não fará parte da nova série, na qual uma pessoa pode ser presa para que sua possível culpa seja investigada depois. Está autorizada a prisão de estrangeiros suspeitos, por até seis meses, e também a escuta telefônica. Na Câmara norte-americana, a nova lei foi aprovada por 356 a 66, e, no Senado, por 98 a 1. Não tiveram influência alertas e protestos de entidades como a União Americana pe-





Fotos: AFP

Ao lado de artistas que levam a mensagem norte-americana pelo mundo, o presidente George W. Bush participou de festas natalinas em Washington, enquanto seus bombardeiros impunham a mudança de governo no Afeganistão, sem que as tropas de terra precisassem se expor

las Liberdades Civis ou o Comitê de Advogados pelos Direitos Humanos. O único voto discordante no Senado, o democrata Russel Feingold, fez questão de frisar que a nova lei dá poderes excessivos à polícia e expõe os direitos civis a violações.

Impondo o 'bem'

Nessa ânsia de promover a chamada boa governança pelo mundo, os meios oficiais de Washington regozijam-se pela queda talibã no Afeganistão e fazem circular a informação de que estão apressando as ações de rescaldo naquele país devastado pelos bombardeios. Querem liberar logo o maior número de equipamentos e homens, para que outra promoção de boa governança comece em outra parte do mundo – Ásia de novo, ou África e até mesmo a América Latina.

A Casa Branca tem pressa em partir para novos ataques, segundo divulgou a imprensa norte-americana, confirmando como alvos países já várias vezes citados pelas autoridades do governo Bush: Indo-





Abdelbagi Sidahmed Osman, presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro, disse que os muçulmanos costumam ser acusados sem provas pelos Estados Unidos. No caso dos atentados de 11 de setembro, acredita que a verdade ainda não foi revelada e que a tentativa de incriminar talibãs e Bin Laden não se sustentará. 'Os Estados Unidos pressionam o Islã, porque nossas características culturais resistem aos princípios do neoliberalismo e da globalização. Choque de civilizações é o nome da nova Guerra Fria voltada contra o Islã. Aos Estados Unidos e seus sócios não interessa deixar que países islâmicos tenham chance de desenvolvimento. Parece haver um plano destinado a desmontar estes países e impor-lhes uma abertura aos negócios e ao estilo de vida ocidentais. Um dia se saberá que o 11 de setembro foi obra interna dos próprios EUA, país que já sofre sua decadência'

nésia, Filipinas, Irã, Iraque, Síria, Líbano, Iêmen, Somália, Sudão, Líbia, Cuba, Colômbia, Peru e até mesmo Brasil, Paraguai e Argentina, cuja confluência fronteiriça se quer definir como área de terror internacional antiamericano.

A insistência de Washington em estigmatizar a chamada Tríplice Fronteira já causa efeitos negativos para os três países: queda do comércio e do turismo e até aumento de abusos policiais contra a comunidade árabe, numerosa sobretudo em Foz do Iguaçu.

"Esta questão é delicada, pois a insistência dos Estados Unidos em ver terroristas aqui envolve a região onde está a Hidrelétrica de Itaipu, essencial para o abastecimento energético da principal área econômica do país, o Sudeste. É uma região também essencial para a consolidação do Mercosul. O que estariam eles pretendendo?", considera Mohamed Ismail, comerciante e diretor de comunicação do Centro Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu, ligado à mesquita local.

A preocupação de Mohamed Ismail reflete desconfianças que se consolidam paulatinamente: a geografia do terror desenhada pelos Estados Unidos não é predo-

minantemente ideológica, mas basicamente econômica. Recursos naturais importantes – em especial o petróleo – são claramente identificáveis em cada um dos países apontados como inimigos ou como refúgios de grupos guerrilheiros antiamericanos. No caso sul-americano, gás e petróleo amazônicos atizam os anseios intervencionistas, focados no momento na guerra civil colombiana, mas com grandes possibilidades de envolverem em breve a Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez acaba de propor o ano de 2002 como o ano do salto do processo revolucionário bolivariano naquele país. A Venezuela responde, no momento, pela secretaria-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Chávez já apontou interferências norte-americanas na mobilização política oposicionista dos grandes empresários, que estariam entrando num plano golpista contra seu governo (veja matéria sobre o assunto na página 50).

Tal como está tentando fazer com a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, o governo norte-americano denuncia a fronteira Colômbia-Venezuela como outro "antro de terroristas". O ativo comércio da região colombiana de Maicao, na

fronteira entre os dois países, é dominado pela colônia islâmica, que contribuiria, segundo o FBI, para células terroristas, enviando dinheiro via bancos da Venezuela.

A tentativa norte-americana de descobrir focos sul-americanos de terrorismo é tão intensa que lembra o *Samba do crioulo doido*. Pelas versões norte-americanas, é preciso intervir também na América do Sul, porque haveria uma conexão da guerrilha colombiana com pessoas de Foz do Iguaçu, tudo misturado com o tráfico internacional de cocaína, havendo ainda aquela comunidade de Maicao remetendo grandes quantias para o Oriente Médio, provavelmente para células de Osama bin Laden. Este, por sua vez, em breve precisaria se envolver com a guerrilha colombiana (comunista, o que Bin Laden detesta), para participar do tráfico da cocaína e ter dinheiro para ajudar a luta dos palestinos. E assim, tudo se ligaria: Bin Laden, talibãs, islamismo, guerrilhas comunistas, palestinos e, por estes, todos os governos islâmicos antipatizados por Washington. Um próximo passo talvez seja descrever Osama bin Laden como perigoso comunista e Manuel Marulanda como um crente do Islã, o que coroar a semelhança com a obra de Stanislaw Ponte Preta.

"Há semelhanças entre os grupos terroristas do Afeganistão e os da Colômbia: a sua hipocrisia moral e sua falta de idéias", disse em Bogotá a embaixadora norte-americana Anne Petterson, tentando justificar políticas intervencionistas na América do Sul.

A incoerência das alegações norte-americanas já mereceram repulsa de autoridades brasileiras, como os ministros José Gregori e Aloysio Nunes Ferreira, da Justiça, e levaram a comunidade de Foz do Iguaçu a promover a passeata Paz Sem Fronteira, em outubro, e a convocar, na base do humor, um Congresso Mundial de Terroristas, em dezembro. "Estamos como vítimas de bala perdida. O caso foi lá longe, mas, porque somos de origem árabe, estamos sendo jogados na fogueira", definiu a situação Mohamed Ismail. ■

Deputado nega existência de terroristas na fronteira

Centro importante do sistema energético nacional e vital para fortalecimento do Mercosul, Foz do Iguaçu sofre com denúncias norte-americanas de terrorismo

Memélia Moreira

AUTOR DA MOÇÃO QUE SUGERE ao governo brasileiro defender a criação do Estado da Palestina junto à Organização das Nações Unidas (ONU), o deputado Luís Carlos Haully (PSDB-PR) nega a existência de terroristas islâmicos na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Está disposto a fazer levantamento da remessa de dólares para os Estados Unidos e Israel a partir daquela cidade, caso persista a pressão.

“Eu não acredito que exista algum grupo terrorista em Foz do Iguaçu ou no Brasil, ligado a Osama bin Laden. Podem até existir simpatizantes, mas, terroristas, como estão querendo fazer acreditar, não.

Isso é pura fantasia”, disse Haully, afirmando que as pressões norte-americanas para que o Brasil investigue a existência de fundamentalistas islâmicos na região deve-se exclusivamente ao fato de Foz do Iguaçu contar com um expressivo número de imigrantes e filhos de árabes.

Ela acredita também que estas pressões norte-americanas podem ser explicadas porque, tradicionalmente, a cidade paranaense de Foz do Iguaçu “é uma cidade de fronteira onde se instalou um corredor de contrabando, além de importação legal de produtos e onde, há muitos anos, se faz remessa de divisas para o exterior e já chegou a ter um movimento de 12 milhões de dólares em um ano”. Além disso – afirmou – “os Estados Unidos é mestre em confundir

a opinião pública, criando fatos inverossímeis, quando, na verdade, os imigrantes árabes que vivem no Brasil fugiram para cá, porque não queriam morrer na guerra”.

Remessas

Haully confirma as informações de autoridades brasileiras sobre a remessa de dólares para o exterior a partir de Foz do Iguaçu, mas faz uma ressalva: Israel e Estados Unidos seriam os destinatários preferenciais dessas remessas e ele acredita que, em São Paulo, o movimento de evasão de divisas para Israel seja muito maior do que na fronteira paranaense. “Se os Estados Unidos insistirem muito nessa fantasia, nós vamos levantar toda as remessas feitas para o exterior, tanto para o Oriente Médio quanto para Israel e Estados Unidos”, garantiu o deputado, que é integrante da Comissão de Defesa Nacional na Câmara.

“São Paulo” – disse o deputado – “é recordista em remessa de dólares para Israel. Quero saber também quanto o Rio de Janeiro manda. E eles vêm adotando essa prática há muito tempo. Quero saber quanto mandaram nesses últimos anos. Ninguém se lembra disso, mas é um fato que acontece sem qualquer controle”, denunciou o parlamentar, filho de cristãos libaneses. “A paz no Oriente Médio passa pela criação do Estado palestino, que precisa receber apoio do Brasil, dos Estados Unidos e de Israel”, observou Haully. ■



Luís Carlos Haully

Antes, implicância com palestinos do Chuí

Na década de setenta, movimentos guerrilheiros foram implantados em várias partes da América Latina, alguns deles no Brasil.

Montevideu foi uma base política importante dessa luta, dada a presença de numerosos brasileiros. A guerrilha de Caparaó foi um dos focos que encontraram apoio na comunidade exilada no Uruguai.

Mas a presença da CIA era sensível na vigilância daqueles movimentos e, hoje como ontem, os seus métodos variavam pouco.

O que está passando agora com a armação em torno dos islâmicos de Foz

do Iguaçu tem muita semelhança com situação igual às acusações aos palestinos dos municípios da fronteira do Rio Grande do Sul, no Chuí, com o Uruguai. Estariam eles ligados à guerrilha brasileira, fornecendo-lhe recursos e armas. Era um tema corrente no noticiário da época.

Hoje se sabe que era uma invenção da CIA, tentando internacionalizar a resistência à ditadura brasileira, apoiada pelos Estados Unidos. Nunca houve participação de palestinos na guerrilha brasileira, como nada há hoje em Foz do Iguaçu. (N.M.)

S.O.S. Palestina

Com o impasse que parece insuperável nos territórios palestinos, invadidos por Israel com o tácito apoio dos Estados Unidos, a questão do Oriente Médio mereceu debate de alto nível em Campinas, reunindo árabes, judeus e cristãos

Wellington Mesquita

“É IMPOSSÍVEL CRIAR UM Estado Palestino viável que não tenha uma continuidade territorial, um controle de fronteira e uma liberdade de movimentação interna.” A opinião não é de um árabe, mas sim de um judeu, o antropólogo Jeff Halper, representante do Comitê Israelita contra Demolições de Casas. Além dele, autoridades religiosas, líderes políticos e especialistas na Questão Palestina estiveram reunidos no simpósio internacional “Os Direitos Humanos do Povo Palestino na Conjuntura Atual”, realizado de 28 a 30 de

novembro no Centro de Convenções da Unicamp, em Campinas. Durante três dias, os convidados discutiram as dificuldades da consolidação de um Estado palestino no Oriente Médio e o drama vivido por famílias palestinas – muçumanas e cristãs – nos territórios ocupados por Israel.

A mudança de postura na política israelense com a coalizão dos dois maiores partidos, Likud e Trabalhista, em torno do primeiro-ministro Ariel Sharon, acentuou o estado de terror vivido pelo povo palestino nos últimos anos, segundo relato do parlamentar palestino no Knesset (o Congresso israelense) Muhamad Barka. “Mesmo os 20% dos cidadãos israelenses e palestinos sofrem discriminação interna.

Nesses últimos 50 anos houve muitas atrocidades.” De acordo com o deputado, o governo israelense já aprovou em primeira instância um projeto de lei visando destituir qualquer palestino de seus direitos políticos, caso seja suspeito de terrorismo. “Mas não ficou definido o que vem a ser terrorismo”, contestou.

Discriminações

Das 120 cadeiras no Parlamento israelense, nove são ocupadas por árabes, sendo que recentemente um desses deputados perdeu a imunidade parlamentar. Diferente do Brasil, onde a imunidade serve de subterfúgio à impunidade, em Israel o dispositivo constitui-se em uma importante arma de defesa dos direitos dos parlamentares árabes no Knesset. “Mesmo assim esses deputados não mudaram em nada a sua concepção na luta pelos direitos do povo palestino”, disse Barka, em relação à oposição do grupo à política oficial de Israel. Embora 20% dos israelenses sejam palestinos, apenas 14% têm direito a voto, o que não influencia nas decisões políticas. Para se aprovar uma resolução de paz em Israel, precisa-se do apoio de 50% da população.

De acordo com o chefe da Igreja Ortodoxa na Terra Santa e Jordânia, monsenhor Atallah Hanna, a ação do governo israelense não se limita à destruição de casas e edificações palestinas, mas ao patrimônio cultural-religioso daquele povo. “A ocupação não se restringe ao território, mas à memória”, disse o líder religioso, que enfrentou 16 horas de vôo entre Tel



Políticos, religiosos, diplomatas e estudiosos debateram a questão palestina durante três dias. No encontro, na Unicamp, selou-se o tratado de Cidades Irmãs entre Campinas e Jericó

Aviv e São Paulo para acompanhar o simpósio. “Há diferenças entre estes três códigos divinos, mas há muito em comum quando se referem aos valores morais e direitos humanos”, enfatizou. A Igreja Ortodoxa na Terra Santa é guardiã da Igreja do Santo Sepulcro, um dos templos sagrados do Cristianismo em Jerusalém.

Terror burocrático

A advogada Jamile Abdel Latif morou seis meses em Jerusalém e comentou as dificuldades enfrentadas por uma mulher palestina na hora de ter um filho. “Vamos imaginar que eu viva numa aldeia. O transporte para o hospital depende de documentos. Eu vou preencher formulários, pagar taxas, pedindo autorização para o governo militar israelense para, na data do parto, eu conseguir passar, porque, se eu tiver o neném e tentar ir para a fronteira, eu vou ter lá mesmo”, desabafou Jamile, casada com um palestino que se mudou para o Brasil. “Se o filho morrer, a mulher não tem direito a nada, porque o palestino não tem cidadania nem acesso ao Judiciário.”

O deputado federal gaiano Aldo Rebelo (PC doB) condenou a ação do governo israelense contra o povo palestino, denunciando alguns métodos de ação do exército israelense. “Enquanto Israel não respeitar a vida na Palestina, mirando os olhos de meninos e meninas, mutilando crianças que atiram pedras, o palestino não terá os seus direitos assegurados”, cobrou.

O deputado fez questão de ressaltar que não se trata de um conflito de civilizações, do bem contra o mal, de uma religião contra outra, como parte dos meios de comunicação vem pregando, mas sim um embate social e político. “Choque de civilizações serve para encobrir o problema.”

Segundo o diretor da Sociedade Palestina para a Proteção dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente, Shawqi Issa, das mais de 800 vítimas palestinas na segunda Intifada (El Aqsa), cerca de 125 são crianças. Ele informou que desde o início dos confrontos mais de cem ambulâncias pa-



Monsenhor Atallah Hanna caracterizou a ação israelense como ataque étnico, que atinge cristãos e islâmicos. Jamile Latif falou das dificuldades das famílias

lestinas foram destruídas pelo exército israelense. “O governo de Israel cria leis visando a tirar a esperança dos palestinos.”

Assentamentos

A questão dos assentamentos foi abordada intensamente nos três dias do encontro. A proliferação de colônias nos territórios ocupados tem criado inúmeras dificuldades burocráticas para os palestinos. O antropólogo israelense Jeff Halper diz

que “por trás de cada assentamento israelense existe um plano buscando a ocupação e o controle”. Essa ação, segundo ele, se dá por meio da burocratização dos serviços estatais de permissão para erguer construções e reformar casas. Desde 1993, ano em que foram assinados os acordos de Oslo, o governo israelense tem intensificado o trabalho de reunião de blocos de assentamentos. “Jerusalém está sendo rodeada por estas colônias, que vão transformando a cidade em região estratégica que controla várias áreas da Cisjordânia.”

As estradas construídas por Israel na Cisjordânia fazem a ligação dessas colônias, agrupando-as, dificultando o trânsito de palestinos na área ocupada. Essas vias, explica Halper, custaram mais de três bilhões de dólares e foram financiadas pelos Estados Unidos. “É difícil entender porque Israel está investindo esse valor em uma região que eles iriam entregar aos palestinos. Estão propondo um Estado palestino dividido em cinco cantões”, analisou.

Uma longa rodovia ligará a Cisjordânia de norte a sul. Segundo o representante do Comitê Israelita contra a Destruição de Casas, essa estrada abrirá várias áreas rurais com o objetivo de criar mais colônias em territórios palestinos. O local é densamente povoado por árabes, já que a maioria dos israelenses vive no litoral. “A idéia desta rodovia é deslocar parte da população da costa para o centro, perto da Cisjordânia”, explicou. Todas as outras vias que foram feitas são conectadas a esta estrada principal. Fisicamente, Israel está anexando a área. “A esperança é a paralisação de assentamentos e construção de estradas.”

O apoio dos Estados Unidos a Israel foi bastante questionado. Monsenhor Atallah Hanna afirmou que “o inimigo verdadeiro dos árabes não está em Israel, nem em Tel Aviv, mas em Washington”. O líder religioso não poupou críticas à política desempenhada pelo presidente norte-americano, George W. Bush, no Oriente Médio. “É incoerente que os Estados Unidos combatam o terrorismo internacional, enquanto ao mesmo tempo dão todo apoio a um Estado terrorista”, disse, em relação a Israel. ■

Outra vez o Iraque

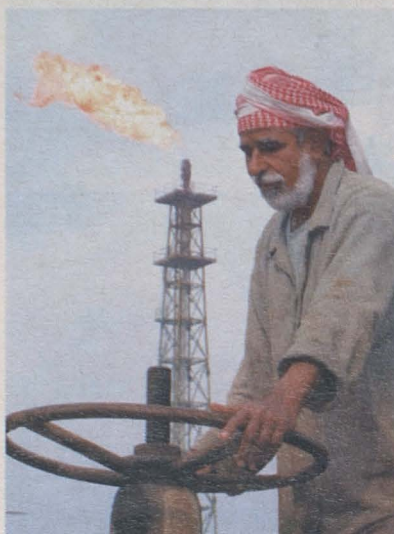
Especialistas do Pentágono já estariam finalizando os mapas de novos alvos, para que os bombardeios a distância iniciassem novo esforço de derrubar o governo de Bagdá

M. Abu Jamal

A DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO EM UM Afeganistão saturado de bombas – e aparentemente pacificado – assistimos à reaparição do Iraque como o demônio norte-americano do mês. A nova campanha propagandístico-militar retoma o argumento de que Bagdá tem armas de destruição em massa. Sim. Qual país não as tem?

O ex-presidente Bill Clinton já usou a cartada do Iraque, quando disse que outros podem ter armas de destruição em massa, mas que só o Iraque as empregou. Esta afirmação de Clinton, então na presidência, levou o conhecido historiador Howard Zinn, autor da aplaudida *História popular dos Estados Unidos*, a afirmar que somente uma nação cega à história poderia aceitar a posição da Casa Branca. Segundo Zinn, “isto ele poderia dizer a um povo ignorante de história. Os Estados Unidos abastecem a Turquia, Israel e Indonésia com aquele tipo de armas, que acabaram usadas contra populações civis. A nação mais culpada, porém, é a nossa. Nenhuma outra nação possui mais armas de destruição em massa que os Estados Unidos, e nenhuma outra as usou com mais frequência ou com maiores índices de perdas de vidas de civis. Em Hiroxima, foram dezenas de milhares de vítimas. Na Coréia e no Vietnã, milhões, devido ao emprego desse tipo de armas pelos Estados Unidos.”

É espantosa a absoluta hipocrisia de uma nação como esta, que ameaça a outra sob tal alegação. Asiáticos e árabes devem estar balançando a cabeça, para expressar sua incredulidade ante a atitude dos EUA.



Sob bombardeios periódicos e cerco diplomático, o Iraque não pode sequer exportar livremente seu petróleo e precisa suportar as pesadas conseqüências sociais, fome e doenças, provocadas pelo embargo

A guinada de Bill Clinton para a direita, em seu segundo mandato, é seguida agora por George W. Bush à medida que recicla a mentira de seu antecessor – o velho conto das armas de destruição em massa. Trata-se de uma justificativa do jovem Bush para reparar o fracasso do velho Bush em submeter adequadamente o Iraque, país que se atreve a atuar como Estado soberano e não como Estado vasalo ou cliente do império estadunidense.

Levando a hipocrisia a um nível ainda mais alto, convém considerar que algumas das armas do Iraque eram realmente de destruição massiva, um fato, aliás, bem conhecido por Washington, já que foram os próprios Estados Unidos que as forneceram a Bagdá, para que os iraquianos pudessem eliminar mais facilmente os inimi-

gos iranianos. Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros países ocidentais se enriqueceram vendendo essas armas não apenas ao Iraque, mas igualmente ao Irã. Estes dois vizinhos usaram tais armas com eficiência mortífera numa guerra de oito anos, na qual morreram 800 mil pessoas (talvez um milhão), entre homens, mulheres e crianças.

Ressentindo-se da queda do xá e ascensão do aiatolá Komeini, Washington esfregou as mãos de pura alegria mercantil, enquanto armava os dois países.

O aliado de ontem é o inimigo de hoje. Amanhã, depois que se assente a poeira provocada pelas bombas lançadas sobre a fria terra afegã, Bush quer novas cruzadas ao Iraque, que já sofre dez anos ininterruptos de bombardeios. Nova cruzada, depois de provocar talvez 500 mil vítimas civis. Nova cruzada, contra um Iraque tão bombardeado que vai se transformando num imenso lixão tóxico. Ameaças de novos bombardeios nada têm a ver com alegadas armas de destruição. Por que, então, chega de novo a vez do Iraque?

O general-de-brigada norte-americano William Looney, que dirigiu as campanhas de bombardeio contra o Iraque nos anos 90, é direto: “Se eles reativarem os radares, vamos explodir seus malditos mísseis terra-ar. Eles sabem que nós dominamos seu país. Dominamos o espaço aéreo deles, ditamos a maneira como vivem e como falam. Isto é o mais importante para os Estados Unidos agora. É uma coisa boa, especialmente porque ali existe todo aquele petróleo de que necessitamos.”

Ah! então, é isso. Petróleo. Por que uma coisa dessas não é crime contra o direito internacional? ■

O jogo de Pastrana

A paralisação do Processo de Diálogo e Negociação entre as Farc-EP e o governo colombiano de Andrés Pastrana é fruto dos que formam a cúpula dirigente do país e o próprio império norte-americano

Salvador Paz Marte

OS ACORDOS ALCANÇADOS NA MESA de Diálogo e Negociação, especialmente a definição de uma Agenda Comum para a discussão de pontos realmente fundamentais para se atacarem as causas do atual conflito social e militar na Colômbia, não foram suficientes para fazer avançar a discussão de todos e de cada um dos ditos pontos, sempre que se começava a questionar planos econômicos que o império, através do Fundo Monetário Internacional, impôs a nosso país.

O primeiro ponto da agenda é o econômico, começando pelo grave problema do desemprego. Para discuti-lo é preciso analisar suas causas, em cuja base está a política neoliberal de abertura econômica e as privatizações. É isto que causa o recuo do governo Pastrana e de seus representantes, os quais, por manobras de distração, privilegiam pontos que sequer estão na Agenda e armam uma arruaça que encontra ecos nos meios de comunicação servis ao regime.

Todos os representantes do regime – incluindo seus arautos dos meios de comunicação – querem nos assustar com a idéia de que o mundo mudou após o 11 de setembro de 2001, com os atentados às torres gêmeas e ao Pentágono e nos aconselham a modificar a conduta e a nos comportarmos bem, e a vemos que os se-

Pastrana encontrou-se com Marulanda, mas o diálogo é dificultado pelas pressões dos EUA. A campanha presidencial para abril é outro fator contrário



nhores gringos estão menos tolerantes ainda que antes com os atos terroristas, e que, se agirmos mal, eles, os gringos, vão chegar e nos massacrar com seus aviões que, de 10 mil pés de altura, lançam bombas de seis toneladas e meia, e mais isto e mais aquilo. E nos mostram pela televisão um milhão de vezes o que estão fazendo no Afeganistão.

Enfim, querem enfiar em nosso cérebro todo o medo e covardia que sua submissão e genuflexão ante tudo o que é norte-americano fizeram com que esses senhores do regime não tenham cérebro próprio, para pensar com dignidade no futuro do país, mas disponham apenas de um *chip* que pode ser trocado a cada vez que o amo do Norte solicitar.

Nós, porém, índios bravos sul-americanos, como nada entendemos de *chip* e só usamos para pensar nosso próprio cérebro, logo percebemos que a presença estadunidense em nosso país já não é novidade, pois sempre estiveram aqui levando nossos recursos naturais. Para se assegurarem de que isto vai continuar assim, fizeram uma lavagem cerebral na oficialidade de nossa força pública, com a lenda

da Doutrina de Segurança Nacional, para que matem os próprios colombianos. Como julgam isso ainda insuficiente, nos mandam seus assessores e ameaçam enviar seus *boys*.

Sabíamos disso e, se nosso cérebro não anda funcionando mal, trata-se do Plano Colômbia e da Iniciativa Regional Andina, que o completa, os quais se enlaçam com o chamado Plano Puebla-Panamá e também com outro, chamado de Alca – tudo com o objetivo, mais uma vez, de nos subtrair os recursos naturais (petróleo e outros), e, além disso, de começar a controlar as zonas em que se produz água no continente. Sim, a água, pela qual se farão as guerras deste novo século.

Por isso, não engolimos essa história de que o mundo mudou desde 11 de setembro. Continuamos adiante, em defesa de nossa pátria.

Os arautos do regime querem que mudemos e que nos assustemos e que corramos a negociar o que sempre pretendiam: desarmamento em troca de nada. Nós, porém, índios bravos, sabemos que se trata da velha estratégia de negociação dos oligarcas. ■

A revolução legal de Chávez

Presidente venezuelano assina reformas de base e garante que nenhuma provocação o afastará dos caminhos legais. A greve patronal contra a reforma agrária, a lei do petróleo e do desenvolvimento sustentável e outras 46 legislações

Héctor Escobar

UM PACOTE DE 49 LEIS DE REFORMA ECONÔMICA, social e administrativa uniu a maior parte dos empresários industriais e comerciais, latifundiários, sindicalistas e partidos de oposição num locaute que parou parcialmente a Venezuela no dia 10 de dezembro último, quando as leis foram promulgadas. O objetivo era forçar o presidente Hugo Chávez a desistir de pôr em vigor algumas leis, principalmente a Lei das Terras e Segurança Alimentar, a Lei da Pesca e Desenvolvimento Sustentável e a Lei do Petróleo. Esta última frustrou a expectativa de privatização, tanto das empresas petrolíferas estrangeiras quanto dos empresários locais neoliberais que apostavam na abertura do setor à iniciativa privada.

A imprensa venezuelana e dos demais países da América do Sul fez o coro do “sucesso absoluto” do movimento, mas o sistema de transportes funcionou, assim como o serviço público, a indústria petrolífera e o pequeno comércio. A palavra de ordem da Fedecâmaras, entidade que congrega as filiadas representativas das grandes empresas do país, não foi acatada da forma como os empresários esperavam. No entanto, na avaliação do presidente da Fedecâmaras, Pedro Carmona, a paralisação atingiu mais de 60% das atividades econômicas.

O locaute foi precedido de quase 30 dias de acirrada campanha contra o governo, na qual industriais, comerciantes e líderes ruralistas espalharam boatos de golpe de Estado e saques, com o objetivo de criar um clima de pânico na população capaz de justificar o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Às vésperas do locaute, a Fedecâmaras enviou um emissário ao presidente da República com a proposta de suspensão da promulgação do “pacote”. Em troca, a paralisação seria suspensa. “Isto é simplesmente um golpe de Estado, uma proposta para um pacto imoral. E eu não tenho resposta para imorais”, foi a reação de Hugo Chávez.

Cerca de 35 mil camponeses marcharam sobre Caracas e se concentraram no centro da capital, para um ato de apoio ao presidente da República. Ali, os líderes da categoria se revesaram com discursos inflamados até à chegada de Chávez. Envergando uniforme de campanha, o presidente da República proferiu contundente discurso, recheado de advertências aos promotores do locaute.

‘Oligarquia imoral’

“Esqueça a oligarquia, se pensa que vamos recuar do nosso objetivo e trair o povo venezuelano. Vou dar um conselho a essa oligarquia imoral e covarde, para que não se equivoque. Estão confundido nossa

bondade e nosso amor à democracia com debilidade. Lembrese de onde viemos. Se for preciso, vamos torcer o alicate, pois não podemos permitir que promovam a desordem no país”. Ao proferir essas palavras, Chávez exibiu um alicate e concluiu: “Alguns opositores andam sonhando com um golpe de Estado, por iniciativa de Chávez, mas não me arrastarão para esse terreno. E como me chamo Hugo Chávez, haverão de se lembrar disso para o resto da vida.”

Terra

De fato, num país em que apenas 2% da população têm a propriedade de mais de 80% das terras, as quais, no entanto, permanecem ociosas, era de se esperar forte reação dos latifundiários ao novo ordenamento jurídico da ocupação e do uso do solo.

Desde a segunda semana de dezembro de 2001, todas as terras privadas agricultáveis da Venezuela passaram a ser avaliadas

por técnicos especializados, para identificação do tipo de lavoura mais adequado ao seu uso.

Junto com a terra (até o limite de 10 mil hectares, em plena produção), os agricultores autônomos ou reunidos em cooperativas receberão crédito, sementes, assistência técnica e tratores, além da garantia do governo de adquirir o excedente após a comercialização.

Pesca

A Lei da Pesca e Desenvolvimento Sustentável estabelece o limite de seis milhas marítimas exclusivamente para a pesca artesanal, ficando proibida a pesca de arrastão, por ser prejudicial ao ecossistema.

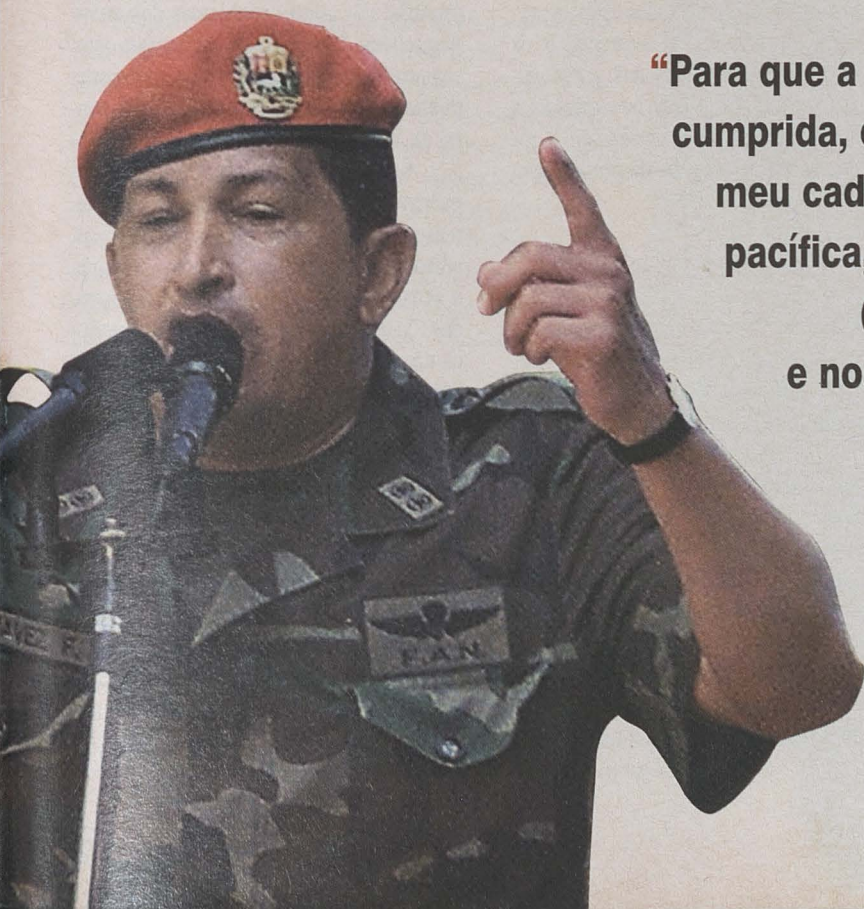
Colhidas de surpresa, as grandes empresas do setor não aceitaram as novas normas e partiram para a confrontação com o governo, através de atos de desobediência civil. "A nossa proposta é o desenvolvimento sustentável e o aproveitamen-



“Se qualquer banqueiro, presidente de banco nacional ou estrangeiro se recusar a obedecer a nossa Constituição ou nossas leis, não só podemos estatizar o banco, como o banqueiro pode ser preso por violar a lei”

“Para que a Constituição deixe de ser cumprida, eles terão de passar sobre meu cadáver. (...) Esta revolução é pacífica, mas não está desarmada. (...) Somos soldados e nos armaremos, caso alguém cometa um erro de avaliação”

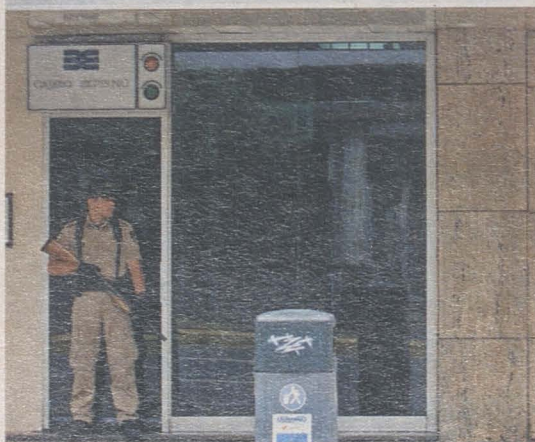
Hugo Chávez, ao rebater as críticas do setor bancário à lei que o obriga a aumentar para 15% os empréstimos agrícolas, sob garantia única da produção, perante a Assembléia Nacional da Venezuela, dia 15 de dezembro





O cartaz condena a paralisação do país pelos empresários e pede o poder para o povo. Na outra foto, o presidente da confederação patronal, Pedro Carmona, explica os objetivos do movimento, que foi definido pelo governo e por setores dissidentes do próprio empresariado como de fundo golpista. No dia da paralisação, soldado monta guarda em frente à agência bancária fechada em Caracas

Banco



to dos recursos naturais, a fim de que permaneçam também para as futuras gerações", esclareceu a ministra do Meio Ambiente, Ana Lisa Osório.

Petróleo

Pela nova Lei do Petróleo, as empresas que operam na exploração pagarão royalties mais elevados – de 30%, contra os anteriores 16,6%. A participação do Estado no capital dessas empresas passa a ser

de 51%, no mínimo. Pela Constituição venezuelana, nenhuma riqueza do subsolo e da área submarina do país pode ser privatizada.

Como os interesses privados dos três setores agora regulamentados estavam entrelaçados e o governo surpreendeu os empresários com as novas leis, a Fedecâmaras resolveu radicalizar, na expectativa de que as fortes pressões obrigassem o governo a ganhar o caminho da privatização e da desregulamentação.

Clima de golpe

Muitos empresários decidiram não aderir ao locaute promovido pela Fedecâmaras, por entenderem que "a iniciativa assumira caráter nitidamente político" num clima que se assemelhava ao de preparação de um golpe. O presidente da Federação dos Transportes da Venezuela, José Enrique Betancourt, por exemplo, disse que o serviço de transporte em todo o país não sofreria solução de continuidade.

"No dia 27 de novembro, fizemos uma grande assembléia no Poliedro de Caracas, na qual ficou decidido que ga-

rantiríamos a normalidade do transporte. A Fedecâmaras faz jogo com os nossos interesses, mas nunca antes dera apoio às nossas reivindicações", acrescentou. Em seguida, acusou a cúpula da entidade empresarial por alguns problemas dos quais se queixam. "É oportuno lembrar que conseguimos financiamento para o transporte público interurbano, fato inédito na história da Venezuela."

A respeito do possível aumento de preços dos combustíveis no primeiro trimestre de 2002, José Enrique Betancourt adiantou que vai tratar desse assunto com o presidente Hugo Chávez e o ministro das Finanças, para que o impacto da medida não seja forte para os empresários e para os usuários.

Depois de uma reunião com representantes da Conferência Episcopal da Venezuela, o ministro da Defesa, José Vicente Rangel, declarou que não aceita "a satanização do governo por parte de alguns setores do empresariado. O presidente Hugo Chávez está disposto ao diálogo". O ministro disse que o governo estava aberto ao diálogo, certo de que havia condições para avanços no sentido da normalização da situação no país. ■

Lucélia Santos mostra 'O massacre que ninguém viu'

Atriz consagrada no Brasil e no mundo pelos seus papéis românticos na tevê dirige documentário sobre o conflito no Timor Leste e prova que a realidade é muito mais assustadora do que a ficção

Tetê Duche

ATRIZ LUCÉLIA SANTOS SEMPRE emprestou seu rosto às novelas açucaradas exibidas nas principais tevês brasileiras. Seu personagem mais famoso, a Escrava Isaura, hoje completando 25 anos, consagrou definitivamente sua carreira no Brasil e no exterior e fez de Lucélia uma musa assediada pelos fãs até mesmo em terras distantes como a Rússia ou a China.

Nos últimos anos, Lucélia Santos acrescentou à sua consagrada trajetória de atriz experiências em outros ramos. Musa em campanhas políticas nas décadas de 80 e 90, sempre associou sua imagem e carisma a causas humanistas, defendendo a cidadania, a justiça social, a reforma agrária.

Menos conhecida do que essa faceta é a sua bem-sucedida trajetória de documentarista. *Timor Lorosae – o massacre que ninguém viu*, é sua mais recente produção. Imagens cruéis retratam o genocídio a que foi submetida a população timorense em 1975, quando após 450 anos de colonização o governo de Portugal abandonou a ilha, dando margem à invasão da Indonésia, então governada com mão-de-ferro pelo general Suharto. Começava assim, com o massacre de um terço da população da ilha, uma nova fase de dominação na ex-colônia de Portugal no Sudeste Asiático, um dos episódios mais sangrentos da história do século XX.

O filme tem direção e narração da própria Lucélia. O roteiro também é dela, em parceria com seu filho Pedro Neschling. Orçado em 400 mil reais e com patrocínio da lei do audiovisual, *Timor Lorosae* foi filmado em câmera digital e posteriormente transformado para o formato de cinema. Luiz Abramo assina a direção de fotografia que exhibe com exclusividade um acervo de imagens jornalísticas cedidas pela Rádio e Televisão Portuguesa (RTP).

Sentindo-se realizada como roteirista e documentarista com o produto final, Lucélia Santos afirma que o filme "foi bem rece-

Lucélia Santos esteve em Timor Leste para fazer o documentário 'Timor Lorosae', no qual mostra o massacre do povo timorense por tropas da Indonésia



Foto: Agência O GLOBO

bido pelos 1.300 espectadores que o assistiram nas cinco primeiras (e únicas) exibições". Aliás, Lucélia acha que *Timor Lorosae – o massacre que ninguém viu* servirá como instrumento para incentivar a solidariedade dos brasileiros para o povo do Timor Leste.

O documentário já possui uma trajetória invejável: recebeu dois prêmios no EcoCine – Festival do Filme Antropológico e Ecológico, de Seia, na Serra da Estrela, em Portugal, quando foi visto por exilados timorenses residentes naquele país. A fita está sendo vendida pa-

ra Portugal e demais países de língua portuguesa.

Para Lucélia, realizar filmes como este significa registrar uma realidade através do olhar do cineasta: "Os documentários sejam eles jornalísticos ou não, têm a marca de quem os faz e para quem são dirigidos", explica. "Eu concebi *Timor Lorosae – o massacre que ninguém viu* com o meu olhar sobre a história que estou contando. Tomei conhecimento de que um terço da população timorense tinha sido dizimada naquela remota ilha e que a repressão continuava, aqui no Rio de Ja-

neiro, através do relato comovente de um dos mártires do episódio, José Ramos Horta (Prêmio Nobel da Paz, em 1996, junto com bispo de Dili, capital de Timor Leste, Carlos Felipe Ximenes Bello). Decidi apurar melhor o argumento que a história me oferecia", conta.

Quando o português soa exótico

Timor Lorosae significa Timor do Sol Nascente, em tetum, a principal língua falada pelo povo timorense. Apesar do



Xanana Gusmão (ao lado), líder da independência do Timor Leste, é o novo presidente do país. Ele percorreu diversas cidades nos últimos meses, e pôde perceber o amplo apoio da população, que o recebia com festa em todos os lugares por onde passava





Mulheres se emocionam com o discurso em que o laureado com prêmio Nobel da Paz, bispo Carlos Belo, falou sobre a necessidade de o povo timorense 'ser bravo' e participar politicamente da reconstrução do país, sem temer as milícias indonésias. Ao lado, Mari Alkatiri, secretário-geral da Frente de Libertação pelo Timor Leste Independente, em comício às vésperas das eleições gerais, nas quais a Fretilin obteve ampla maioria

nome poético, o fato de os timorenses se referirem a sua pátria como Timor Lorosae é uma forma de resistência e de resgate da dignidade de uma nação que foi reprimida nos últimos 25 anos até no uso do idioma do colonizador, o português, banido do ensino pelos indonésios. Mas, com a nova fase que se abriu após a queda da ditadura na Indonésia e a transição para a independência, Timor Leste já foi convidado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a participar como observador das suas reuniões.

“O processo democrático e de construção da nova sociedade timorense passará pela aprendizagem da língua portuguesa”, afirma Lucélia Santos. Hoje, em Timor se falam muitos dialetos e o indonésio, idioma que se tornou obrigatório

nestes 25 anos, além do inglês, também quase obrigatório devido à proximidade geográfica com a Austrália. Aliás, esse país se propôs a incentivar o uso do inglês com a venda de computadores e material didático. “O convite para integrar a comunidade lusófona é muito importante para os timorenses. Eles há muito esperavam por essa aceitação”, explica Lucélia.

O país está atualmente sob a administração da Untaet (sigla em inglês para Autoridade Transicional das Nações Unidas para o Timor Leste), que reúne representantes da ONU e de um Conselho Nacional, composto por 33 membros entre representantes distritais, partidos políticos locais, como o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) e grupos da sociedade civil. É a primeira vez que a ONU administra um território em situação de pós-guerra, sendo para a organização internacional que acaba de receber o Prêmio Nobel da Paz uma rara oportunidade

para contribuir ao nascimento de uma nação. Em 30 de agosto passado, nas primeiras eleições, o povo timorense deu prova do seu desejo de independência quando consagrou com uma vitória esmagadora à liderança da Frente Timorense de Libertação Nacional (Fretilin), o principal partido político nacional, liderado por Xanana Gusmão, que será o primeiro presidente do Estado independente.

Timor Lorosae – o massacre que ninguém viu é o segundo documentário realizado por Lucélia Santos, paulista da cidade de Santo André. Antes, ela já tinha produzido e dirigido “China – o ponto de mutação”, quando da sua primeira incursão por terras orientais.

Exibido no final de outubro pela TV Cultura, de São Paulo, trata-se, na verdade, de uma série de cinco documentários feitos para a tevê e rodados em 35mm, nos quais a cineasta mostra hábitos e costumes da China, do Tibete, de Macau e de Hong Kong. ■

O novo Búfalo Bill

“Esta guerra será longa”, anunciou o presidente do planeta. Má notícia para os civis que estão morrendo e morrerão - excelente notícia para os fabricantes de armas

Eduardo Galeano

NÃO IMPORTA QUE AS GUERRAS sejam eficazes. O que importa é que sejam lucrativas. Desde o 11 de setembro as ações da General Dynamics, Lockheed, Northrop Grumman, Raytheon e outras empresas da indústria bélica têm subido em linha direta em Wall Street. A bolsa ama-as.

Como ocorreu durante os bombardeios ao Iraque e à Iugoslávia, a televisão raras vezes mostrou as vítimas: está ocupada, exibindo a passarela dos novos modelos de armas. Na era do mercado a guerra não é uma tragédia, mas uma feira internacional.

Hollywood. A realidade imita o cinema: tudo explode, as crianças recebem mísseis do filme *Atlantis* na caixinha alegre do McDonald's e é cada vez mais difícil distinguir entre o sangue e o ketchup. Agora o Pentágono encarregou alguns diretores de cinema e especialistas em efeitos especiais para que ajudem a adivinhar os novos objetivos terroristas, e que também imaginem a maneira de se defender. Segundo a revista *Variety*, alguém que está envolvido nisso é o diretor de *Duro de matar*.

Guarda-roupa. Em uma das imagens mais difundidas, o duro de matar Osama Bin Laden traz um turbante, mas veste um blusão camuflado do exército dos Estados Unidos, e no punho um relógio Timex, made in USA. Ele também é made in USA, como os demais fundamentalistas muçulmanos que a CIA recrutou e também armou, a partir de 40 países, contra o comunismo ateu no Afeganistão. Quando os Estados Unidos celebraram a sua vitória naquela guerra, a presidente do Paquistão, Benazir Bhuto, alertou em vão ao Bush pai: “Vocês criaram um monstro, como o doutor Frankstein.”

Pânico. A humanidade inteira está sentindo os sintomas do ataque de antrax, medo, dores de cabeça, esta mancha no papel que parece... Todos temos medo de abrir as cartas, e não porque contenham alguma impagável conta de luz, ou a fatal notícia de que lamentamos comunicar que resolvemos não precisar mais de seu serviço.

Armas. Um porta-aviões norte-americano, o Nimitz, esteve por um dia em águas uruguaias. A visita preocupou-me, porque em meu bairro há um prédio que tem toda a aparência de uma mesquita, e com os mísseis inteligentes nunca se sabe. Por sorte, não aconteceu nada. Ou quase nada: alguns políticos uruguaios foram convidados a conhecer o porta-aviões, cidade da morte flutuante, e quase se matam. O avião que os levava aterrissou mal e acabou com uma asa na água.

Graças à visita, soubemos que este porta-aviões custou quatro bilhões e meio de dólares. Segundo cálculos do Unicef e de outros organismos das Nações Unidas, com três porta-aviões como o Nimitz poder-se-ia dar comida e remédios, durante um ano, a todas as crianças famintas e doentes do mundo, que estão morrendo em um ritmo de 36 mil por dia.

Mão-de-obra. Não somente o terrorismo islâmico tem seus “dormentes”: também o terrorismo de Estado. Um dos protagonistas do Plano Condor, nos anos das ditaduras militares da América do Sul, o coronel uruguaio Manuel Cordero, declarou que a guerra suja “é a única maneira” de combater o terrorismo, e que são necessários os seqüestros, as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos. Ele tem experiência e oferece sua mão-de-obra. O coronel disse que escutou os discursos do presidente Bush e que assim será a terceira guerra mundial que está anunciando. La-

mentavelmente, escutou bem.

Antecedentes. Como o coronel, também o embaixador tem experiência. John Negroponte, representante norte-americano nas Nações Unidas, ameaça levar a guerra “outros países”, e sabe do que fala. Faz alguns anos ele levou a guerra à América Central. Negroponte foi o padrinho do terrorismo dos “contras” na Nicarágua e dos paramilitares em Honduras. Reagan, o então presidente, dizia o mesmo que agora diz o presidente Bush e seu inimigo Bin Laden: vale tudo.

Vítimas. Esta nova guerra, é feita contra a ditadura talibã ou contra o povo que a sofre? Quantos civis assassinarão os bombardeiros? Quatro afegãos que trabalharam para as Nações Unidas foram os primeiros “efeitos colaterais” de que se teve notícia. Todo um símbolo: eles dedicavam-se a desenterrar minas. O Afeganistão é o país mais minado do mundo. Sob seu solo há 10 milhões de minas prontas para matar ou mutilar quem as pisar. Muitas foram plantadas pelos russos, quando invadiram, e muitas foram plantadas contra os russos, por doações do governo dos Estados Unidos aos guerreiros de Alá.

O Afeganistão nunca aceitou o acordo que proíbe minas antipessoais. Os EUA, muito menos. E agora as caravanas dos fugitivos tentam escapar, a pé ou num burro, dos mísseis que chovem dos céus e das minas que explodem no chão.

Rasgão. Rigoberta Menchú, filha do povo maia, que é um povo de tecelões, alerta que estamos “com a esperança por um fio”. E assim é. Por um fio. Em um manicômio global, entre um senhor que se crê Maomé e outro senhor que se crê Búfalo Bill, entre o terrorismo dos atentados e o terrorismo da guerra, da violência que nos está rasgando. ■

Oferta válida até 31/01/2002



Neste início de ano,

dê como presente uma assinatura de
Cadernos do Terceiro Mundo
e ganhe uma camiseta ecológica
ou 15% de desconto na sua própria assinatura
Não perca tempo!

Faça já o seu pedido ao nosso Departamento de Assinaturas
pelo tel.: (21) 2221-7511 ou pelo e-mail: assinaturas@etm.com.br

SÃO LUÍS

ENTRE AS 4 CAPITALAIS COM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



São Luís



Porto Alegre



Florianópolis



Vitória

São Luís cuida bem das suas crianças. Esta foi a constatação feita pelo UNICEF, que pesquisou números relacionados aos serviços de saúde, educação e assistência social prestados às crianças em todo o país. Os investimentos da Prefeitura nestas áreas combatem a mortalidade e o trabalho infantil ao mesmo tempo que garantem maior permanência dos alunos em sala de

aula, a criação de mais vagas escolares e ensino de qualidade. Estas ações resultaram num dos melhores índices de desenvolvimento infantil do Brasil. Entre todas as capitais brasileiras, São Luís só fica atrás de Vitória, Florianópolis e Porto Alegre. E olha que nós só estamos engatinhando. Muitos outros avanços e conquistas ainda vêm por aí.



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

S E M E D